



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MODERNIDADE E CIÊNCIA:
TENSÕES DO DISCURSO AGROECOLÓGICO**

**Jonatta Sousa Paulino
Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes**

**CAMPINA GRANDE - PB
2013**

JONATTA SOUSA PAULINO

MODERNIDADE E CIÊNCIA:
TENSÕES DO DISCURSO AGROECOLÓGICO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE - PB
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P328m Paulino, Jonatta Sousa.
Modernidade e ciência : tensões do discurso agroecológico / Jonatta Sousa Paulino. - 2013.
126 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes."
Referências.

1. Agroecologia. 2. Análise do Discurso. 3. Sementes da Paixão. 4. Ciência. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 004.77(043)

JONATTA SOUSA PAULINO

MODERNIDADE E CIÊNCIA:
TENSÕES DO DISCURSO AGROECOLÓGICO

Dissertação apresentada em 28 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG – Orientadora)

Dr. Alfio Brandenburg (PPGSOCIO/UFPR – Examinador Externo)

Dr. Aldenor Gomes da Silva (PPGCS/UFCG – Examinador Interno)

CAMPINA GRANDE - PB

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos profissionais e instituições presentes no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também ao amor familiar,

Ao amor amistoso

E ao amor romântico.

RESUMO

A agroecologia vem sendo cada vez mais incorporada por movimentos sociais como dimensão constitutiva de suas propostas e reivindicações. No Brasil, diversos trabalhos sobre experiências agroecológicas estão sendo produzidos, apresentando, principalmente, a agroecologia como uma forma de promover o resgate à tradição do campesinato, de reproduzir o conhecimento local, de produzir alimentos saudáveis e de minimizar a dependência das políticas governamentais. Nesta pesquisa, tenho como objetivo analisar o discurso do movimento agroecológico, enxergando o cenário responsável pela construção das categorias deste discurso e os seus posicionamentos políticos implícitos, tomando como ponto de partida a hipótese de que a ciência é também uma forma de construção identitária dos atores sociais a partir da interação dos agricultores com o aparato institucional promotor da agroecologia. Para tal, procurei perceber se a bandeira defendida pelos técnicos e agricultores que trabalham com Bancos de Sementes Comunitários, conformados na rede Sementes da Paixão, no estado da Paraíba, enquanto um caso dentre as várias manifestações da agroecologia, é um discurso atravessado por um posicionamento ideológico proveniente do contato com os disseminadores do saber técnico-científico, ou se a produção textual disseminada se baseia realmente em evidências empíricas, amparadas na vida dos agricultores e no apelo a aspectos simbólicos inscritos em certa tradição. Assim, realizo uma crítica teoricamente informada sobre a produção científica acerca da realidade estudada, oferecendo também uma reflexão, no campo das ciências sociais, sobre o tema das relações entre a sociedade, natureza e ciência.

Palavras chave: Agroecologia; Análise de discurso; Sementes da Paixão; Ciência.

ABSTRACT

Modernity and Science: **Tensions of the Agroecological Discourse**

Agroecology is being increasingly incorporated by social movements as a constitutive dimension of their proposals and claims. In Brasil, several scientific articles about agroecological experiences are being produced, showing, primarily, the agroecology as a way to promote the rescue of the peasantry tradition, reproduce the local knowledge, to produce healthy foods and to minimize dependence on government policies. In this study, I have as objective to analyze the discourse of agroecological movement, seeing the scenario responsible for the construction of categories of this discourse and its implicit political positions, taking as starting point the hypothesis that science is also a form of identity construction of social actors from the interaction of farmers with institutional apparatus promoter of agroecology. For such, I sought to realize if the beliefs defended by farmers and technicians who work with Community Seed Banks, conformed on the net Seeds of Passion, in Paraíba state, while one case among the various manifestations of agroecology, is a discourse crossed by an ideological stance from the contact with the purveyors of technical and scientific knowledge, or the widespread textual production is really based on empirical evidence, supported in the lives of farmers and symbolic aspects appeal to subscribers in certain tradition. So, I realize a theory informed critical about the scientific study of reality, offering also a reflection on the social sciences, on the subject of relations between society, nature and science.

Key-words: Agroecology; Discourse analysis; Seeds of Passion; Science

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Ciência em construção x Ciência pronta/acabada	p. 32
QUADRO 2:	Trabalhos sobre agroecologia no geral	p. 48
QUADRO 3:	Trabalhos sobre agroecologia na Paraíba	p. 50
QUADRO 4:	Vínculo institucional dos autores que escrevem sobre agroecologia no geral	p. 67
QUADRO 5:	Vínculo institucional dos autores que escrevem sobre Sementes da Paixão	p. 68
QUADRO 6:	Trabalhos sobre agroecologia no geral (sintetizado)	p. 96
QUADRO 7:	Trabalhos sobre agroecologia na Paraíba (sintetizado)	p. 97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 10
CAPÍTULO 1. MODERNIDADE E CIÊNCIA: ALGUMAS ABORDAGENS	p. 20
1.1 Tradição, modernidade e suas implicações	p. 21
1.2 A percepção do risco (ambiental) e a resposta da sociedade civil	p. 24
1.3 Ciência e modernidade	p. 27
1.3.1 O papel da ciência na modernidade	p. 28
1.3.2 A ciência em construção	p. 30
1.4 Ciência e tecnologia a partir das redes	p. 34
1.4.2 Definição e uso	p. 35
1.4.3 O ordenamento na modernidade e o poder de agência dos objetos ...	p. 37
1.4.4 A teoria ator-rede (TAR)	p. 39
CAPÍTULO 2. A ANÁLISE DO DISCURSO AGROECOLÓGICO	p. 45
2.1 A fala do movimento agroecológico enquanto discurso: categorias e posicionamentos recorrentes e o caso das Sementes da Paixão	p. 47
2.2 O aparato institucional do discurso agroecológico	p. 65
2.3 A invenção da tradição e o camponês como categoria política	p. 71
CAPÍTULO 3. PENSANDO INVERSAMENTE AO DISCURSO AGROECOLÓGICO	p. 94
3.1 O outro lado do discurso da rede Sementes da Paixão: a transgenia	p. 98
3.2 Por que não “modernidade” e “agricultura familiar”? alternativas para pensar a tradição e a figura do camponês	p. 107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 119

INTRODUÇÃO

O mundo rural presenciou na segunda metade do século XX duas revoluções: a revolução agrícola contemporânea, que trouxe consigo um alto grau de mecanização e motorização para o trabalho na terra e, na década de 1960, a revolução verde, que prolongou o processo de mecanização além de ter como característica a quimificação, que se expressa no uso de fertilizantes, agrotóxicos e sementes selecionadas. Contudo, grande parte dos atores¹ pertencentes ao mundo rural, principalmente em países subdesenvolvidos, não tiveram acesso aos meios de produção destas revoluções agrícolas e, mesmo em regiões que as assimilaram, uma enorme parcela de sujeitos não pôde adquirir os meios de produção delas provenientes, fazendo com que ficassem em grande desvantagem perante os outros setores agrícolas que conseguiram se desenvolver (MAZOYER, 2010). Neste contexto, pode-se identificar a agroecologia como uma forma de se contrapor principalmente à revolução verde, aos métodos referentes ao modelo químico-mecânico, em que as práticas produtivas se baseariam, grosso modo, numa produção de alimentos mais saudáveis (ELICHER, 2008), sem produtos químicos como agrotóxicos e sem o uso de sementes tratadas, os Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

No Brasil, a agroecologia se apresenta por meio de diversas manifestações, desde simples estratégias para uma horticultura dita sustentável, quanto para a construção de manejos agroflorestais. Dentre essas diferentes experiências agroecológicas, uma específica foi aqui escolhida como amostra e objeto empírico de pesquisa por ser sintomática das categorias recorrentes – e que será demonstrado posteriormente – no que chamo de “discurso agroecológico”. Falo da rede Sementes da

¹ Estes atores do mundo rural serão identificados neste trabalho simplesmente como “agricultores”, “agricultores agroecológicos” ou “agricultores ecológicos”, pelo fato de que são também empreendedores, mesmo que privilegiem o trabalho da família como unidade básica de produção e consumo. Evito assim os atuais referenciais conceituais trabalhados, sejam como camponeses (que não conseguem abarcar a atual lógica moderna dos modos de vida) ou como agricultores familiares identificados pela política do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Além do mais, alguns autores usados para referencial teórico – como por exemplo, Eric Sabourin (2009) – utilizam o conceito de “campeinato”, sendo que nesses casos, apenas o que nos é de auxílio foi apropriado, evitando a entrada em outras discussões que não cabem nesta dissertação.

Paixão, formada por pequenos agricultores agroecológicos a organizar bancos de sementes comunitários na zona rural da Paraíba.

Nesse cenário, antes da liberação dos agricultores para produzirem, venderem e trocarem as suas próprias sementes, estes estavam, de certa forma, subordinados às políticas de distribuição de sementes, que chegavam com atraso para o período correto de plantação e eram geneticamente tratadas, pouco adaptadas para o modo de vida dos agricultores, por serem dependentes de insumos químicos. É a partir da tomada de posição a favor de uma agricultura livre de agrotóxicos, buscando uma alimentação saudável e contra as sementes tratadas que não se adequam ao sistema produtivo dos agricultores, das dificuldades climáticas, além da falha estatal na distribuição de sementes, que os agricultores familiares de vários municípios do semiárido paraibano têm elaborado Bancos de Sementes Comunitários (BSC), que se agregam numa rede sócio-técnica chamada de Sementes da Paixão. Para a integração dos agricultores que participam dos bancos de sementes do estado da Paraíba é realizada a Festa Estadual da Semente da Paixão (FESP), em que as comissões organizadas pelos agricultores e os líderes das redes de sementes em cada localidade se mobilizam para a festa com o intuito de trocar tanto experiências, quanto comercializar as sementes² (CLEMENTINO, 2010a).

A estratégia de construir bancos de sementes não é algo recente no mundo rural, porém, graças à articulação da Sementes da Paixão com o aparato institucional que a envolve e o trabalho para a construção de uma nova simbologia em torno de suas práticas, ela se tornou exemplar como uma manifestação agroecológica.

A literatura trabalhada sobre a temática da agroecologia e das Sementes da Paixão, além da fala propagada pelos agricultores ecológicos e dos técnicos que com eles trabalham, apontam uma tendência para certas oposições (tradição x modernidade; campesinato x agronegócio; semente transgênica x crioula), forjando um posicionamento identitário baseado numa lógica simbólica tida como tradicional e campesina em contraposição a práticas modernas e à racionalização.

² Até agora foram realizadas cinco Festas Estaduais da Sementes da Paixão, cada uma resultando numa Carta Política a indicar os propósitos e resultados a serem alcançados por parte do movimento. Ao longo dos últimos seis anos, a festa tem acontecido de forma itinerante por falta de recursos, mesmo que a proposta inicial fosse tornar a festa anual. A primeira foi realizada em Soledade que fica no Cariri no ano de 2004. A segunda foi no alto sertão no município de Cajazeiras em 2005. A terceira na região do Brejo, na cidade de Lagoa Seca em 2007, a penúltima ocorreu na cidade de Patos que fica no sertão, em 2008, e a quinta em Campina Grande, no Agreste, todas no estado da Paraíba (CLEMENTINO, 2010b).

Assim, tenho como objetivo analisar o discurso do movimento agroecológico, enxergando o cenário responsável pela circulação das categorias utilizadas e os posicionamentos políticos implícitos, tomando como ponto de partida a hipótese de que a ciência é uma forma de construção identitária dos atores sociais. Para tal, procurei perceber se a bandeira defendida pelos agricultores que participam da rede Sementes da Paixão, enquanto um caso dentre as várias manifestações da agroecologia, é um discurso atravessado por um posicionamento ideológico proveniente do contato com os disseminadores do saber técnico-científico.

A agroecologia vem sendo cada vez mais incorporada por movimentos sociais como dimensão constitutiva de suas propostas e reivindicações como reflexo de debates que ganharam força nas décadas de 1950 e 1960, contexto em que as mobilizações em torno das questões ambientais e do mundo rural foram fortalecidas. Esta época foi marcada pela organização em torno de demandas para:

um modelo alternativo à agricultura industrial era o que reclamava um expressivo segmento da sociedade alarmado com (...) consequências sociais e ambientais resultantes do projeto de modernização posto em marcha a partir da década de 1960 pelo Estado brasileiro em aliança com setores agrários conservadores e com empresas dos ramos da agroquímica e da motomecanização. (ALTIERI, 2012, p. 7)

O termo agroecologia nada tem de novo, ele foi utilizado pela primeira vez em 1928, em uma publicação do agrônomo russo Basil Bensin. Entretanto, por mais que tenha sua base nas transformações históricas germinadas anteriormente, a agroecologia só entra concretamente na agenda dos movimentos sociais do campo a partir do final da década de 1990.

No Brasil, a agroecologia não se reduz apenas a uma manifestação, podendo ser entendida como um campo de expressão nacional que se articula em diversas redes relativamente autônomas, vinculando segmentos da sociedade civil (ONGs, instituições religiosas...) e profissionais de instituições oficiais, sobretudo de pesquisa e extensão que atuam na área de desenvolvimento rural. No entanto, a proposta agroecológica vem sendo sistematizada e isto pode ser representado pela organização de eventos e conferências, tanto de cunho nacional quanto regional, como por exemplo, o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e o Congresso Brasileiro de Agroecologia. A consolidação das bases militantes e teóricas do movimento se dá com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um espaço para a construção de uma

identidade geral, integrada do movimento e, o surgimento da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), uma entidade que tem como função contribuir para o amadurecimento da perspectiva agroecológica nas instituições científicas e acadêmicas, formada por um conjunto de profissionais de ensino, pesquisa agrícola e extensão rural de várias regiões do país (ALMEIDA, 2009).

O debate sobre agroecologia geralmente é explicado com base em duas vertentes: em primeiro lugar, como um conjunto de práticas produtivas sustentáveis “ecologicamente corretas” e, em segundo lugar, através de uma perspectiva mais abrangente, e, em minha opinião, como tentativa de legitimação³ e institucionalização, com um enfoque científico que vai além de modelos de agriculturas e que tem como responsabilidade fortificar os pilares de transição para agriculturas e modelos de desenvolvimento rural sustentável. (PETERSON, SOGLIO, CAPORAL, 2009; ALMEIDA, 2009). Além disso, ainda se soma uma terceira vertente, a de movimento, de mobilização social, que toma como base a tentativa de auto sustentação, a partir de princípios conceituais e teóricos juntamente à fortificação destas práticas no mundo rural, tendo como objetivo o alastramento e a defesa desses ideais. Assim, no Brasil, ao falar em agroecologia, acabamos por abarcar um pouco de cada um desses três elementos.

A partir da década de 1950, a venda e distribuição de sementes passaram a ser regularizadas em países desenvolvidos, ocorrendo nos subdesenvolvidos entre 1960 e 1980, configurando uma estratégia mercadológica de pressão de nações de grande porte para com as menos desenvolvidas como uma forma de trazer benefícios para os empreendimentos exteriores. No Brasil, esse movimento se concretiza com a Lei Federal nº 9.456 de 25/04/1997 - Lei de Proteção de Cultivares, que impedia a comercialização de sementes locais, também conhecidas como sementes crioulas, por parte dos agricultores de baixa renda. No entanto, no ano de 2003 foi estabelecida a nova Lei de Sementes e Mudanças, a Lei 10.711/03, que permitiu aos agricultores produzir, trocar ou vender sementes e mudas entre si sem precisarem se cadastrar no Registro Nacional de Sementes (RENASEM) e no Registro Nacional de Cultivares (RNC), responsáveis pela fiscalização destas trocas mercantis de sementes e mudas.

³ Legitimidade significa o consenso mais ou menos generalizado que resulta na aceitação de algo (SAUER, 2010).

As reflexões em torno da criação dos Bancos de Sementes Comunitários foram iniciadas em 1995 embora três anos antes, depois de uma forte seca que abalou o nordeste já se discutisse a importância e criação destas reservas alimentares. O que se queria naquele momento era principalmente o reconhecimento junto ao governo dos grãos como sementes. As variedades locais ainda não haviam sido reconhecidas como sementes em função de uma lei Federal que diferenciava grãos de sementes. Foi o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o compra direta do Governo Federal que veio colocar esta discussão em pauta (...). A idéia faz parte de uma perspectiva política de desenvolvimento centrada na convivência com o semiárido (...), algumas características presentes nos bancos de sementes comunitários (...) nos permitem perceber seu significado estratégico desta iniciativa que conta com o apoio de diversas organizações não governamentais e a parceria do Estado (CLEMENTINO, FERNANDES e RAMALHO, 2010).

Com o intuito de não depender inteiramente da distribuição de sementes, os agricultores criaram vários bancos de sementes locais, que melhor se adequariam aos seus meios de produção – mais tarde sendo sistematizados, no caso dos agricultores do Estado da Paraíba, em Bancos de Sementes Comunitários, vindos das regiões do Alto Sertão, Médio Sertão, Cariri, Seridó, Agreste, Curimataú, Brejo e Litoral. A interligação dos BSC ocorre com a rede Sementes da Paixão, sistematização esta representada pela Festa Estadual da Semente da Paixão. A partir da nova Lei de Sementes e Mudanças, de 05 de agosto de 2003, os agricultores puderam produzir, estocar, trocar e vender estas sementes entre si, seja em feiras ou nos encontros das FESP (NASCIMENTO e MOREIRA, 2008a) servindo para assegurar o plantio seguinte e para garantir o consumo em períodos de necessidade e até mesmo para a comercialização (CLEMENTINO, FERNANDES e RAMALHO, 2010).

Na Paraíba, os BSC foram sistematizados com o auxílio da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa)⁴, um fórum voltado para a promoção da agroecologia, em parceria com a ASA-PB (Articulação do Semiárido Paraibano), que promove o desenvolvimento sustentável no Semiárido Paraibano, sendo incluídos no Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários, ligado a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento, onde a Secretaria de Agricultura Estadual asseguraria recursos para o abastecimento de sementes dos BSC. A AS-PTA, com o intuito de apoiar capacidades organizacionais de agricultores familiares para efetivar melhorias na convivência com o Semiárido, trabalhando com a rede Sementes da Paixão

⁴ A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) é uma associação de direito civil, criada em 1993, que trabalha com agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável através do enfoque agroecológico, com sede nos estados do Rio de Janeiro, Paraíba e Paraná.

através do Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, compreendido pela área de abrangência do Pólo Sindical da Borborema e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, com participação ativa também da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil). Vale salientar que “em 2002, ano de criação do Programa Estadual de Banco de Sementes, foram catalogados 220 bancos espalhados pelas regiões do Agreste, Brejo, Cariri, Curimataú, Médio e Alto Sertão. Atualmente, a Paraíba possui uma rede formada por 228 BSC” (CLEMENTINO, 2010c).

Desenho da Pesquisa

A preocupação deste trabalho está relacionada com as condições de existência do discurso que permeia o pensamento e as práticas dos técnicos e dos agricultores agroecológicos, tomando como amostra aqueles que participam da rede Sementes da Paixão. Em outras palavras, nos interrogamos neste trabalho sobre as condições de possibilidades para a existência das categorias e posicionamentos correntes no discurso agroecológico. Como estes elementos auxiliam a construção de uma posição identitária e política dos atores envolvidos no discurso? Em que medida o conceito de campesinato e o discurso de resgate à tradição, busca de autonomia e de contraposição ao monopólio do capitalismo é adquirido pelos agricultores agroecológicos que pertencem à rede Sementes da Paixão? Que indicadores são acionados para identificar tais conceitos, ou seriam apenas estratégias de posicionamento político? Na tentativa de responder a estas questões, tomei como ponto de partida o fato de que os agricultores estão interligados com outros setores da sociedade, inclusive com técnicos de organizações da sociedade civil e cientistas que os acompanham trabalhando com esta temática, pautando o debate, inclusive na agenda das políticas públicas.

O objetivo central desta pesquisa é efetuar uma análise de discurso da agroecologia através de uma perspectiva foucaultiana⁵, enxergando o contexto onde se dá a articulação dos efeitos e sentidos das categorias utilizadas e os posicionamentos políticos implícitos na produção e disseminação destas categorias, tomando como ponto de partida a idéia de que a ciência pode ser utilizada como forma de construção de

⁵ O discurso é composto por regras anônimas e históricas que apresentam as condições e a especificidade da argumentação, não podendo ser entendido como um sistema de idéias ou estratificação de uma totalidade a ser decomposta. A identidade de um discurso se dá pela coerência global que integra múltiplas dimensões textuais. A análise de discurso aqui efetuada não se detém a analisar necessariamente o surgimento do discurso, a sua origem, até porque, não há uma origem secreta do discurso: todo discurso repousa sobre um “já dito”, um silêncio, um não-dito que lá se encontra.

posições e pensamentos dos atores sociais. Para isso, procurei perceber se os discursos levantados como bandeira pelos agricultores que participam da rede Sementes da Paixão, enquanto um caso dentre os vários movimentos agroecológicos, são discursos atravessados por um posicionamento ideológico e político oriundos de uma interação com os dotados de saber técnico e científico.

Sabemos que a ciência não é completamente neutra, sendo que os trabalhos produzidos sobre agroecologia e sobre as Sementes da Paixão, de certa forma, se posicionam politicamente perante a realidade já que apresentam a defesa de um campesinato que se contrapõe ao monopólio do capitalismo, buscando uma alimentação saudável através do resgate de suas tradições. Vemos então certo modo de fazer ciência relativamente militante, onde os pesquisadores moldam o fenômeno pela própria interpretação. Destarte, quero entender o caminho construtivo da “bandeira” defendida pelos atores que compõem o movimento Sementes da Paixão, enquanto amostra representativa de um movimento agroecológico mais nacional e geral, tomando como hipótese o fato de que o aparato institucional que envolve tal rede (movimentos sociais, ONGs, técnicos e pesquisadores), isto é, a técnica e a ciência, são atuantes na constituição, definição e utilização de categorias e posicionamentos políticos e identitários.

A metodologia seguida se baseia numa análise do discurso da agroecologia, tomando como amostra os BSC, isto porque a fala, enquanto discurso, é um caminho pelo qual os sujeitos materializam suas idéias, além de servir como elemento que permite visualizar as relações e contradições ideológicas intrínsecas (BRANDÃO, 1997). De início, persigo uma análise crítica dos trabalhos sobre agroecologia, isto porque, seguindo a perspectiva de Latour (2000 e 2001), a ciência não está desligada dos processos políticos e sociais e, para se entender a atividade científica, se torna necessário acompanhá-la. A análise dos trabalhos serve também como um instrumento para enxergar a realidade e para caracterizar o discurso dos atores, já que neste caso, a construção do discurso dos agricultores não se dá em separado do discurso dos cientistas. Deste modo, é possível identificar certo padrão de tratamento de posicionamentos e categorias no campo da agroecologia e como este se desenrola na construção específica dos BSC agroecológicos paraibanos.

Para isto, a pesquisa foi desenhada considerando dois momentos:

- O primeiro momento é uma análise de dados por meio de dois quadros de trabalhos sobre agroecologia (dez trabalhos em cada quadro) e que permite a sua caracterização na forma de discurso:
 - o primeiro quadro constitui uma amostra de dez artigos de cunho geral sobre agroecologia e experiências agroecológicas diversas;
 - o segundo quadro representa um conjunto mais específico de dez trabalhos que versam sobre os BSC da Sementes da Paixão.
- O segundo momento se dá:
 - no diálogo com os técnicos para entender a construção das categorias recorrentes no discurso agroecológico;

O primeiro momento da pesquisa foi realizado por meio da análise de fontes bibliográficas, tomando como ponto de partida uma quantidade de trabalhos sobre o tema da agroecologia no geral e que tratam de experiências agroecológicas e, por conseguinte, infiltrando-se num universo amostral de trabalhos que se têm à rede Sementes da Paixão como foco. Em outras palavras, analisar o que é recorrente no discurso sobre agroecologia, para em seguida, tomar os BSC como o caso a ser especificamente trabalhado.

Esta análise de conteúdo inicial foi a matriz para as divagações que permitiram construir a atual pesquisa, servindo para apresentar a sistematização de algumas formas de posicionar-se quando se fala em agroecologia e para trazer a tona que os trabalhos que tratam deste tema são reflexos e meios de produção e reprodução de um discurso específico, formado por um conjunto de enunciados⁶ padrão e que identificam tal abordagem, sendo este um discurso que indica práticas sociais, onde estas mesmas práticas são as bases nas quais se dá, digamos assim, veracidade e legitimidade ao próprio discurso.

O diagnóstico do que seria o discurso agroecológico e de como produz sentidos revela não apenas a conformação da agroecologia numa formação discursiva⁷

⁶ Os enunciados são a parte elementar do discurso. Existe enunciado sempre que se possa reconhecer e isolar um ato de formulação. O enunciado não é a projeção direta de uma situação determinada. Sua raiz se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, com relações com o passado e que lhe abrem o futuro. Há enunciação toda vez que um conjunto de signos for emitido. Descrever um enunciado é definir as condições nas quais se realizou a função que deu a série de signos uma existência específica num jogo de posições possíveis de um sujeito, num campo de coexistência.

⁷ A lei que conforma a série de enunciados é a formação discursiva, que nada mais é do que uma possível regularidade (ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) entre certo número de enunciados num sistema de dispersão. Uma formação discursiva se define se for possível estabelecer um conjunto de relações estabelecidas entre várias instâncias, mostrando como qualquer objeto do discurso

específica, mas também as contradições, dispersões e limitações existentes, mostrando também a fala – favorável a transgenia e a produção em larga escala – contra a qual a agroecologia se posiciona e que é, ao mesmo tempo, pilar construtivo de sua identidade e unicidade.

Em seguida, no trabalho de campo propriamente dito⁸, foram feitas três entrevistas semi-estruturadas, orientadas pelo questionamento da relação entre ciência e agricultores agroecológicos e pela construção dos conceitos de campesinato e tradição a partir dessa interação. Procurei manter contato com alguns sujeitos chave na articulação do movimento agroecológico nacional. São eles: Claudia Job Schmitt (atual professora no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ – e integrante da AS-PTA), Paulo Peterson (coordenador executivo da AS-PTA) e Jean Marc Von der Weid (integrante da equipe executiva e é responsável pelo Programa de Políticas Públicas da AS-PTA). Tais entrevistas⁹ realizadas na cidade do Rio de Janeiro, no primeiro semestre do ano de 2012 e que foram fundamentais como base de dados para a análise de discurso.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado de “Modernidade e ciência: algumas abordagens”, tem como objetivo apresentar um mosaico teórico sobre a relação entre o conhecimento científico e a constituição da modernidade, demonstrando que a agroecologia e o seu discurso de busca pela tradição fazem parte do processo da ruptura da própria modernidade e da percepção dos riscos ambientais – trazidos pela expansão do capitalismo e do industrialismo – por parte da sociedade civil. Neste contexto moderno, a vida social se dá em grande medida através das redes sociais, que acabam por ser elucidativas do tipo de configuração do movimento Sementes da Paixão.

em questão encontra seu lugar e sua lei de aparecimento. O que forma o discurso são operações regulares sobre formações discursivas já existentes, onde um discurso não se constitui da mesma maneira como os outros do mesmo campo, pois ele é heterogêneo numa hierarquia de dominantes e dominados. Neste contexto, existe uma coerência semântica das formações discursivas vinda de um conflito regulado.

⁸ Durante a pesquisa, foi decidido que o diálogo com os agricultores ecológicos não seria englobado pelo fato de que os ambientes em que estes se dispõem a propagar a agroecologia (feiras, festas e eventos) são por demais “teatralizados”, isto é, há a ocorrência de uma fala pronta e coerente com o objetivo de cada situação, o que pouco contribuiria na investigação. Dou, assim, primazia aos documentos escritos para a análise do discurso.

⁹ A estadia na cidade do Rio de Janeiro durante o primeiro semestre de 2012 foi possibilitada graças ao Intercâmbio Convênio PROCAD UFCG-PPGCS/UFRRJ-PPGSA, através do projeto intitulado “Trabalho, reconversões produtivas e políticas públicas no Brasil: um olhar a partir das conexões rural-urbano”.

O segundo capítulo, “A análise do discurso agroecológico”, é o momento da dissertação em que se apresenta a ocorrência de certo padrão de enunciações que acabam por conformar aquilo que chamo de discurso agroecológico. Em seguida, é realizada a análise de discurso por meio de duas etapas: a primeira, um exame crítico dos trabalhos que versam sobre experiências agroecológicas, demonstrando que os enunciados recorrentes desembocam numa formação discursiva disseminadora do discurso em questão (este exame está inserido na sessão “A fala do movimento agroecológico enquanto discurso: categorias e posicionamentos recorrentes”) e, a partir disto, um aprofundamento dos constructos políticos e ideológicos que dão base ao movimento agroecológico, através de um mapeamento das funções exercidas pelos autores dos trabalhos amostrais em instituições de apoio a práticas agroecológicas (presente na sessão “O aparato institucional do discurso agroecológico”) e da análise das entrevistas com técnicos da AS-PTA, que referenciam a edificação do discurso enquanto uma tentativa de legitimar a busca de um melhor posicionamento mercadológico e de obtenção de maiores direitos civis para os agricultores de baixa renda por meio, principalmente, da positivação das categorias “tradição” e “campeinato” (presente na sessão “O camponês em resgate a tradição: uma categoria política”).

O terceiro e último capítulo, “Pensando inversamente ao discurso agroecológico”, é uma tentativa de demonstrar as fronteiras deste discurso, indicando a fala contra a qual ele se opõe e que faz parte da sua própria constituição e delimitação. Apresento também, neste capítulo, uma discussão sobre formas de se pensar as categorias utilizadas pelo discurso agroecológico, escapando do viés imparcial da literatura até então produzida. Em outras palavras, como se pensar o que seria o tal campeinato e a busca da tradição almejada pelos autores analisados a partir de outro ponto de vista.

CAPÍTULO 1

MODERNIDADE E CIÊNCIA: ALGUMAS ABORDAGENS

A aplicação da transgenia na agricultura tem início em meados de 1970 e o seu uso em sementes se intensifica a partir de 1990, como consequência tanto do alastramento do alcance do progresso científico quanto de pressões comerciais e internacionais para tal. Neste mesmo contexto de aplicação da transgenia enquanto estratégia comercial, surgem mobilizações organizadas por movimentos sociais e organizações não-governamentais contrárias a este uso (BENTHIEN, 2007). Isto pode ser explicado pelo movimento de crítica à ciência e à tecnologia enquanto produtoras de uma “verdade absoluta” surgido em meados das décadas de 1960 e 1970, caracterizando um processo de ruptura na modernidade, consequente do próprio ritmo de transformações e radicalização da modernidade e de seu projeto que vai além da sociedade industrial. Este período é marcado pela conscientização dos riscos ambientais produzidos pelo progresso da ciência e da tecnologia, o que faz com que se desenvolva um duplo movimento: de um lado, evoca-se por parte da ciência a confiança nela mesma e de outro, surgem fortes críticas por parte da sociedade no que se refere à racionalidade técnico-científica, centrada principalmente nos altos níveis de produtividade (BECK, 2010). De tal modo, a transgenia insurge como um problema neste contexto de emergência da preocupação com os riscos ambientais a partir da articulação de atores como a mídia, as ONGs, os movimentos sociais, entre outros.

Assim, ao mesmo tempo em que a transgenia ganha aplicação comercial, a sociedade civil se manifesta, possuindo um papel essencial para a construção e transformações de questões ambientais. Tais questões se somam a outras preocupações, como o modo pelo qual isto está sendo aplicado no desenvolvimento do setor rural. Vemos então a agroecologia – enquanto conjuntura de vários atores sociais como ONGs, movimentos sociais, técnicos e cientistas que lhe dão base – como um movimento inserido em questões ambientais e que vem ganhando força nos debates e práticas dos atores envolvidos no mundo rural, principalmente aqueles que procuram

usar dela como estratégia alternativa para incitar novas maneiras de lidar com as pressões comerciais e relacionar-se de forma contraposta com os setores mais desenvolvidos, como por exemplo, o agronegócio.

Portanto, a agroecologia, que em sua proposta se coloca como uma forma de contraposição aos ditames modernos e como uma maneira de resgatar a tradição para viver melhor, surge no contexto da própria modernidade e, de certa forma, não passa de um fator desta mesma modernidade, enquanto uma expressão da sociedade civil para embater os riscos, neste caso, ambientais, provocados pelo desenvolvimento do capitalismo, do industrialismo, da técnica, da ciência e da ação humana sobre a natureza.

Tradição, modernidade e suas implicações

Podemos entender modernidade como um modo de vida ou a organização social que surgiu na Europa no Século XVII, sendo único na sua dinamicidade, na finalidade e na natureza institucional das mudanças por ela trazidas e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. A modernidade está referenciada a partir de uma ruptura com um estilo de vida anterior, a “tradição” e, suas principais causas, dentre outras, seria separação do tempo e do espaço na marcação das relações sociais, o desencaixe e o reencaixe dos sistemas sociais e a ordenação e reordenação reflexivas das relações sociais (GIDDENS 1991).

Mesmo que alguns autores – inclusive alguns aqui utilizados para fundamentar o mosaico teórico sobre modernidade – defendam que já estamos num estágio posterior à modernidade, quer dizer, a Pós-Modernidade, a perspectiva aqui defendida é de que ainda nos encontramos na Modernidade, isto porquê

... a pós-modernidade se refere a um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia, e da fé no progresso planejado humanamente. A condição da pós-modernidade é caracterizada por uma evaporação da *grand narrative* – o ‘enredo’ dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível. A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um papel privilegiado (GIDDENS, 1991, p. 12).

Assim, para a existência da pós-modernidade, é necessário uma ruptura de estilo de vida, digamos, mais radical do que a que realmente acontece no processo histórico

pelo qual passamos – perspectiva “descontinuista” do desenvolvimento social moderno, indica que as instituições sociais modernas são únicas em sua existência –, o que Giddens (1991) responde com a idéia de que estamos num momento de radicalização das conseqüências da modernidade, ou seja, os elementos que compõem o período moderno estão mais visíveis, fortes e universalizantes, por isso mesmo é possível que se tenha a sensação de que inauguramos um estilo de vida diferente, o que, na realidade não ocorreu, ou pelo menos, não ainda.

Os modos de vida produzidos pela modernidade se distanciam de todos os tipos de vida tradicionais, de uma maneira nunca antes vista, fundando uma nova e diferente ordem social. Isso não significa que não haja continuidades entre o tradicional e o moderno. Não estamos contrastando radicalmente estes dois momentos, apenas afirmando que no processo histórico, houve uma transição do tradicional, ou formas de vida pré-modernas, para o moderno.

Na tradição, a segurança e a confiança nos diversos aspectos que permeiam o cotidiano existiam de uma maneira diferente, marcada pelas crenças e rituais religiosos; a percepção do tempo e do espaço era outra, mais próxima, rotineira, sendo fundamentalmente baseada na relação com a natureza, e não de forma abstrata como é hoje e, as relações entre as pessoas não tinha o alcance trazido pela modernidade, dando-se de forma mais localizada. Enquanto que na modernidade se tem relações de confiança em sistemas abstratos e desencaixados no tempo e no espaço e que também servem para estabilizar as relações sociais cada vez mais extensas, a tradição é marcada pela importância excessiva na confiança localizada, onde as relações de parentesco e a comunidade local são o principal meio de organização para estabilizar laços sociais através do tempo e do espaço; na modernidade, o pensamento sobre o mundo é orientado para o futuro, como modo de conectar passado e presente, já na tradição, as cosmologias religiosas eram os modos de crença e práticas rituais a fornecer uma interpretação da vida humana e da natureza, em que a própria tradição era a forma de conectar presente e futuro, com as ações voltadas principalmente para o passado; por fim, nos dias de hoje, as ameaças e os perigos da vida são emanados pela própria reflexividade da modernidade e pelo processo de industrialização da guerra, enquanto que no pré-moderno, as ameaças e perigos provinham das “forças da natureza”, dos senhores de guerra locais e o principal risco era o da perda da graça religiosa ou da influência da mágica maligna (GIDDENS 1991).

Porém, é importante compreender que o que é visto como modernidade é também um constructo discursivo, um discurso hegemônico contra o qual a agroecologia e sua busca a tradição tentam se contrapor. Em outras palavras, a ideia de tradição é também uma construção da modernidade, uma possibilidade discursiva resultante de sua concretização.

Seguindo Albuquerque Jr (2009) – quando este se refere à construção discursiva do Nordeste –, a tradição inventada seria um espaço de negação e resistência, sendo, ao mesmo tempo, conteúdo da própria modernidade, com a função de criar uma imagem homogênea de um determinado conjunto de sujeitos. Esta invenção se baseia em discursos que veem o passado de forma mais gloriosa que o presente, produzindo uma estabilidade de ação ao longo do tempo, como se houvesse um sujeito “correto” que se devesse manter. Tais discursos tentam mostrar que o passado continua vivo no presente e que assim deve ser, fabricando a tradição para trazê-la de volta ao contemporâneo.

Para Hobsbawm (1984), tradição inventada é um conjunto de práticas reguladas que visam inculcar valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica, automaticamente, uma busca em relação ao passado necessária para expressar identidades, coesão social e para o estabelecimento de legitimidades. A invenção de uma tradição contém em si a tentativa de estruturar de modo inalterável alguns elementos do meio social ao mesmo tempo em que se apresentam constantes as mudanças e inovações do mundo moderno. Estas invenções são inteligíveis quando se tratam de inovações históricas recentes, ou seja, a invenção da tradição é resultado das transformações trazidas pela modernidade. Vale salientar que não é necessário inventar tradições quando velhos hábitos ainda persistem. Destarte:

As mudanças do mundo moderno provocam a necessidade de invenção de novas tradições. A transformação dos padrões sociais estabelecidos torna-os incompatíveis à manutenção de tradições sem capacidade de adaptação ou flexibilidade relativa às novas exigências do comportamento humano. Há que se perceber, entretanto, que as novas tradições são, comumente, inventadas a partir de antigos elementos para novas finalidades. A apropriação de práticas existentes é institucionalizada, a partir de uma composição de símbolos que possam fornecer uma conexão com o passado para os propósitos atuais.¹⁰

¹⁰ Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/79233838/a-invencao-da-tradicao> . Acessado em: 10 de dezembro de 2012. Não foi encontrada a referência completa deste texto online.

A tradição aclamada pelo movimento agroecológico seria então uma construção discursiva surgida a partir das transformações trazidas pela ruptura da modernidade, um movimento voltando para o passado e inventado para adaptar as práticas dos sujeitos do mundo rural frente ao contexto da racionalidade instrumental.

Como em toda transformação histórica, a emergência de uma nova estrutura social está ligada a redefinição das bases materiais de nossa existência, espaço e tempo. Duas formas sociais emergentes de tempo e espaço caracterizam a sociedade moderna de rede: o espaço de fluxos (dissociação espaço-tempo) e o tempo vazio (um tempo sem tempo, onde as práticas sociais podem ser simultâneas e sem continuidade). O espaço, que antes era entendido como o suporte material num dado tempo das práticas sociais, agora passa a ser o espaço de fluxos, que dissolve o tempo, desordenando a sequência de eventos, fazendo-os simultâneos na rede de comunicação (CASTELLS, 2009).

De acordo com Castells (2009), a construção do espaço e do tempo é socialmente diferenciada. Os múltiplos espaços de lugar, fragmentados e desconectados, agora indicam diferentes temporalidades. Assim, o espaço e o tempo são redefinidos pela emergência de uma nova estrutura social, a sociedade de redes moderna.

Esta diferenciação do que é pré-moderno, moderno e pós-moderno serve para localizar coerentemente, no presente trabalho, o posicionamento teórico escolhido e que tem por finalidade apresentar as condições de existência do próprio objeto de estudo e os elementos que permitem que o seu discurso seja da forma que o é.

A percepção do risco (ambiental) e a resposta da sociedade civil

O interesse crescente sobre a questão ambiental reflete não apenas uma preocupação com os danos ecológicos, cada vez mais impactantes – observados principalmente a partir do final da década 1960 e início da década de 1970 –, como também uma maior mobilização de cientistas, do Estado e da sociedade civil organizada para concretizar estratégias de proteção da natureza. (BENTHIEN, 2007). Assim, a atual crise ecológica se configura como um assunto sempre em pauta, seja na esfera científica, seja no interior da sociedade civil.

A produção em larga escala característica do sistema capitalista, em parceria com a organização política e econômica dos Estados burocráticos, pode ser encarada como um fator chave para se entender a crise ecológica planetária. (CHESNAIS e SERFATI, 2003).

Segundo Beck (2010), está ocorrendo na modernidade um processo de ruptura, expressão do próprio projeto moderno, que vai além da sociedade industrial. Tal ruptura é marcada por uma desconfiança quanto à ciência, já que esta estaria nas bases do próprio desenvolvimento tecnológico característico da sociedade industrial moderna e da degradação ambiental, pois a alta produtividade capitalista, em parceria com o desenvolvimento tecnológico, usufruiria da natureza de forma a trazer consequências de cunho negativo ao meio ambiente e ao homem. Assim, como dito anteriormente, dois fenômenos concomitantes marcam este processo, de um lado, os riscos ambientais, do outro, o fortalecimento do debate por parte da sociedade civil, da mídia, do Estado e dos movimentos sociais sobre as questões ambientais, provindo, de certa forma, pela maior visibilidade dos problemas ecológicos e do pessimismo quanto aos resultados do progresso científico.

Contra o risco, a sociedade civil se organiza de várias formas, fortalecendo-se politicamente através de articulações, destacando as atuações em formas de redes. Nas bases da sociedade, temos as ONGs, terceiro setor, associações civis locais e movimentos sociais de base (expressões locais ou comunitárias da sociedade civil organizada). Como formas de articulação interorganizacionais encontramos as associações nacionais de ONGs e fóruns da sociedade civil, que servem para representar os movimentos de base e se relacionam para o empoderamento da sociedade civil, servindo de mediação institucionalizada entre sociedade civil e Estado. Por fim, as mobilizações na esfera pública são um meio de exercer pressão pública da sociedade para com o Estado e a opinião pública, tendo como resultado produzir visibilidade na mídia. Vale salientar que o Estado também faz parte da construção do discurso institucionalizado, isto porque, é um dos principais propulsores de políticas de desenvolvimento. A articulação dessas instâncias desemboca no que se chama “Rede de Movimento Social”: a identificação de sujeitos coletivos em torno de uma identidade, de um adversário e de um projeto (utopia), um processo em construção. As redes, de certa forma, representam uma pluralidade de sujeitos e reivindicações que se resumem em uma só pauta (SCHERER-WARREN, 2006).

No contexto dos riscos ambientais, por mais que surjam por parte da sociedade críticas à ciência, os cientistas ainda têm fé nela e, a mesma ainda é usada como base para o desenvolvimento tecnológico e como forma de legitimação de estratégias de proteção ambiental. Em outras palavras, a ciência, tanto as naturais quanto as sociais,

são meios pelos quais se concretizam e justificam a necessidade de modificação de práticas na relação com o meio ambiente em certos espaços.

Foster (1999) apresenta um conceito, criado por Marx, capaz de contribuir para a análise das relações do homem com a natureza, o conceito de “metabolismo sócio-ecológico”, segundo o qual o homem e a natureza vivem numa constante interação, em que esta fornece a matéria necessária à sobrevivência humana. Assim, a interação entre homem e natureza “constitui a base sobre a qual a vida é sustentada, e seu crescimento e reprodução se tornam possíveis¹¹”.

Para garantir a lucratividade, o capitalismo submeteria o meio ambiente a uma exploração insustentável, fraturando a relação metabólica entre o homem e a natureza, fazendo com que as sociedades desiguais destinem a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis.

Esta fratura na relação metabólica entre o homem e a natureza é aqui desenvolvida por meio do conceito de “fissura metabólica”, de Marx (FOSTER e CLARK, 2006). Assim, para Marx, o capitalismo trouxe um antagonismo entre os homens e a natureza, uma fissura na relação metabólica entre os seres humanos e a terra, o meio natural, como por exemplo, a super-exploração dos meios naturais em regiões não-urbanas, trazendo além da própria degradação ambiental e a pauperização destas regiões.

No entanto, não se deve entender esta fissura metabólica como processo de quebra, de rompimento na relação entre o homem e a natureza, até porque estes continuam conectados, mas sim, como outra maneira de se demonstrar que a relação é mediada, marcada, fissurada e ao mesmo tempo estabilizada pela própria ciência, um elemento “naturalizado” e muitas vezes imperceptível na interação entre o homem e a natureza dentro do processo de expansão capitalista.

Destarte, de acordo com Lenzi (2006), tomando como ponto de partida a teoria da estruturação de Giddens, a natureza se apresenta como uma estrutura, desta forma, como meio e resultado da ação humana. Assim, a natureza numa concepção estruturalista é sempre socializada, implicada nas práticas sociais com as quais se relaciona.

¹¹Tradução livre: “An essential aspect of the concept of metabolism is the notion that it constitutes the basis on which life is sustained and growth and reproduction become possible” (FOSTER, 1999, p. 383).

Ciência e Modernidade

Uma característica das sociedades modernas seria a incorporação do conhecimento tecno-científico socialmente construído e institucionalizado para interceder à relação do homem com a natureza (SILVA e PAULINO, 2011). Esta relação é mediada pelos sistemas peritos, que nada mais são do que sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam ambientes materiais e sociais em que vivemos (GIDDENS, 1991).

É interessante observar que os sistemas peritos seriam elementos presentes na criação de riscos e na geração de incertezas, associadas à própria reflexividade da modernidade. Um fator marcante dos riscos modernos estaria na sua origem, marcada pela “infusão de conhecimento humano no ambiente material” (GIDDENS, 1991, p. 127). E estes riscos são fatores que acabam por incitar na sociedade civil um movimento contraditório: a desconfiança para com a ciência apenas no que se refere ao progresso técnico e dominante, e a organização com o auxílio da própria ciência para lidar com tais riscos.

Demonstro então, como a natureza e o homem são conectados, digamos, de forma a constituir uma estrutura e, como o conhecimento científico, somado ao progresso tecnológico proporcionado e constituinte do industrialismo, estão nos pilares da construção desta relação dos homens com o meio ambiente e dos homens uns com os outros, tornando-se impossível escapar deste sistema científico tecnológico. (SILVA e PAULINO, 2011). Assim, não se pode fugir desta constituição característica da vida moderna, resultado do processo de racionalização (PIERUCCI, 2009) e modernização, em que haveria uma crescente incorporação do pensamento racional, seu alto nível de racionalização, sistematização e cumprimento de objetivos complexos e bem estruturados nas práticas dos atores sociais inseridos cada vez mais em relações burocratizadas (WEBER, 1982) – e com uma maior adequação meios/fins nas ações dos indivíduos, lado a lado com um pensamento sistemático e metodizado aplicado diariamente. Neste contexto, até mesmo os riscos são resultados da mediação das conjunturas socialmente construídas entre o homem e o mundo material.

O Papel da ciência na modernidade

O capitalismo pode ser entendido como um sistema de produção de mercadorias, baseado na relação entre propriedade privada e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, formando um sistema de classes; um tipo de atividade econômica que se sustenta numa contabilidade financeira, digamos, racional, lado a lado com o industrialismo, que pode ser visto como o uso inanimado de fontes de energia material para a produção e circulação de mercadorias, tendo como característica a mecanização da produção e do processo econômico em geral (GIDDENS, 1991) e que alterou profundamente a relação dos homens com o meio material.

A possibilidade do conhecimento científico, neste caso, das ciências sociais, de influenciar a realidade é uma característica inclusive da própria modernidade, a sua reflexividade (GIDDENS, 1991). As ciências sociais são essencialmente reflexivas, isto é, a produção que é feita da observação da realidade social pode influenciar esta própria realidade. O sociólogo se utiliza de seu objeto para a construção de um conhecimento, que poderá ser utilizado mais tarde pelo próprio objeto para uma reavaliação de suas práticas e mudança comportamental. Isto se relaciona com o conceito de “dupla hermenêutica”, pois “a sociologia trata de um universo que já está constituído pelos próprios atores sociais dentro de quadros de significância e o reinterpreta dentro de seus próprios esquemas teóricos” (GIDDENS, 1978, p. 171). Assim, os atores sociais se apropriam dos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais, ressignificando-os e transformando suas representações e práticas.

Para Latour (2008), qualquer estudo de qualquer grupo é parte irreduzível do que se faz existir, durar e desaparecer a este grupo. No mundo, não há formação social que não tenha ao menos algum instrumento das ciências sociais e, isso não é uma limitação inerente à disciplina devido ao fato do sociólogo também pertencer a esta realidade e ter dificuldade de afastar-se dos vínculos de suas categorias sociais.

As relações entre os homens e o ambiente, mediadas pelo saber científico e pelo capitalismo, são características da modernidade e de seu processo de modernização, que se refere também ao processo de racionalização, uma tendência em todos os setores da sociedade. Nos dizeres de Chesnais e Serfati (2003), a crise ambiental seria então uma crise capitalista, isto porque, a questão ambiental não pode ser isolada da questão social e, em seguida, a questão social está permeada pelo próprio capitalismo, o que significa que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nunca foi neutro. Em outras palavras,

o capitalismo, suas relações de propriedade e dominação situam, dentre outros aspectos, a relação com os recursos naturais e com o meio ambiente.

Desse modo, a modernidade tem como marco o intermédio da ciência e da tecnologia na relação dos homens entre si, dos homens com a natureza e, com o mundo material. O conhecimento técnico-científico se dá como um produtor de intercâmbio entre os vários setores da vida social, já que está intrinsecamente conectado a eles e também auxilia na constituição de seus significados.

Nossas tecnologias espelham a nossa sociedade, elas produzem, reproduzem e dão corpo ao jogo complexo de vetores técnicos, econômicos e políticos. As transformações obtidas graças à ciência e a tecnologia influenciam a sociedade em nível global, cuja presença crescente nas diferentes esferas da vida tem propiciado novas formas de cognição, interação, ativismo político, ação social e difusão de conhecimento. Segundo uma concepção de análise social por meio de redes, a ciência, a tecnologia e a sociedade interpenetram-se, estabelecendo relações complexas e heterogêneas. Portanto, nossa sociedade se tece com a ciência e a tecnologia, configurando um quadro em que ciência e tecnologia são a própria sociedade (PEDRO, 2008).

Segundo Pedro (2008), não é possível conceber uma sociedade sem atenção ao trabalho de mediação posto em cena pelos objetos técnicos. Devemos fazer um salto para fora do discurso e da sociedade, isto porque, as ações contêm em si relações e contradições ideológicas intrínsecas e é este ponto da análise social que precisamos tocar.

Foi o desenvolvimento da atividade científica – simultaneamente epistemológica e política, que faz com que ela se associe ao conjunto “ser humano + natureza + objeto” (MENDONÇA, DAL SOGLIO, 2011) – o que permitiu, dentre outros fatores, a atual extensão do processo comunicativo e de trocas de informações, fator essencial para se entender a concretização das redes enquanto nova morfologia social. As redes se tornaram globais em seu alcance assim como a modernidade, elas penetraram em todos os setores da vida social, praticamente não há relação que não as contenha e, é justamente por isso que temos a possibilidade de construir a associação entre modernidade e redes com o conhecimento técnico-científico.

Isto significa que há uma tendência em ignorar o processo de criação das estruturas e de sua realidade atual, como se tivessem vida própria e independente. A crise ambiental e a percepção dos riscos por ela trazida são, na realidade, fruto de um processo histórico de séculos e não apenas resultado de práticas, que envolvem grupos

específicos, indicando assim que a própria agroecologia, que se coloca como uma prática anti-hegemônica é também resultado de um conjunto de dinâmicas características da constituição do sistema capitalista moderno.

A ciência em construção

A produção da ciência se faz através de relações entre humanos e não-humanos, imbricados num conjunto de interesses políticos e conflituosos dos estudiosos e das instituições as quais pertencem. Os fatos científicos são mediados, transformados e traduzidos por essas instituições, o que nos permite dizer que a ciência não apenas intermedia as redes de conexões e interações no mundo, mas também é ela mesma produzida a partir de uma dessas redes, caracteristicamente controversa. Assim, um conceito não se torna científico por estar distanciado do restante daquilo que ele envolve, mas porque se liga cada vez mais a um repertório de recursos, tecendo e atravessando a trama social (LATOUR, 2005).

Latour (2001) apresenta que poder e razão são uma coisa só – estando o Estado também atrelado nesta conjuntura –, o que pode nos levar à interpretação de que a racionalidade já envolve relações de poder e que no processo de racionalização, elementos políticos são intrínsecos. No mais, a ciência é em si politizada. Desta forma, a produção de conhecimento e o exercício de poder se entrelaçam com as instituições científicas que também são atuantes na vida social (LATOUR, 1994). Nas palavras de Cavalcanti (2010), em diálogo com Porto-Gonçalves “vemo-nos diante de uma intensa politização da ciência e, aqui, não mais somente quanto a seu uso, como se costumava denunciar, mas sim, quanto à sua própria produção”. Poder aqui entendido como (MARTÍNEZ ALIER, 2007):

- Capacidade de impor uma decisão sobre os outros, e/ou;
- Poder de procedimento capaz de impor uma linguagem de valoração para julgar o conflito ecológico distributivo.

Os usos do conhecimento científico e da tecnologia estão acoplados à dinâmica econômica, política e social, sendo ainda uma ilusão tentar isolar o domínio da natureza do domínio da política. (CAVALCANTI, 2010). Assim,

a tecnologia e a ciência não são forças exógenas do processo social, ou seja, a tecnologia e a ciência não têm autonomia em relação à sociedade

em que estão sendo utilizadas e são definidas dentro da realidade existente, portanto, construções sócio-políticas que se entrelaçam num processo dinâmico (CAVALCANTI, 2010, p. 45).

A discussão em torno da ciência enquanto politizada e atuante nos diversos setores da sociedade serve para demonstrar que os discursos que permeiam a produção científica sobre agroecologia e sobre os Bancos de Sementes Comunitários da rede Sementes da Paixão podem estar atrelados aos interesses e jogos políticos de acordo com a intervenção e produção científica que os rodeiam.

Na produção de uma verdade, ciência e relações de poder estão entrelaçadas, isto é, existem no enunciado científico jogos de poder, fazendo com que a visão de uma ciência que apenas se modifica a partir de pressões político-econômicas externas seja substituída por uma em que o próprio enunciado científico é politizado. A questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia, é a própria verdade, verdade esta que é produzida em relação aos enunciados científicos numa configuração peculiar das posições dos cientistas no mundo social, tudo isto contendo relações de poder intrínsecas a delimitar o curso da produção do que é tido como falso ou verdadeiro. Assim, o que deve nos interessar é saber o que rege os enunciados e como estes se articulam entre si para a conformação de fatos científicos (FOUCAULT, 2007).

O poder não pode ser visto apenas como repressivo, demonstrado somente por proibições, ele também é construtivo e produtor de discursos, e é justamente por isto que ele é socialmente aceito. Neste sentido, a ciência é um espaço legitimador de práticas pelo poder adquirido com o desenvolvimento da racionalidade científica.

Segundo Latour (2000), no processo de produção do conhecimento científico existem incertezas, trabalho, decisões e concorrências. Porém, o que nos é apresentado é apenas uma ciência pronta, em que a mistura caótica que a forma é ocultada para apresentá-la bem definida, tudo isso graças à força da racionalidade científica moderna. As contradições inerentes ao conhecimento científico são postas numa “caixa preta”, isto é, aquilo que se revela por demais complexo e incoerente é posto num recipiente de onde se retiram apenas o pronto, aquilo que é apresentável. Algo semelhante ocorre com o tratamento recebido pelas experiências agroecológicas por parte de cientistas e técnicos do aparato institucional envolvente. Justamente por isto, essa pesquisa indica a necessidade de se deixar de lado a concepção de ciência pronta e demonstrar a ciência em seu processo de construção, onde contexto e conteúdo se confundem.

Na apresentação do conteúdo científico para aqueles que não participam desta rede, a eficiência de certo fato, resultado, instrumento ou máquina é um fator chave (LATOURE, 2000). Assim, a eficiência de um dado resultado é definida por quem tem sucesso, em que o fracasso de resultados semelhantes é ocultado. Portanto, ir até o laboratório, neste caso, o lugar de onde o texto científico saiu, serve para diagnosticar os laços que envolvem a produção deste conhecimento, desvendar esta rede, seus relacionamentos e suas controvérsias. Esta concepção vai além da crença de uma ciência que sofre pressão externa, do contexto, ou de um conhecimento científico objetivo que é influenciado pela subjetividade do pesquisador. O que realmente ocorre é que a ciência em construção possui em seu cerne elementos humanos e não-humanos que dependem do contexto e da rede de atores sociais em questão, tornando indispensável que tanto o universo “de dentro da ciência” quanto o universo “de fora da ciência” e que, em tese, a influencia, sejam acompanhados e analisados.

Latour (2000) utiliza o mito romano do deus Jano¹², para discutir as diferenças entre a ciência pronta/acabada e a ciência em construção. Vejamos as máximas explicativas dos diferentes tipos de ciência apresentadas pelo autor a partir do mito em questão (SILVA, 2012):

QUADRO 1: Ciência em construção x Ciência pronta/acabada

Ciência em Construção	Ciência Pronta/Acabada
Descarte os fatos inúteis.	Acate os fatos sem discutir.
Decida o que é eficiência.	Fique sempre com a máquina mais eficiente.
A máquina vai funcionar quando as pessoas interessadas estiverem convencidas.	Quando a máquina funcionar, todos se convencerão.
Quando as coisas se sustentam, elas começam a se transformar em verdade.	O que é verdade sempre se sustenta.

Assim,

... ao cientista é conferida uma natureza dupla e especial que, de certo modo, coloca-o como salvador e ao mesmo tempo tirano. Por um lado, ele se torna responsável pela apresentação, libertação e iluminação dos indivíduos (...). Por outro lado, ele se torna responsável pela

¹² “Na mitologia romana, Jano é o deus dos começos e das transições, dos portões, e das portas. Ele representa a transição entre a vida primitiva e a vida civilizada, entre o campo e a cidade, entre a paz e a guerra e também representa o crescimento dos jovens. Normalmente, Jano é representado com duas faces, cada uma olhando em uma direção; uma voltada para frente e outra para trás” (SILVA, 2012, p. 86).

imposição/criação de outra ordem. No caso, aqui estudado, uma ordem perpassada pela lógica da modernização... (SILVA, 2012, p. 20).

O mito científico dissimula todo o labor dos construtores de redes. As instituições, bibliotecas, laboratórios, não são simples meios que se poderiam dispensar sob o pretexto de que os fenômenos fariam por si mesmos. Os fenômenos só têm existência através das séries de transformações a que se sucedem por essas bibliotecas, laboratórios, instituições de pesquisa...

A afirmação de que a produção de fatos científicos e a circulação de informações dependem da rede de relações implícitas demonstra a plena atividade das instituições que contornam determinado conhecimento, ultrapassando o imaginário de simples transmissoras de informação para se constituírem enquanto meios de transformação dessas informações e conhecimentos. Assim, Latour (2004) se utiliza da biblioteca, das coleções (livros, obras, anais de eventos científicos, periódicos, etc) e dos laboratórios para representar o quanto há de capacidade actante nas instituições. Em vez de considerar a biblioteca como uma fortaleza isolada, Bruno Latour pretende apresentá-la como um nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matéria tornando-se signo. A biblioteca curva o espaço e o tempo ao redor de si e serve de receptáculo, de transformador de fluxos concretos que ela movimenta continuamente. A biblioteca também funciona como fator de qualificação dos enunciadores ao delimitar o que é necessário possuir para enunciar legitimamente (MAINGUENEAU, 2008). É justamente o que ocorre com os trabalhos sobre agroecologia, ao formarem uma dessas “bibliotecas”, eles são um nó, um ponto de conexão entre a performatividade científica da realidade e a institucionalização do discurso agroecológico para com os outros setores da sociedade, desde o Poder Público até a sociedade civil.

Ao falar de livros e signos, não devemos esquecer a sua “conéctica”, a capacidade de apresentar conexão entre vários elementos da vida social. Os textos, as informações, os fatos e o conhecimento científico também agem sobre a realidade e circulam em redes práticas de instituições que conectam os seres humanos e não-humanos uns aos outros (LATOURE, 2004), o que faz com que os artigos escritos sobre agroecologia se tornem bastante sintomáticos da rede constitutiva do discurso em questão. Assim, torna-se perceptível que os objetos e lugares estão repletos de ligações expandidas por todo o mundo.

O controle intelectual e o domínio erudito não se exercem diretamente entre os fenômenos, mas sim sobre as inscrições que lhe servem de veículo, sob a condição de circular continuamente através de redes de transformações (laboratórios, instrumentos, expedições, coleções). Em outras palavras, os fenômenos circulam por meio do conjunto das redes e dos signos e é esta circulação que permite a nós verificá-los, assegurá-los e validá-los. Devemos então substituir a antiga distinção entre a linguagem e o mundo por essa mistura de instituições, formas, matérias e inscrições. Os laboratórios, as bibliotecas e as coleções estão ligados em um mundo que, sem eles, permanece incompreensível.

Portanto, a ciência não apenas reflete a realidade das experiências agroecológicas, mas está em seu cerne e auxilia no seu surgimento, desenvolvimento e apresentação de resultados, através de uma rede que já contém em si, relações de poder, tensões, conflitos e posicionamentos ideológicos.

A ciência e a tecnologia a partir das redes

A modernidade, como já se sabe, é marcada pela impossibilidade de separação do conhecimento técnico-científico e de seus objetos na relação dos homens entre si e dos homens com a natureza. Neste cenário, o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, da tecnologia, são constituintes da atual morfologia das relações sociais, onde os homens interagem cada vez mais em contexto global, estando conectados uns aos outros, mesmo que descontextualizados em tempo e espaço físico.

Esta nova morfologia social se configura através das redes, estruturas de relação e comunicação expansivas que incluem os mais diversos elementos constituintes do cosmos, sejam eles relações de poder, conhecimento científico, conhecimento local, objetos humanos e não-humanos. As redes, de certa forma, efetuam o papel de unir tudo isto, permitindo enxergar o homem e o mundo material como interconectados e pertencentes a um mesmo quadro.

A sociedade civil do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, interorganizacionais e de movimentos de formação de parcerias entre esferas públicas, privadas e estatais. O fortalecimento da sociedade civil se realiza com a sinergia entre iniciativas locais e globais (SCHERER-WARREN, 2006).

A atual produção das ciências sociais nos mostra que há um interesse crescente por parte dos pesquisadores no uso do conceito de redes. Todo um cerco de autores vem

demarcando essa possibilidade de análise da realidade social e aqui demonstraremos, de forma ensaística, a coerência do uso da concepção de rede com o contexto social moderno, que é marcado pela difusão da ciência através dos mais diversos setores da vida social, sendo a própria ciência constituída a partir de relações de rede.

A era contemporânea contém em si um mundo cada vez mais conectado e informatizado. O ponto de partida para esse largo alcance dos ditames modernos e para a facilidade da troca de informações em contexto global, seria a revolução tecnológica, apresentando uma nova sociedade e cultura. Assim, para Castells (1999), a tecnologia é a sociedade. Tal afirmação indica uma clara interação entre história, tecnologia e sociedade.

Tecnologia é uma forma específica de relação entre a mão-de-obra e a matéria no processo de trabalho. A revolução tecnológica atual originou-se, difundiu-se e foi ferramenta básica num período de reestruturação global do capitalismo. Presenciamos então, uma tendência histórica onde as funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes.

Pode-se entender rede como um conjunto de nós interconectados, sendo o nó, o ponto no qual uma curva se entrecorta. Ainda, redes são estruturas abertas capazes de expandir-se de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam se comunicar dentro da rede, isto é, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Por fim, redes são instrumentos apropriados pela economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada (CASTELLS, 1999).

Esta discussão serve de auxílio para se entender como se dá a configuração do movimento agroecológico a partir da sua materialização nas Sementes da Paixão, entendendo este mesmo como uma rede, além de que permite enxergar a interação com os dotados do saber científico e a capacidade de agência dos objetos, neste caso, das lutas políticas em torno das sementes.

Definição e uso

Redes são constructos de nós interligados, em que nós muito importantes podem ser chamados de centros. Todos os nós são necessários para a performance da rede e quando nós se tornam desnecessários, as redes tendem a reconfigurá-los. Vale salientar que a rede é a unidade e não o nó. Na vida social, nós são estruturas comunicativas com trocas de mensagens no tempo e no espaço. Falando de outra maneira, redes são

complexas estruturas de comunicação construídas ao redor de um mesmo projeto, um objetivo comum, unidade de propósitos e com flexibilidade de execução e adaptação (CASTELLS, 2009).

A habilidade das redes de introduzir novos atores no processo de organização social ocorre lado a lado com a mudança tecnológica, mais precisamente, junto da evolução das tecnologias de comunicação. A sociedade industrial, seja ela capitalista ou estatal, foi estruturada ao redor de esferas de longo alcance, organização vertical da produção e instituições hierarquizadas. Apenas com o amadurecimento da sociedade industrial houve a radicalização da organização social em torno de redes, havendo a possibilidade de usar a micro tecnologia de comunicação eletrônica e digital para o fortalecimento da comunicação global e da nova forma que o mundo social começa a tomar.

Para Castells (2009), a sociedade de rede se desenvolve em uma multiplicidade de configurações culturais produzidas por diferentes contextos históricos, materializando uma forma específica de acordo com a formação institucional de um determinado sistema. A cultura comum global da sociedade de rede são protocolos de comunicação que permitem a comunicação entre diferentes instâncias, não nas bases de um compartilhamento de valores de comunicação. Por fim, a rede social global é uma estrutura dinâmica altamente maleável de acordo com a política e as estratégias econômicas em questão.

O fato das redes alcançarem o nível global e serem elas mesmas características do período moderno, já que se fundaram nas bases de desenvolvimento tecnológico, principalmente o informacional, tem a ver com o próprio projeto da modernidade, pois tanto as redes quanto a modernidade são processos de longo alcance, inclusivas e “colonizadoras” – mesmo que não excluam necessariamente as peculiaridades culturais dos níveis mais, digamos, locais – justificando a noção de que toda organização social que se generaliza muito, tende a uma validade universal (BOLTANSKI, 1999). A partir daí, é possível então construir um mosaico conceitual que inclui e relaciona a ciência, a tecnologia e as redes como causas e efeitos da modernidade.

A concretização do espaço do termo redes trouxe um grande avanço para as pesquisas nas ciências sociais porque permitiu o fortalecimento de uma visão conexionalista. Na sociedade de rede não é possível fechamento algum, a rede se estende e se modifica incessantemente e seus pilares estão constituídos nas conexões

expansíveis, nas ligações entre os objetos humanos e não humanos (BOLTANSKI, 1999).

De maneira bastante sutil, o texto até agora apresentou, através da explicitação de ideias de diferentes autores, duas diferentes abordagens nas ciências sociais para tratar as redes: uma é a historicista, que trata a rede como a forma que convém ao nosso tempo e, já que é desta forma, temos que analisar historicamente tal realidade; a outra é a naturalista, onde a rede é considerada como a textura de todo o mundo social e até de toda a natureza. O que convém neste trabalho é tratar das redes unindo as duas perspectivas, a historicista e a naturalista, pois, as redes não são apenas a nova forma pela qual as relações sociais se dão no nosso tempo, mas se globalizaram e institucionalizaram, sendo importante para o cientista social tomar conhecimento disto e se utilizar dele para tentar apreender a sociedade conexcionista por meio da própria imaginação conexcionista.

O ordenamento na modernidade e o poder de agência dos objetos

Torna-se cada vez mais difícil negar que o ordenamento no mundo moderno, falando de organizações formais ou não, está ligado à ciência, à tecnologia e ao controle racional que estas proporcionam. No caso da modernidade, não há uma única ordem, mas uma pluralidade e incompletude de processos de ordem social e material. Em outras palavras, o mundo moderno é complexo, heterogêneo e contém em si diversos “subtipos” de organização, programadas pela presença das redes técnicas com a qual se relacionam. Conclui-se, então, que o ordenamento característico da modernidade é de certa forma, sócio-técnico, já que, segundo Law (1994), histórias são mais que histórias: elas incluem padrões que podem ter sido imputados pela rede sociotécnica recursiva.

Para este mesmo autor, o mundo moderno concentra diversas táticas de ordenamento, isto é, múltiplos modos de ordenação, que nada mais são do que estratégias auto-reflexivas para padronizar as redes sociais, entendidas como a própria expressão do projeto do alto modernismo.

É importante estar ciente que a ordenação do mundo moderno é também performada e representada em materiais, ou seja, ela não existiria sem o mundo dos objetos. Sabendo que o mundo social é materialmente heterogêneo, as diferenças entre materiais podem resultar em uma série de consequências reais diferenciadas e, ao mesmo tempo, não haveria ordem social se os materiais que a gerassem não fossem

heterogêneos, pois a ordem não resulta de um só fator, e sim de uma infinidade deles. Resumindo, materiais heterogêneos combinados entre si e mantidos “naturalmente” em relação com os seres humanos moldam uma série de modos de ordenação e operam para, reflexivamente, gerar ações e conexões.

Precisamente, esses materiais, por meio de um ciclo gerativo e reflexivo, performam a si mesmos para originar uma série de modos de organização que podem interagir uns com os outros para construir outros materiais e arranjos que possuem efeitos hierárquicos e distribucionais na vida social (LATOUR, 2008).

Os objetos são importantes no curso da ação pelo simples fato de que qualquer objeto que modifica sua incidência num estado de coisas é um ator ou, um actante, além de que há sempre uma multiplicidade de objetos que qualquer curso de ação põe em jogo em seu passo (LATOUR, 2008).

Com isto, não estamos aqui afirmando que os objetos são os que produzem a realidade social no lugar dos atores humanos, é simplesmente afirmar que nenhuma ciência social pode ser iniciada sem que se explore primeiro a questão de quem e do que participa da ação, mesmo que isso signifique permitir que se incorporem elementos que poderíamos chamar de não-humanos. Da mesma forma, também não estamos forçando uma simetria entre humanos e não humanos. Ser simétrico, neste caso, simplesmente significa não impor *a priori* nenhuma assimetria entre a ação humana intencional e um mundo material de relações causais (LATOUR, 2008).

Pensar desta maneira indica um posicionamento teórico que podemos chamar de materialismo relacional: a ordem tem a ver com humanos e não-humanos, por isso não faz sentido ignorar o material, nem tratá-lo em separado. E já que estamos falando dos componentes da ordem social moderna, não há de se deixar de fora o fato de que o cientista social, por mais que se sinta em separado deste cosmos por tomá-lo como objeto de estudo, está, do mesmo modo, inserido nesta rede de laços (LAW, 1994), demonstrando a reflexividade característica da modernidade e a clara reflexividade das ciências sociais.

O relacional materialismo é de grande relevância para se entender a capacidade criadora e reflexiva dos humanos e não-humanos no contexto moderno. Tal capacidade demonstra a agência dos atores, onde um agente é um efeito gerado numa rede de materiais heterogêneos, ou também, uma rede de diferentes materiais, um processo de ordenação que nos acontece para nos transformarmos em pessoa (LAW 1994).

Mas porque trouxemos a tona esse conceito de agência – que não bebe necessariamente da fonte teórica de Giddens (2003) – nesta discussão a partir do materialismo relacional? A resposta é simples e traz a principal lição a ser apreendida a partir deste posicionamento! A noção de agência, neste caso específico, é ilustrativa da capacidade atuante dos elementos constitutivos do projeto moderno, ela indica como o processo da modernidade abarca todos os setores da sociedade na sua lógica técnico-científica, organizando-os em redes e, como estes elementos se espelham em tal projeto para o “caminhar da vida social”, desembocando em efeitos que reverberam e se conectam em outros e assim sucessivamente.

A teoria ator-rede (TAR)

O propósito desta teoria é mostrar porque o social não pode ser considerado como um tipo de material abstrato e questionar a pretensão de dar uma “explicação social” a algum estado de coisas. O que se quer fazer, verdadeiramente, é redefinir a noção do social e reinstaurar sua capacidade de rastrear conexões, construindo uma definição alternativa de Sociologia ao mesmo tempo em que se mantém fiel a sua vocação tradicional. Portanto, na TAR, nem a sociedade nem o social existem.

O social não é um domínio especial da realidade, e sim um princípio de conexões. Assim, não há motivos para separar o social de outras associações, como por exemplo, os organismos biológicos. Considera-se então como social um fluido circulante de elementos a serem reunidos num nível mais amplo, não no que chamamos de sociedade, mas sim num coletivo. Para a TAR, social é o nome de um tipo de associação momentânea que se caracteriza pela maneira que os elementos se reúnem e geram novas formações. Essa dissolução da ideia de força social permite ao sociólogo vê-la como interações de curta duração ou como associações, o que não significa que não possam existir vínculos duradouros, mas isso não conta como prova de que são feitos de matéria social abstrata.

Latour (2008) separa dois blocos de consideração sobre a sociedade: uma que define o social concretamente (estruturalismo, funcionalismo, entre outros) e a outra que diz que não existe nenhuma “força social” capaz de ser explicada. O primeiro bloco é chamado de sociologia do social e o segundo, de sociologia das associações – ou sociologia da tradução –, na qual a TAR se enquadra.

De acordo com a sociologia das associações, as ciências sociais podem ser redefinidas como um rastreamento de associações, nela, o adjetivo “social” designa nada mais que um tipo de relação entre coisas que não são sociais em si mesmas, não existindo assim uma conjuntura, uma ordenação *a priori* do que seria a sociedade completamente coerente, homogênea e estável. Em vez de adotar uma posição razoável de uma ordem antecipada, a TAR está em melhores condições de encontrar a ordem depois de haver deixado que os atores implantem toda a gama de controvérsias em que estão imersos. Direcionamo-nos assim aos atores deixando que eles apresentem suas próprias categorias e a partir disso explicamos como se estabelecem os elos, ao contrário de disciplinarmos os atores em nossas próprias categorias analíticas.

A sociologia das associações desconstrói essa visão clássica do social, porque não acredita que haja tal matéria, digamos assim, ontológica. Estes agregados sociais tão debatidos nos trabalhos da nossa disciplina são objetos de uma definição performativa, constituídos pelos diversos modos que se dizem que existem. O que há de social são as interações, as conexões, as associações, e é unicamente isso que deve ser investigado.

Neste arcabouço teórico, evita-se a pretensão de enxergar construções inerentes ao que é tido como social, a uma ordem previamente dada. Entretanto, não significa que a sociologia tenha que desistir da busca por organizações de atores sociais. Para recuperar algum sentido de ordem, a solução é rastrear as relações entre as controvérsias em vez de tratar de decidir como resolver qualquer controvérsia dada. De forma alguma se abandona a busca de ordem, rigor e padrões, apenas nos situamos a partir de outro ponto de partida, de modo a permitir que os atores exibam suas próprias formas de pensar, por mais contraintuitivas que pareçam. Vale salientar que a tarefa de definir e ordenar o social interessa aos próprios atores analisados e não apenas ao pesquisador (LATOUR, 2008).

Os grupos não são inertes, se fazem e refazem para existir. Para os sociólogos das associações, a regra e o que se deve explicar é a atuação. As exceções inquietantes são qualquer tipo de estabilidade de longo prazo e em maior escala, concretizando assim uma inversão com a sociologia do social que procura a durabilidade, o alcance, a solidez, o compromisso, a lealdade, a adesão e etc; ou seja, a inércia social.

Antes de mergulhar no que significa a ação dentro da Teoria Ator-Rede é necessário entender uma diferenciação exposta por Latour (2008) no que se refere ao agente capaz de efetuar transmissão e transformação de informações:

- Intermediário: aquele que transporta significado ou força sem transformação alguma. Assim, definir seus dados de entrada é definir seus dados de saída;
- Mediador: não pode ser considerado como apenas um, já que podem funcionar como um, nada, vários ou infinitos. Seus dados de entrada nunca predizem bem os de saída e sua especificidade deve ser tomada em conta todas às vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado dos elementos que se supõem que deve transportar.

Para a TAR não há nenhum tipo preferido de agregado social, há uma quantidade interminável de mediadores e, a transformação em intermediários fiéis é uma situação que foge da regra, uma rara exceção que há de se explicar com trabalho extra. O que temos então é um mundo feito de ligações de mediadores. Segundo Latour (2008) o mediador cria padrões e protocolos específicos que são transportados para diferentes localidades por meio das redes. Os conteúdos, ao serem transportados são reformulados e reconstituídos nas realidades específicas.

A ação social não só é controlada por externos como também é delegada a distintos tipos de atores que são capazes de transportá-la através de outros modos de ação, outros tipos de força completamente distintos. A ação também não se realiza sob o controle pleno da consciência, ela deve ser considerada como um nó em um conglomerado de muitos conjuntos surpreendentes de agências que devem ser desemaranhadas lentamente. Um ator é aquilo que muitos outros fazem atuar, não é em si mesmo a fonte de ação, mas o alvo móvel de uma quantidade de entidades que convergem a ele. Na maioria dos casos, as explicações sociais são simplesmente um agregado supérfluo que, em vez de revelar as forças que atuam atrás do que se disse, dissimula o que foi dito (LATOURE, 2008).

Nestas redes, os objetos são plenamente ativos enquanto atores sociais, fazendo parte do ordenamento do mundo, das relações sociais e da construção das próprias redes. Esses materiais são aqui vistos também como produtos tecnológicos e artefatos científicos presentes na mediação de nossas relações, indicando mais uma vez a presença da técnica e da ciência nas relações sociais.

Por mais que no decorrer do texto tenhamos apresentado expressões como “sociedade, realidade social, mundo social, vida social”, entre outras, isto não passa de uma forma de escrita, certo vício de linguagem que não chega a concatenar um posicionamento avesso ao da sociologia das associações. Estamos de acordo com a

noção do social, este coletivo, como sendo construído e identificado através das associações, das conexões entre atores.

Deste modo, os principais conceitos/elementos debatidos durante o texto (ciência, tecnologia, homem, ambiente, modernidade, objetos e rede) formam um só quadro que contém dentro de si as várias conexões fluidas, instáveis e contraditórias dessas instâncias, formando a constituição do que apresento como modernidade e o papel da ciência na sociedade de rede.

Unindo as concepções do ator envolvido em associações e a capacidade de agência dos não-humanos, penetramos finalmente na concepção de rede de Latour:

Na teoria ator-rede, a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Uma rede de atores não é redutível a um único ator nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados (CAVALCANTI, 2010, p. 47).

Para Latour, “diferentemente de Castells, que utiliza o significado tradicional, as redes sociotécnicas são extensões de entidades humanas e não-humanas como decorrência materializada de processos de tradução” (CAVALCANTI, 2010, p. 48). Assim, a rede:

(...) no designa una cosa que esta allí fuera y que tendria la forma aproximada de puntos interconectados, como uma ‘red’ telefónica, vial o cloacal. No es mas que un indicador de la calidad de un texto sobre los temas que se están investigando. Describe su objetividad, es decir, la capacidad de cada actor de hacer que los otros actores hagan cosas inesperadas. Un buen texto produce redes de actores cuando permite al escritor seguir um conjunto de relaciones definidas como otras tantas traducciones (LATOURE, 2008, p. 187).

O movimento agroecológico, nesta concepção, se enquadra facilmente nos contornos de uma rede, formada por instituições técnicas, da sociedade civil e de pesquisa, que acabam por legitimar e institucionalizar a fala deste movimento através de um processo de cooptação entre diferentes tipos de organizações, que serão, mais a frente, melhor detalhadas.

Enquanto representante focal do movimento ecológico nacional, os BSC funcionam a partir de coalizões (WOLF, 1970), união de atores do campo com o intuito de enfrentar eventuais dificuldades, que se integram numa rede de diálogo técnico (DARRÉ apud CARON e SABOURIN, 2003) – com certa diferenciação da definição

de rede sociotécnica de Latour, mas segue o mesmo padrão de contribuição teórica para o presente trabalho –, que, grosso modo, está sendo construído a partir de um conjunto de relações e de trocas de informações que são disseminadas a partir do sucesso de empreendimentos a níveis mais íntimos, em que os atores locais passam a modificar suas práticas e que ganham a atenção e o auxílio do conhecimento técnico de várias instituições, neste caso, principalmente a AS-PTA. Em outras palavras, formou-se uma rede sóciotécnica, mostrando uma correlação de relações sociais e circulação de conhecimentos técnicos construídas pelos agricultores e agentes externos (SABOURIN, 2009). Assim, há uma conexão e troca de informações dos conhecimentos do cotidiano dos agricultores – o que podemos chamar, utilizando Sabourin (2009), de Sistemas Locais de Conhecimento (SLC), ou seja, saberes locais para fins de experimentação ou de produção coletiva com o intuito de inovar, inovação esta que segue principalmente um processo de adaptação, remetendo a área da ação coletiva – com os saberes científicos, estando todos eles interligados e sendo, fundamentais para se entender o posicionamento e visões dos atores inseridos neste processo.

Nas palavras de Giddens:

A vida social moderna é um assunto complexo, e há muitos processos “filtragem retroativa”, pelos quais o conhecimento técnico, de uma ou outra forma, é reapropriado pelas pessoas leigas e aplicado rotineiramente no curso de suas atividades cotidianas. (GIDDENS, 1991, p. 146)

O intuito de se trabalhar com a concepção de redes não é para construir a pesquisa em torno da tentativa de estabelecer uma análise de rede, até porque a metodologia central desta dissertação é a análise de discurso, com principal referência em Foucault, mas sim, para demonstrar que a realidade a ser estudada se enquadra nos contornos constitutivos da modernidade e na construção de uma rede sóciotécnica, a rede Sementes da Paixão, pois seu discurso, que nada mais é do que uma manifestação do discurso agroecológico, envolve atores, instituições e saberes influenciados pelo conhecimento científico.

O outro lado da contribuição da perspectiva de redes para a seguinte dissertação é enxergar a capacidade de atuação dos objetos, pois, como vimos, no ordenamento da modernidade, os não-humanos são também agentes na realidade social e, especificamente no caso do movimento agroecológico da rede Sementes da Paixão, discutimos a importância dos artigos escritos sobre a temática e das sementes crioulas,

enquanto contraposição das sementes geneticamente modificadas, como elementos importantes para se entender a bandeira defendida pela rede e os artifícios utilizados para alcançar os seus objetivos.

CAPÍTULO 2

A ANÁLISE DO DISCURSO AGROECOLÓGICO

O trabalho simbólico do discurso está na base da existência humana. Ele é movimento, prática de linguagem, mediação entre o homem e a realidade natural e social, é também efeito de sentido entre locutores, em que a língua é a dimensão de sua possibilidade (ORLANDI, 2010). Também podemos entendê-lo como uma disposição de textos, cujo modo de inscrição histórica permite enxergar regularidades enunciativas. Vale salientar que o discurso é uma tipologia fraca, isto porque os elementos que compõem a realidade social são abertos e misturados. O que se faz é “imaginar” uma ilha de resíduos de uma exiguidade externa (MAINGUENEAU, 2008).

Para Foucault, segundo Maingueneau (2008), o discurso é composto por regras anônimas e históricas que apresentam as condições da enunciação. Foucault opta por uma análise “profunda”, isto é, captar o discurso em sua globalidade, o que remete ao estudo de toda uma complexidade inserida num sistema local. A identidade de um discurso se dá pela coerência global que integra múltiplas dimensões textuais. O discurso funciona a partir de um sistema de regras que define a especificidade de sua argumentação, não podendo ser entendido como um sistema de idéias ou estratificação de uma totalidade a ser decomposta. Um discurso é também uma maneira de dizer, um modo de enunciação, possui um “tom”, um “gênero discursivo”.

Discurso é um jogo de escritura, leitura e troca, é a reverberação de uma verdade nascendo. Nesta gestação, há toda uma conjectura de relações, intenções, objetivos, conflitos e tensões. Assim, há sempre o medo que sua desordem transpareça, que os fatores materiais, invisíveis e contraditórios que o cercam sejam trazidos a luz, isto porque, todo discurso tem uma intenção de verdade, e para que esta intenção seja assegurada, é necessário selecionar desta caixa preta – se apropriando dos termos de Latour (2000) – apenas o que está pronto, acabado, com pouca possibilidade de dúvida, escondendo assim a “confusão” de sua essência.

Esta vontade de verdade contém em si relações de poder, apoia-se num suporte institucional que tende a exercer sobre outros discursos uma pressão, uma força de coerção a partir de uma maquinaria destinada a excluir quem procura contornar essa vontade de verdade e colocá-la em questionamento. No discurso, a política exerce seu papel fazendo interdição e exclusão dos segmentos do discurso, manifestando e ocultando os seus desejos de acordo com os objetivos em questão (FOUCAULT, 2000).

A verdade não existe fora do poder nem sem ele. A verdade também funciona como mecanismo coercitivo, de regulação e definição do que é tido como falso ou verdadeiro. Portanto, verdade é o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder. Em outras palavras, um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a articulação e o funcionamento dos enunciados, tudo isso ligado a sistemas de poder que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduz (FOUCAULT, 2007).

A vontade de verdade do discurso agroecológico ameniza seus objetivos políticos por meio de uma fala que defende a boa alimentação, a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental, o compromisso com as gerações futuras e com o planeta e o resgate das práticas tradicionais que limitariam o avanço do capitalismo moderno. Não que não haja qualidades nutricionais substantivas nos alimentos orgânicos, ou que a fala dos agricultores agroecológicos nada mais seja que uma mentira, este não é o foco do trabalho. O interesse não é questionar os dizeres da agroecologia, nem por em cheque as suas práticas, a análise do discurso não se presta a duvidar da verdade proposta, mas se constitui numa ferramenta importante para entender a construção do discurso em questão, os elementos que permitem modelar um cerco de construções linguísticas que tem em si uma mensagem a passar.

Análise do discurso não é desvendar a universalidade do sentido, mas sim buscar o que realmente importa, a sua rarefação. Em outras palavras, não se atém a entender a completude e alastramento do discurso agroecológico, mas entender os elementos que o fazem e o apresentam de maneira única, peculiar, que não permite que ele seja confundido com outros discursos que permeiam a mesma temática de questões ambientais e rurais e que o estabelecem enquanto uma instância possível na luta constante para a definição de posicionamentos e verdades para a sociedade.

A perspectiva crítica na qual posiciono meu trabalho não busca analisar necessariamente o surgimento do discurso, a sua origem, até porque, não há uma origem

secreta do discurso, a irrupção de um argumento verdadeiro: todo discurso repousa sobre um “já dito”, um silêncio, um não-dito que está lá. A oposição a esta perspectiva de que há um momento único de nascimento do discurso é útil porque, se não fosse desta maneira, todo discurso seria a repetição de uma origem que escaparia à determinação histórica. Destarte, não é preciso remeter o discurso a sua origem, mas tratá-lo no jogo da sua instância (FOUCAULT, 2008).

Seguindo a hipótese de Foucault (2000), “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus perigos e poderes, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 8-9). As categorias correntemente utilizadas no discurso agroecológico contêm em si um conjunto de relações e objetivos políticos que permitiram a sua existência. Em outras palavras, são nessas relações e objetivos que quero penetrar, pois, na construção desse discurso, existe um aparato institucional para o controle, seleção, formatação e reprodução de procedimentos que delimitam a sua identidade e que maquiam as relações materiais intrínsecas, sendo esta função cumprida, segundo a minha hipótese, principalmente pela ciência e pela técnica.

A fala do movimento agroecológico enquanto discurso: categorias e posicionamentos recorrentes e o caso das Sementes da Paixão

Esta pesquisa tomou como primeira base de dados dois quadros de trabalhos sobre agroecologia: o primeiro deles constitui uma amostra de artigos de cunho geral sobre agroecologia e experiências agroecológicas diversas e, o segundo, um conjunto mais específico de trabalhos que versam sobre os Bancos de Sementes Comunitários (BSC). Este recurso metodológico teve como objetivo abordar o tema da agroecologia e a forma que a produção do conhecimento sobre ela vem sendo construída e apresentada tomando a produção acadêmica paraibana sobre a experiência da Sementes da Paixão como uma vertente das diversas abordagens e práticas discursivas no que se refere à agroecologia. Deste modo, é possível identificar certo padrão de tratamento de categorias e posicionamentos no campo da agroecologia e como este se desenrola na construção específica dos BSC agroecológicos paraibanos.

Os seguintes trabalhos foram selecionados enquanto representantes da produção científica sobre agroecologia no geral¹³:

QUADRO 2: Trabalhos sobre agroecologia no geral

Nome do artigo	Autor(es)	Data de publicação	Meio de publicação
Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente	Cimone Rozendo	2011	Artigo apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs
A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil	Rogério Marcos Magalhães	2010	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 21
“Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável	Ghislaine Duque	2007	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17
Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas	Alfio Brandenburg	2002	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6
Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências	Renato Linhares de Assis e Adernar Ribeiro Romeiro	2002	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6
Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia	Renato Linhares de Assis	2006	Artigo publicado na Revista Economia Aplicada, 10(1)
Agroecologia e agricultura familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná	Renato Linhares de Assis e Ademar Ribeiro Romeiro	2005	Artigo publicado na Revista Economia e Sociologia Rural, vol. 43
A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do Assentamento Ceres, RS	Marcos Botton Piccin e Roberto José Moreira	2006	Artigo publicado na Revista Estudos de sociedade e agricultura, vol. 14, no. 2
Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da encosta da Serra Geral em Santa Catarina	Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda e Paulo Eduardo Moruzzi Marques	2008	Artigo publicado na Revista Ruris, v. 2, n. 2
Conservação e Manejo da Biodiversidade em um assentamento rural	Felipe Rosafa Gavioli	2009	Artigo publicado na Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4 no. 2

¹³ É interessante observar que existe uma gama de trabalhos sobre agroecologia que escapam do padrão discursivo aqui debatido. Desta forma, foram selecionados aleatoriamente um total de 23 trabalhos, onde 10 foram escolhidos, também de forma aleatória, para servir de um dos campos amostrais da pesquisa.

A catalogação da bibliográfica acima citada permite perceber um discurso recorrente quando se trata de referenciar a identidade dos agricultores agroecológicos, em grande parte através dos conceitos de *tradição* e *campesinato*. Como exemplo, os seguintes trechos das referências acima listadas (grifos meus):

Assim, a partir de uma concepção mais ampla de proteção, a tradição, o saber fazer local emerge como atributo igualmente valorizado tanto quanto o meio físico (ROZENDO, 2011, p. 9).

Contudo, pode-se sugerir que se estes cursos valorizam dimensões dos conhecimentos adquiridos pela tradição, contrapondo-se a desvalorização realizada pela modernização da agricultura, o fazem num patamar de reinseri-los como alternativas possíveis para a acumulação de capital econômico (PICCIN E MOREIRA, 2006, p. 283).

A agroecologia, na medida em que possui como premissa básica uma produção agrícola que não agrida o meio ambiente, resgata a lógica da complexidade presente nas sociedades camponesas tradicionais, integrando propostas agroecológicas com outras voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, a qual, em função da escala, favorece a conciliação entre a complexidade desejada e a supervisão e controle do processo de trabalho necessários (ASSIS, 2006, p. 86).

Nesse entendimento, a agricultura camponesa e a agricultura de subsistência são categorias particulares dentro da agricultura familiar... (MAGALHÃES, 2010, p. 94).

Os artigos a seguir, debruçados sobre a rede Sementes da Paixão, servem como campo amostral de uma ramificação, dentre outras, dos discursos sobre agroecologia:

QUADRO 3: Trabalhos sobre agroecologia na Paraíba

Nome do artigo	Autor(es)	Data de publicação	Meio de publicação
Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão paraibano	Juliano Moreira do Nascimento e Emilia Moreira	2008	Artigo apresentado no II Seminário Luso-Brasileiro Agricultura Familiar e Desertificação
O papel dos assentamentos rurais e dos bancos de Sementes da Paixão na reconstrução do território: das discussões epistemológicas ao caso de Três Irmãos	Juliano Moreira do Nascimento e Emilia Moreira	2008	Artigo apresentado no XV Encontro Estadual De Geografia
Estratégias de comunicação da V Festa da Semente da Paixão na Paraíba e sua relação com a esfera pública	Jurani Oliveira Clementino	2010	Artigo apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste
Estratégias de resistência e busca de uma identidade para os agricultores rurais – uma análise da V Festa da Semente da Paixão	Jurani Oliveira Clementino	2010	Artigo publicado na Revista Eletrônica Temática, Ano VI, n. 09
Apropriação de práticas tradicionais nas atuais políticas de desenvolvimento – o caso dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba	Jurani Oliveira Clementino, Marcionila Fernandes e Ailson Ramalho	2010	Artigo apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural
Pesquisa participativa para avaliação e seleção das Sementes da Paixão junto às famílias agricultoras na Paraíba	Emanoel Dias da Silva, Amaury Santos, Fábria Raquel Nunes e Fillipe Silveira Marini	2011	Artigo apresentado no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia
O protagonismo da juventude no Semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB)	Ghislaine Duque e Maria da Glória Batista de Araújo	2011	Artigo publicado na revista Agriculturas, v. 8, n. 1
Sementes que frutificam: duas histórias de paixão pelas sementes	Paula Almeida e Adriana Galvão Freire	2004	Artigo publicado na revista Agriculturas, v. 1, n 1
Um passeio pela Festa da Semente da Paixão	Emanoel Dias da Silva e Paula Almeida	2007	Artigo publicado na revista Agriculturas, v. 4, no 3
Bancos de Sementes Comunitários: estratégia que está resgatando práticas de Solidariedade e Cidadania no Médio Sertão da Paraíba	José Dias Campos e José Rego Neto	2012	Fonte disponível online ¹⁴

¹⁴ Disponível em:

http://www.aea.org.br/premio/trabalhos2012/responsabilidade_social_mencao_honrosa.pdf . Acessado em: 05 de julho de 2012.

Os trabalhos que têm a Sementes da Paixão como centralidade também apresentam os conceitos de *campesinato* e *tradição*¹⁵ (grifos meus):

Nos últimos as estratégias de resistência dos camponeses/agricultores têm se configurado... (CLEMENTINO, 2010b, p 1).

Celebrar e preservar a cultura do plantio de sementes sempre foi motivo de alegria para os camponeses... (NASCIMENTO e MOREIRA, 2008a, p. 2).

Os “guardiões” das sementes exercem um brilhante trabalho, encabeçam a defesa dos costumes, a manutenção das tradições... (CLEMENTINO, FERNANDES e RAMALHO, 2010, p. 5).

Os trabalhos até agora produzidos sobre esse tema defendem que as sementes da paixão – assim chamadas¹⁶, segundo os trabalhos, pelo apego e carinho dos agricultores pelas sementes, digamos, naturais e saudáveis – são uma forma de se libertar do monopólio do capitalismo sobre os meios de produção e se libertar dos programas governamentais, que os fariam dependentes. Um caminho baseado numa insurgência a subordinação para com o capitalismo dominante onde a tradição deve ser resgatada como uma forma de provocar o desenvolvimento regional: o conhecimento popular para a efetivação da autonomia e da independência. Caminho inverso também ao da agricultura “moderna”, exemplificada pelo agronegócio, com suas práticas caracterizadas por alto índice de mecanização e quimificação. A modernização, o outro lado desse discurso ou aquele para o qual se opõe, é então vista como o inverso da tradição no processo de produção de alimentos, como um fator a impedir o resgate da tradição, o resgate cultural, este último como o que permitiria a conservação da biodiversidade local.

A especificidade desse discurso estudado se dá, portanto, em relação a outro. Não há uma identidade enclausurada, uma “autonomia do discurso” ou um “fechamento estrutural”. O outro não pode ser visto como uma quebra do discurso, o outro está nele,

¹⁵ Esse número de trabalhos encontrados sobre a experiência Sementes da Paixão foram aqui apresentados aleatoriamente através de pesquisas na internet. Muitos outros podem e devem existir, porém, pretendo me concentrar nesses dez escolhidos em nível de sistematização.

¹⁶ A frase “Semente da Paixão” é atribuída ao agricultor Cassimiro Caetano Soares - Seu Dodô, enunciada em um encontro estadual sobre sementes realizado em 1998. Tal agricultor do Sertão paraibano disse: “O que eu quero plantar é o milho jabatão, o feijão corujinha e a fava cara larga, e não a semente que vem de fora. Essas são minhas sementes da paixão. Cada um tem suas sementes da paixão e é nessa diversidade que nós temos que nos apoiar” A partir desta idéia foi construída a Rede Sementes da Paraíba (SILVA e ALMEIDA, 2007, p. 17).

é ele próprio desconcentrado. É isto o que se entende pelo caráter dialógico de todo enunciado discursivo: não há como dissociar a interação dos discursos em seu funcionamento.

Sabendo que o discurso não se trata apenas de um conjunto de textos, mas sim, de uma prática discursiva, em que o sistema de restrições permite limitar a “rede institucional” ou o “grupo” que o “detém” (MAINGUENEAU, 2008), os cursos de capacitação e feiras organizadas com o auxílio da Articulação no Semiárido Paraibano (ASA-PB), em parceria da Assessoria e Serviços Projetos Agricultura Alternativa (ASP-TA), demonstram um relacionamento do aparato institucional com os agricultores pertencentes aos BSC, em que o discurso abordado por estas instituições também indicam um posicionamento militante no que se refere as categorias utilizadas para tratar os agricultores em questão. Esse relacionamento pode ser visto no trecho a seguir, retirado do site da ASA-PB:

Ao optarem por práticas agroecológicas e de preservação das sementes tradicionais, essas famílias formam um movimento de resistência em defesa da agricultura familiar camponesa, que luta por um modelo de desenvolvimento mais justo e ambientalmente sustentável ¹⁷ (grifo meu).

No entanto, não significa que ocorra apenas uma absorção de princípios pelos agricultores através de treinamento proposto pelas instituições favoráveis à agroecologia, tal relacionamento, como em qualquer setor da vida social, se configura como um campo de conflito, sendo que apenas experiências que obtiveram bons resultados são trazidas à tona, demonstrando uma rede eficaz e finalizada.

A partir dessa sistematização de artigos encontrados nas mais diversas fontes, desde revistas a anais de eventos acadêmicos, procuro ir além do que se diz, já que o sentido de um texto não depende só da intenção do sujeito (ORLANDI, 2010). Portanto, tanto a fala dos agricultores quanto a fala dos cientistas – aqueles que produziram os trabalhos e aqueles que trabalham nas instituições que dão apoio as ações agroecológicas – não provém de uma criatividade individual naturalmente compartilhada, elas existem e se disseminam a partir da rede que contém os elementos responsáveis pela construção deste discurso.

¹⁷ Encontrado no endereço eletrônico:
http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=5885 Acessado em: 20 de dezembro de 2011

Quando se trata dos artigos escritos sobre agroecologia, precisamos deixar em suspenso as unidades do livro e do texto e, esquecer a individualização material da obra a ocupar um espaço determinado, atribuindo um número de textos a um autor. Um livro, um texto, um trabalho, está preso a um sistema de remissões a outros livros e frases, a nós em uma rede. Sua unidade variável e relativa não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos (FOUCAULT, 2008). Como já foi anteriormente dito (LATOUR, 2004 e 2008), os artigos que participam da base de dados inicial da pesquisa – imaginemos que formam uma “biblioteca” – funcionam também como mediadores da realidade, como agentes não-humanos: eles auxiliam na constituição e disseminação das principais idéias do discurso agroecológico, fazendo com que haja a legitimação científica de um tipo de argumentação.

Assim, se utilizar de textos sobre agroecologia para iniciar o entendimento de seu discurso se justifica pelo fato de que os arquivos que delimitam as funções de alguma temática são sistemas que instauram densidades nas práticas discursivas. Não se trata apenas de uma soma de textos e documentos, o arquivo é tanto a lei do que pode ser dito quanto o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente numa massa amorfa. Em outras palavras, é o sistema geral de formação e transformação dos enunciados (FOUCAULT, 2008).

Sabendo que a linguagem, as proposições, e conseqüentemente, as categorias utilizadas nos trabalhos da amostra de pesquisa são meios pelos quais o discurso se põe em prática e, portanto, são formas de construção da realidade, examinaremos a seguir mais detalhadamente as construções linguísticas utilizadas, tratando a recorrência dos enunciados e a formação discursiva que constituem para, em seguida, analisar a ligação disto com o contexto histórico no qual nos encontramos e que é fundamental para a existência do discurso em questão. Só assim poderemos enfim, apresentar os resultados da análise realizada e apresentar as condições, os embates políticos e as intenções que dão suporte a agroecologia.

Foi visto anteriormente que existe uma repetição na utilização de certas categorias quando se refere aos agricultores agroecológicos, principalmente no caso dos participantes dos Bancos de Sementes Comunitários da rede Sementes da Paixão. Assim, há uma regularidade da prática discursiva em vários autores da agroecologia.

Por mais que a enunciação, o ato de emitir signos, de conjugar linguisticamente sentidos, seja único, não se repita no tempo e no espaço, o enunciado, a unidade elementar do discurso, é recorrente, pois provém de uma base material de existência que é a mesma no conjunto de enunciações de um dado discurso. Portanto, a seguir, tomarei como exemplo alguns trechos dos artigos amostrais para demonstrar que as diversas enunciações fornecem plano de fundo para uma regularidade enunciativa do discurso agroecológico.

A análise que se segue, efetuada com os trabalhos do QUADRO 2 (Trabalhos sobre agroecologia no geral) detalha e decompõe as várias falas dos autores, demonstrando que provém de uma positivação de categorias que se referem ao pequeno agricultor, exibindo seus limites e suas correlações com outros enunciados. Vejamos com as seguintes citações (grifos meus):

O que faz a diferença no caso da ASA é que, graças a uma ampla articulação, estas tecnologias e outras são difundidas em todo o semiárido brasileiro, obedecendo a um processo pedagógico que transforma os(as) produtores(as) em experimentadores(as) e divulgadores(as), despertando sua autonomia e auto-estima, suscitando sua iniciativa, libertando as famílias camponesas da velha dependência do assistencialismo, ou seja, criando as condições da sustentabilidade do processo de criação, experimentação e replicação de tecnologias (DUQUE, 2007, p. 139).

O resultado talvez mais importante dessa luta toda é a progressiva autonomia da população camponesa. O protagonismo camponês pode ser observado (DUQUE, 2007, p. 140)

Vemos no texto de Duque (2007) que o discurso agroecológico é composto por enunciados que giram em torno da busca da autonomia por parte dos agricultores e do uso indiscriminado do conceito de “camponês” para identificar este grupo. O uso constante da noção de autonomia demonstra o que Giddens (1991) apresentava quando afirmou que liberdade e autonomia são os elementos fundantes dos valores modernos nos processos de constituição de sujeitos políticos. O mais interessante é que esses mesmos textos, que buscam com tanto afincado valorizar esses atores do mundo rural como camponeses pondo em prática a tradição, expõem o quanto há de interação com os saberes técnicos, de forma que esta “tradição” se efetua a partir da “criação, experimentação e replicação de tecnologias”.

A agroecologia acaba por efetuar sua busca ao passado por meio de uma modernização, racionalização de práticas. Assim, a tradição pode ser vista muito mais

como um elemento de apego dos pesquisadores do que conectada a fatores existentes na realidade empírica e com base teórica convincente. No mais, os textos são marcados por um vocabulário comum dos movimentos sociais, como por exemplo, a expressão “luta”, “autonomia”, “protagonismo”, que designam os desejos de posituação desse universo, refletindo o tipo de militância implícita cultivada pelos autores dos trabalhos.

A participação de profissionais tanto na assessoria como diretamente nas organizações dos agricultores, torna essas organizações contraditórias, seja em função dos diferentes referenciais técnicos entre agricultores e profissionais, seja em função de conflitos oriundos de interesses divergentes quanto ao destino dessas organizações (...). Essas contradições, no entanto, não podem ser encaradas exclusivamente numa ótica negativa, pois as relações organizacionais internas constituem também um espaço de aprendizagem e exercício de reconhecimento de afirmação de identidades, requisito fundamental da democracia. Se por um lado os profissionais disputam com os agricultores a gestão de seus organismos, por outro, a mobilização conjunta dos mesmos possibilitou a emergência da agroecologia como um movimento organizado bem como seu reconhecimento sociopolítico na sociedade. Esse reconhecimento constitui uma dimensão fundamental para a afirmação do sujeito enquanto ator social (BRANDENBURG, 2002, p. 18).

O movimento da agricultura alternativa e ecológica contribui com a desmistificação de que o camponês ou agricultor familiar é politicamente conservador (BRANDENBURG, 2002, p. 18).

O trabalho de Brandenburg (2002) é explanatório no quesito das contradições do movimento e do seu posicionamento sociopolítico. É perceptível, a partir dos recortes, que existem contradições no movimento agroecológico providos de interesses divergentes das organizações que o compõem, sendo que, ainda é possível que haja a conformação de uma identidade política. Nesse contexto, está posto em prática noções base da análise do discurso, como a idéia de que existem contradições em todo e qualquer discurso, mas mesmo assim existe uma linha de coerência; noções da perspectiva da ciência em construção, que afirmam que as contradições fazem parte da produção do saber; e noções da dissertação em si, ao apontar a construção dessa identidade política a partir do conceito de camponês.

... movimentos de agricultura alternativos ao convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos, têm tido um reconhecimento cada vez maior (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p. 68).

... muitas das experiências de produção e comercialização alternativa de alimentos fundamentam-se em conceitos e valores que vão além de uma perspectiva puramente mercantilista, muito embora seja inevitável a sua inserção em uma estratégia de mercado, sem o que nem a produção e nem o acesso dos consumidores se viabilizariam (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p. 75).

As citações de Assis e Romeiro (2002) são sintomáticas do imaginário construído referente ao desejo de “contraposição” à “dissipação do conhecimento tradicional”, oferecendo-nos mais embasamento para afirmar que este posicionamento, que se propõe a ser anti-hegemônico por ser tradicional e, conseqüentemente, anti-moderno, é um dos pilares do discurso agroecológico, o ponto de contingência onde se fixam os sentidos de tradicional e moderno. Além do mais, o ideal de um agricultor que não tem em seu cerne o gosto pelas práticas mercantis é também transparente, como se a “inserção em uma estratégia de mercado” fosse uma opção indesejada, que não faz parte da vivência normal dos agricultores, demonstrando a tentativa de estabelecer um universo, digamos, romantizado, positivo e ideal da pequena produção agrícola.

Neste caso, não foram encontrados referências ao campesinato, o que de forma alguma desmerece a hipótese da pesquisa, pois para a conformação de um discurso, não é necessária a repetitividade exaustiva de seus enunciados. A dispersão e o desacordo não desconfiguram um discurso, eles também o constituem, até porque, é de função das contradições o desenvolvimento adicional do campo enunciativo, a reorganização do campo discursivo e o papel autocrítico.

... a agroecologia se apresenta no Brasil como uma forma de resistência contra a devastadora onda modernizadora e contra a expropriação completa dos agricultores (...) integra propostas agroecológicas com outras voltadas a desenvolver a agricultura familiar (ASSIS e ROMEIRO, 2005, p. 157).

Para isto tomar-se-á como base estudo de caso junto a produtores familiares de milho e feijão, tendo por referência trabalho desenvolvido na região centro-sul do Estado do Paraná pela AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), ONG que tem por objetivo o desenvolvimento de agricultores familiares a partir do fomento de tecnologias agroecológicas (ASSIS e ROMEIRO, 2005, p. 157).

A utilização do conceito de campesinato não é obrigatória ao se falar de agroecologia, como é o caso dos trechos acima apresentados. Isso significa que por mais que haja dispersões discursivas dentro da agroecologia, ela ainda consegue prescrever

uma uniformidade referente à sua vontade de verdade de validar o uso das sementes crioulas obtidas por meio do trabalho do pequeno agricultor. Entretanto, mesmo ao se falar no fortalecimento da Agricultura Familiar, ao invés de campesinato, ainda se busca delinear esta identidade por meio de uma estratégia de resistência contra ações modernizadoras.

Outro fator importante é que, em outras estratégias agroecológicas no país, a Organização Não-Governamental “AS-PTA” também está presente, fazendo parte enquanto ator fundamental do aparato institucional que cerca o discurso agroecológico. Ao disseminar tecnologias para os agricultores, o trabalho dessa ONG confirma a presença da técnica e, de um trabalho que não é, por si mesmo, a busca de uma tradição esmagada e que ainda resiste, mas, creio eu, uma ressignificação do conceito através de uma formulação de novas práticas fornecidas pela ciência em conjunto com os conhecimentos experimentados localmente.

... fundada na idéia de valorização do saber-fazer dos agricultores e de renovação do papel atribuído à agricultura, particularmente em relação à preservação ambiental, à qualidade alimentar e à manutenção do tecido social... (LACERDA e MARQUES, 2008, p. 138).

Trata-se da construção de políticas e projetos comuns entre as localidades, fundados, sobretudo, na diversificação das atividades, na produção agrícola orgânica e na valorização da cultura local e tradicional (LACERDA e MARQUES, 2008, p. 140).

Praticamente não há movimento social que não dependa de políticas públicas. Assim, a “valorização da cultura local e tradicional” é uma estratégia, um posicionamento para que os atores sociais se vejam e façam-se vistos como um público X e não Y, com isso, demandante de políticas X e não Y. Em outras palavras, as citações perpetuam que a construção identitária do movimento agroecológico está direcionada à necessidade de obter políticas e projetos que sejam adequados aos seus estilos de vida.

O assentamento Monte Alegre constitui-se em espaço de resgate de variedades da sociobiodiversidade, que estão atreladas à reconstrução de um modo de vida que existiu no passado. Este passado rural, ainda que remoto e interrompido por migrações e pelo trabalho assalariado, sobrevive de forma fragmentada no assentamento, através do cultivo destas variedades específicas, algumas vezes de forma exclusiva para o auto-abastecimento, e do resgate de preferências alimentares (GAVIOLI, 2009, p. 300).

Neste sentido, os agricultores assentados apresentam um comportamento semelhante ao de populações tradicionais que, ao manejar os recursos naturais, conservam e incrementam a biodiversidade, em uma relação de influências mútuas entre natureza e cultura (GAVIOLI, 2009, p. 300).

Novamente vemos a utilização da noção de “tradicional” para se trabalhar com experiências agroecológicas. Aparentemente, apenas as populações tradicionais conseguiriam manejar os recursos naturais, ou seja, a conscientização dos cuidados da natureza como sendo algum tipo de resgate histórico.

A sistematização de citações do QUADRO 2 (Trabalhos sobre agroecologia no geral) foi importante para apresentar as dispersões e diferenciações entre os textos, ao mesmo tempo que serviram para confirmar que, mesmo assim, há um “discurso agroecológico” e que ele possui regularidades. Portanto, nas várias formas de aplicação de práticas agroecológicas, sejam elas na “convivência com o semiárido”, em políticas de assentamento ou em turismo rural, há uma tendência para apresentar a agroecologia como responsável pelo resgate da tradição, da contradição aos ditames mercadológicos e modernos e da afirmação da identidade camponesa.

Dando sequência à análise dos enunciados, vejamos agora citações do QUADRO 3 (Trabalhos sobre agroecologia na Paraíba). Neste momento, partirei para uma análise mais crítica e refletida nas hipóteses da pesquisa e no referencial teórico, não me submetendo apenas a conformação do discurso agroecológico e de seus enunciados.

... resgatam a tradição em busca de uma produção agrícola sustentável tanto do ponto de vista ambiental como social, política e cultural (NASCIMENTO e MOREIRA, 2008b, p. 1).

A produção e estocagem de sementes dentro de um modelo de organização camponesa é uma forma de insurgência e resistência a uma subordinação total dessa classe social à lógica do capitalismo dominante (NASCIMENTO e MOREIRA, 2008b, p. 13).

Novamente, o resgate da tradição seria o melhor caminho para que o camponês resista à lógica do capitalismo dominante, como se estes agricultores não estivessem já inseridos nessa lógica graças ao alcance global do capitalismo e das mudanças e ressignificações pelo qual o mundo rural passou e vem passando.

Os bancos de Sementes são resultado de uma luta conjunta entre organizações de agricultores rurais, igreja, ong's e representantes de secretarias governamentais (CLEMENTINO, 2010a, p. 2).

Para estes agricultores rurais a festa é um importante instrumento de denuncia. É um momento de tomada política, de tornar público as experiências, de colocar na ordem do dia o papel dos agricultores e agricultoras como agentes importantes num processo de guardiões das sementes. Uma garantia de autonomia e um exemplo de resistência frente ao mercado. Nessa perspectiva eles enfatizam bastante o engajamento político, a mobilização dos agricultores para dizer basta aos agrotóxicos, às políticas públicas que sustentam o agronegócio, os transgênicos. É uma oportunidade também de atrair a atenção da opinião pública, dar visibilidade ao trabalho desenvolvido nas regiões. Procura-se criar também com a festa uma identidade camponesa. Enquanto movimento político de denuncia a festa das sementes na Paraíba tem o objetivo de tornar as propostas e desafios apresentados numa proposta de governo (CLEMENTINO, 2010a, p. 8).

Na primeira citação de Clementino (2010a), fica claro que o movimento Sementes da Paixão é formado por uma rede que envolve diversos tipos de instituições. De tal modo, o próprio texto demonstra o engajamento político da rede e que, a fala de buscar a autonomia e a resistência frente ao mercado, se posicionando contra o agronegócio e os transgênicos é um meio pelo qual se constrói essa identidade camponesa, que é de grande utilidade para conseguir delimitar seu espaço num contexto de competitividade com o agronegócio e para conseguir que as políticas públicas melhor os atendam.

... (BSC's) vêm se constituindo como espaços de organização das famílias agricultoras, a garantia da segurança alimentar, a manutenção da agrobiodiversidade e a autonomia frente aos mecanismos de dominação política que, historicamente, buscaram negar o papel das sementes crioulas para a construção da agricultura familiar agroecológica e camponesa (SILVA; SANTOS; NUNES e MARINI, 2011, p. 2).

Ainda nesse contexto, a legislação que respalda o trabalho com as sementes no Brasil desfavorece a racionalidade técnica da agricultura familiar e a conservação da biodiversidade. Através de lutas nos últimos anos, os movimentos sociais conseguiram mudanças que permitem que as sementes crioulas sejam comercializadas nos programas públicos de distribuição de sementes. Entretanto, esse ainda é um fato que necessita da “boa vontade” dos gestores e pressão popular para concretização desse direito das famílias agricultoras (SILVA; SANTOS; NUNES e MARINI, 2011, p. 2).

Os trechos acima indicam, mais uma vez, a confusão quanto ao tratamento dos agricultores agroecológicos: no mesmo momento eles são tanto camponeses quanto agricultores familiares. No mais, percebemos o vácuo na teorização do que é tradição e do que significa o seu resgate, quando os próprios textos indicam que há uma “racionalidade técnica da agricultura familiar”. Com isto, não estou dizendo aqui que a agricultura familiar não possa pôr em prática uma racionalidade técnica e que isto seria exclusivo dos setores mais desenvolvidos da produção agrícola.

Em 2004, essa rede se fortaleceu com o aumento da experimentação agroecológica orientada para valorizar as riquezas locais. Suas iniciativas foram sendo cada vez mais reconhecidas, tais como a disseminação de práticas de conservação e o uso dos recursos naturais (com ênfase no resgate e na valorização das sementes locais, assim como na produção e estocagem de forragem diversificada); (...). São práticas até hoje fundamentais e estratégicas para a permanência das famílias (...), mas, sobretudo, são formas de resistência e luta em defesa da cultura e do modo de vida camponês no semiárido (DUQUE e ARAÚJO, 2011, p. 10).

Por fim, é importante frisar que, ao participarem ativamente da construção de um território agroecológico, os jovens expressam e reafirmam a existência e a continuidade histórica da agricultura familiar camponesa, assim como as capacidades locais de conduzir projetos de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia no semiárido paraibano (DUQUE e ARAÚJO, 2011, p. 12).

Nos escritos de Duque e Araújo (2011), é evidente a fundamentação das estratégias agroecológicas em torno de redes, isto é, a configuração social moderna que contém o empoderamento de sujeitos humanos (agricultores agroecológicos) e sujeitos não-humanos (sementes crioulas e a biblioteca), para a legitimação de sua fala e fortalecimento de sujeitos sociais tidos como pobres e minoritários. No mais, este desejo por parte dos pesquisadores para fundamentar a “existência e a continuidade histórica da agricultura familiar camponesa” está intimamente relacionado à existência e desenvolvimento de projetos de desenvolvimento local. Isto demonstra que o próprio discurso contém elementos de incoerência e inter-relações com discursos diferentes. Em outras palavras, a continuidade do campesinato, um estilo de vida histórico, ocorreria com o auxílio do desenvolvimento rural, com a ação dos técnicos e da produção científica, que são discursos típicos da modernidade, consolidando assim a interação entre discursos claramente modernizantes e desenvolvimentistas e discursos que,

tecnicamente, se baseariam na pretensão ao resgate da tradição e da negação dos ditames modernos.

A formação de redes sócio-técnicas servem de apoio para que a ciência e a tecnologia possam se transformar, se adaptar estrategicamente às configurações no âmbito da sociedade. Assim, as articulações entre elementos humanos e não-humanos se dão em torno da cooperação para a inovação. As inovações são vistas como “processos coletivos advindos da ação estratégica de atores envolvidos em alianças e que tem acesso aos laboratórios e instrumentos capazes de adaptar e conformar a ciência com as demandas imprevisíveis dos mercados” (MATEI, ANJOS e MARQUES, 2012, p. 1).

As práticas de manejo e beneficiamento das sementes são dessa forma transmitidas através de circuitos locais de comunicação, baseados na solidariedade e na reciprocidade, valores tão comuns às comunidades rurais. Invisíveis a um observador desavisado, essas redes de intercâmbio muitas vezes ultrapassam as fronteiras da comunidade e até dos municípios (ALMEIDA e FREIRE, 2004, p. 29).

Coordenada pela Articulação do Semiárido Paraibano – ASA-PB, a Rede Estadual de Bancos de Sementes foi determinante para a emergência de um ambiente político-organizativo que culminou na formulação e na negociação de propostas alternativas às políticas de sementes do Governo do Estado da Paraíba. Desde 1998, a ASA-PB vem estabelecendo convênios com a Secretaria Estadual de Agricultura para o fortalecimento dos Bancos com sementes de variedades locais. Em 2004, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 161 toneladas de sementes de 45 variedades locais foram compradas dos próprios agricultores e plantadas pelos sócios dos Bancos” vezes ultrapassam as fronteiras da comunidade e até dos municípios (ALMEIDA e FREIRE, 2004, p. 31).

Almeida e Freire (2004), nas entrelinhas da sua escrita, demonstram o quão elástico é o alcance das redes, alcance este que pode ultrapassar a comunidade e até municípios circunvizinhos. Mais importante ainda, é a visualização do aparato institucional – contato com a ASA-PB, com a Secretaria Estadual de Agricultura, com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – enquanto “determinante para a emergência de um ambiente político-organizativo”. Ou seja, implicitamente, o texto já demonstra que a organização política se dá em conexão com o aparato institucional e técnico que rodeia os bancos de sementes e, em minha opinião, essa organização política depende das nomeações recorrentemente utilizadas.

Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB) já conta com uma rede estadual composta por 228 bancos de sementes comunitários, que envolvem 6.561 famílias residentes em 63 municípios e que conservam mais de 300 variedades de milho, feijão, fava, mandioca, girassol, amendoim e espécies forrageiras e frutíferas resgatadas nas próprias comunidades. Em parceria com organizações da Via Campesina, a ASA-PB decidiu aceitar o desafio de organizar, em julho de 2007, a Festa da Semente da Paixão (SILVA e ALMEIDA, 2007, p. 13).

Ao passear pela feira de saberes e sabores organizada pelos agricultores e agricultoras durante a festa, um visitante teve a chance de obter informações sobre as diferentes experiências familiares, comunitárias ou regionais e pôde conhecer a Rede Sementes da Paraíba (SILVA e ALMEIDA, 2007, p. 13).

A partir daqui, vemos a concretização e nomeação de novas redes, como a Rede Sementes da Paraíba, justificando a condensação teórica sobre redes sociais. Além do mais, a ASA-PB, que trabalha dentro desta rede estadual de sementes comunitárias, tem parceria com a Via Campesina, o que explica, dentre outros fatores, as nomeações dadas aos atores que participam desta rede, além de fornecer uma luz sobre o processo histórico que permitiu na utilização destas categorias, o que será melhor explanado mais a frente.

A experiência caminha na contra corrente das políticas dominantes que conduzem a especialização produtiva, ao monocultivo, a privatização da biodiversidade, do conhecimento e ao uso político das sementes, promovendo a dependência e a fome das famílias. A dinâmica dos bancos de sementes comunitários tem alcançado conquistas importantes junto às políticas públicas governamentais. Os sucessivos convênios de acesso a Sementes da Paixão com o governo o estado e mais recentemente com o governo federal, através da CONAB... (CAMPOS e NETO, 2012, p. 2).

É uma experiência potencial no processo de empoderamento dos agricultores e agricultoras familiares, de fácil reaplicação, devendo para tanto serem consideradas ferramentas adequadas, a exemplo de: Sistematização de experiências exitosas; Visitas de intercâmbio (troca de experiências); Realização de atividades educativas (encontros, seminários, etc.) e, sobretudo a promoção do encontro de saberes locais como caminho para o apropriar-se por parte das famílias participantes (CAMPOS e NETO, 2012, p. 2).

Finalmente, é indubitável que a experiência descrita tem uma função política, mas, não da maneira até agora descrita nos trabalhos do gênero. As sementes, objetos não-humanos actantes, são de uso político, com utilidade nos diálogos com as políticas públicas governamentais e outros setores da produção agrícola. A rede, estrutura de

relação entre agricultores, instituições, técnica e ciência, também serve para o processo de empoderamento dos agricultores, fazendo com que a biblioteca e as sementes sejam ferramentas de demonstração da legitimidade e eficiência das práticas agroecológicas.

O isolamento desses enunciados foi de grande utilidade para entender as categorias de pensamento e da língua que os constroem, servindo para não afirmar condições psicológicas na construção do texto, como por exemplo, se apoiar unicamente nas “boas intenções” do autor ao escrevê-lo. O autor é uma função “vazia” preenchida pelo modo de existência e circulação de um determinado discurso (FOUCAULT, 2009).

Por mais que cada enunciado seja singular, ele se liga aos outros, revelando assim a relação que normalmente há entre enunciados. Cada elemento foi considerado um aspecto de uma totalidade que traz a tona o que os homens queriam dizer não só em palavras, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem. O campo dos enunciados é uma tradução do que ocorre em outro lugar, obedecendo a uma semântica, no campo da memória e das instituições (FOUCAULT, 2008). Desse modo, os textos sobre agroecologia se interligam numa mesma “função” política e não se devem apenas a criatividade de seus autores.

Esse conjunto de enunciados produzidos compõe o discurso agroecológico, isto porque, discurso, para Foucault, é o conjunto de enunciados na medida em que decorram da mesma formação discursiva, sendo constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. É importante ter em mente que uma competência unificada homogênea pode conter múltiplos fatores de heterogeneidade, ou seja, a homogeneidade discursiva não é a projeção social de uma homogeneidade previamente dada (MAINGUENEAU, 2008).

Até o presente momento, foi captada a regularidade de todas as enunciações diversas e o lugar de onde vêm, debatendo sobre quem as emite e as várias relações institucionais que permitiram o discurso. Chegou-se então ao que Foucault (2008) chama de formação discursiva, que nada mais é do que uma possível regularidade (ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) entre certo número de enunciados num sistema de dispersão. A formação discursiva estudada estaria no falar em resgate da tradição, conhecimento local, luta contra a hegemonia do capitalismo, identidade campesina, e etc, já que se trata de uma regularidade dentro do sistema de enunciados do discurso agroecológico.

O que forma o discurso são operações regulares sobre formações discursivas já existentes, onde um discurso não se constitui da mesma maneira como os outros do

mesmo campo, pois ele é heterogêneo numa hierarquia de dominantes e dominados. Neste contexto, existe uma coerência semântica das formações discursivas vinda de um conflito regulado. As formações discursivas delimitam a zona do dizível legítimo e coloca o outro como interdito, o dizível faltoso, o que não há necessidade de dizer (MAINGUENEAU. 2008).

O discurso agroecológico é dotado de uma “competência discursiva”, isto é, a capacidade de reproduzir e recriar o discurso ainda na mesma base, dando aos sujeitos a disposição de produzir e interpretar enunciados que dele decorram. Trata-se de dar conta das regularidades interdiscursivas historicamente definidas (MAINGUENEAU. 2008). Mesmo estando em contato com o seu outro, que são os discursos que defendem a utilização do transgênico, o apoio às monoculturas e aos altos índices produtivos; ainda que contenha em si mesmo os traços da realidade que tenta esconder, como o fato de que a agroecologia é composta pela técnica e pela ciência dentro de projetos de desenvolvimento modernos; e, mesmo possuindo suas dispersões internas, como o fato de que nem todo mundo trata os agricultores como camponeses ou, as divergências entre as várias organizações que dão apoio às ações “ecologicamente corretas”; o discurso agroecológico se reproduz e agrega um número cada vez maior de adeptos para as suas práticas e em sua defesa por meio de sua competência discursiva.

O interesse crescente no campo das ciências sociais sobre as iniciativas agroecológicas no Brasil reflete tanto a mobilização em torno da temática quanto os esforços dos pesquisadores em problematizar a aplicação das estratégias institucionalizadas de conservação da biodiversidade e da natureza. Muitos estudos realizados por cientistas de diversas áreas acabam por construir/reproduzir um “discurso autorizado”, nos termos de Bourdieu (1996), que funciona como elemento de legitimação das ações dos movimentos sociais. Destarte, o enquadramento dado à temática da agroecologia dado pelos cientistas e o próprio significado da sua identidade precisam ser permanentemente questionados.

A enunciação supõe um espaço temporal, um conjunto de localizações. Não é data e local, mas um contexto “simbólico” que delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua enunciação (MAINGUENEAU. 2008). Entendo como o contexto histórico a relação da agroecologia com a ruptura que ocorre na modernidade a partir da década de 1960, dada com a percepção dos riscos ambientais por parte da sociedade civil.

A língua não é transparente, ela se enquadra na história. O sentido do que é dito é também uma relação determinada do sujeito com a história. Por isto, o sujeito discursivo não é pensado como uma subjetividade, mas sim, como uma “posição”, um “lugar” ocupado, o que faz com que os sujeitos sejam intercambiáveis (ORLANDI, 2010). Isto significa que tanto os cientistas e técnicos, quanto os agricultores, contêm em si toda uma conjuntura história que permite a sua enunciação e a desenvoltura do discurso que fazem parte.

O apriori histórico são as regras intrínsecas, as condições de emergência dos enunciados, a forma específica do seu modo de ser (FOUCAULT, 2008). Assim, o discurso agroecológico tem seu modo de ser a partir do contexto histórico moderno, pelo fato das questões sobre o desenvolvimento do mundo rural se livrarem de um viés unicamente economicista, pelas ações buscando maior qualidade de vida ganhando cada vez mais relevância nas campanhas de saúde pública e na mídia e, graças à preocupação com o meio ambiente cada vez mais em pauta.

Finalmente, o que é dito vem de um momento anterior, não haveria, portanto, começo. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta. (FOUCAULT, 2000). As práticas “ecologicamente corretas” indicam diversas ramificações, desde a criação de Unidades de Conservação ambiental, passando até mesmo pela coleta seletiva em contextos urbanos. A própria denominação “agroecologia” não é algo particular ao movimento agroecológico, ele provém de décadas anteriores e em contexto internacional. O que faz com que este movimento – entre tantos outros – em prol deste tipo de agricultura orgânica no Brasil possa se chamar agroecologia e resgatar o número de categorias descritas é justamente o aparato institucional e científico que o cerca, fazendo parte do contexto histórico imediato que cerca o discurso analisado.

O aparato institucional do discurso agroecológico

Dizeres são efeitos de sentido produzidos em condições determinadas e que estão, de alguma forma, no modo como se diz algo, deixando vestígios que o analista tem que apreender. É importante ver a relação com a exterioridade, as condições de produção, estando também conectado com aquilo que não é dito (ORLANDI, 2010). Em outras palavras, todo dizer traz um não-dito, um implícito, um silêncio que

significa, envolvido na formação discursiva e que tem a ver com as condições determinadas de sua produção.

A intenção de construir uma verdade, como qualquer outro sistema de exclusão, se apóia num suporte institucional e é reforçada e reconduzida (pelo modo como o saber é aplicado, valorizado, distribuído, atribuído) por um compacto conjunto de práticas, como por exemplo: laboratórios e livros (FOUCAULT, 2000). O discurso pode se caracterizar pela formação assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre várias instâncias. (FOUCAULT, 2008). No caso estudado, as várias instâncias envolvem as vontades de verdade de instituições como, ABA, ANA, AS-PTA, ASA-PB, entre outras.

Com o intuito de perceber as conexões entre os artigos científicos e o aparato institucional da rede que envolve o discurso agroecológico, os quadros abaixo contêm o mapeamento das funções exercidas por alguns autores nas instituições que dão apoio a práticas agroecológicas e a fonte onde foram obtidas as informações de seus vínculos institucionais, demonstrando que a vontade de verdade do discurso se baseia em instituições sociais e que os sujeitos que escreveram o trabalho o fizeram por estarem numa posição determinada a permear o próprio discurso.

QUADRO 4: Vínculo institucional dos autores que escrevem sobre agroecologia no geral

Nome	Vínculo	Fonte da Informação
Rogério Marcos Magalhães	Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse instituto trabalha com Unidades de Conservação ambiental e auxilia iniciativas agroecológicas ¹⁸ .	Informações em seu próprio trabalho: Magalhães (2010)
Ghislaine Duque	Participou ativamente de ações da ASA-PB e da AS-PTA. Como por exemplo: efetuou o monitoramento do Programa P1+2 da Articulação do Semiárido em 2007. Fez o relatório da "IV Festa da semente da paixão" pela ASA-PB em julho de 2007 e participou do grupo de trabalho sobre Fundos Rotativos Solidários no quadro de um seminário organizado em Brasília pela AS-PTA	Vínculos institucionais diagnosticados através do Lattes da pesquisadora ¹⁹
Renato Linhares de Assis e Adernar Ribeiro Romeiro	Renato L. de Assis é Engenheiro Agrônomo e pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Aldemar R. Romero é economista e Chefe Geral do Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite da EMBRAPA, instituição esta que também trabalha o apoio a iniciativas agroecológicas ²⁰	Informações encontradas em seu trabalho: Assis e Romeiro (2002)
Marcos Botton Piccin	O trabalho deste autor foi resultado de uma pesquisa financiada pela AcionAid., ONG internacional que, dentre outras ações para a diminuição da pobreza, apoia ações agroecológicas ²¹ .	Em Piccin e Moreira (2006)
Felipe Rosafa Gavioli	Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos. Esse mestrado tenta fundamentar cientificamente a agroecologia no Brasil. Além do fato do artigo ser publicado na Revista Brasileira de Agroecologia, outra tentativa de legitimar o discurso agroecológico ²² .	Informações obtidas também em seu Lattes ²³

¹⁸ Informação complementar obtida no endereço eletrônico: <http://www.ipe.org.br/ipe/agroecologia-e-gestao-de-unidades-de-conservacao-foram-assuntos-dos-cursos-in-company-do-ipe-no-mes-de-maio> . Acessado em: 09 de julho de 2012.

¹⁹ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781853J1> . Acessado em: 09 de julho de 2012.

²⁰ Mais informações no seguinte link: <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2006/outubro/foldernoticia.2006-10-02.3248940969/noticia.2006-10-09.2795073004/?searchterm=agroecologia> . Acessado em: 09 de julho de 2012.

²¹ Vínculo percebido através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.actionaid.org.br/ActionAidRio20Di%C3%A1rioRio20/tabid/1520/Default.aspx> . Acessado em: 09 de julho de 2012.

²² Maiores informações sobre o mestrado em agroecologia e desenvolvimento rural da UFSCar: <http://blog.cca.ufscar.br/ppgadr/>

²³ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4753203T6> . Link do Lattes referido.

QUADRO 5: Vínculo institucional dos autores que escrevem sobre Sementes da Paixão

Nome	Vínculo	Fonte da Informação
Emilia Moreira	Assessora da AS-PTA nos anos 2000, realizou atividades de extensão para a ASA-PB, como o curso para agricultores do Polo Sindical da Borborema e ASA assistidos pela AS-PTA em 2004.	Informações encontradas no Lattes da pesquisadora ²⁴ .
Emanoel Dias da Silva, Amaury Santos, Fábila Raquel Nunes, e Fillipe Silveira Marini	Emanoel D. da Silva é Assessor Técnico da AS-PTA. Amaury Santos trabalha na Embrapa Tabuleiros Costeiros e Fábila R. Nunes atua como técnica agrícola no Coletivo Regional do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano. Além das instituições envolvidas, o trabalho foi apresentado no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia.	Dados obtidos no trabalho: Silva; Santos; Nunes e Marini (2011).
Maria da Glória Batista de Araújo	Coordenadora do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), instituição que tem a agroecologia com base técnica-metodológica e científica da construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável ²⁵ .	Informações sobre a autora obtida no trabalho analisado: Duque e Araújo (2011).
Paula Almeida e Adriana Galvão Freire	Paula Almeida é agrônoma e trabalhou na AS-PTA da Paraíba. Adriana Galvão Freire é mestre em administração rural e, na época da escrita do trabalho, assessora técnica da AS-PTA.	Dados informados em seu artigo: Almeida e Freire (2004).
Emanoel Dias	Membro do PATAC	Dados obtidos no seu trabalho: Silva e Almeida (2007).
José Dias Campos e José Rego Neto	Participantes do Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS), que dá apoio à constituição de BSC ²⁶ .	Fonte do seu vínculo institucional encontrada em seu texto: Campos e Neto (2012).

²⁴ Currículo da pesquisadora: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783004T9>

²⁵ Informações sobre o PATAC e a agroecologia: <http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/patac.html>

²⁶ Ações do CEPFS voltadas para a agroecologia:

<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/finalistas/2011-jose-campos.shtml>

Por mais que o mapeamento não tenha abarcado todos os autores – seja por não trabalharem em instituições do tipo ou porque tais informações não foram encontradas –, ele foi suficiente para inferir que os trabalhos são produzidos inseridos num aparato institucional, isto porque, grande parte dos autores envolvidos trabalha em instituições que dão apoio as práticas ecológicas e fortificam o seu discurso, o que é bastante sintomático dos tipos de conexões que se encontram por trás do discurso agroecológico. Claro que, dentre todos os trabalhos, alguns autores são mais “atuantes” na “construção” do discurso, enquanto que outros apenas se utilizam de categorias já debatidas, o que não significa que haja uma hierarquia de valor entre os textos, isto significa apenas que o discurso possui a capacidade de se produzir e reproduzir nestes textos.

Dos trabalhos amostrais, o de Gavioli (2009) foi publicado na Revista Brasileira de Agroecologia e o texto de Silva; Santos; Nunes e Marini (2011) foi apresentado no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Isso comprova que no nosso país há um contexto institucional que beneficia o tratamento da agroecologia de uma determinada forma. Ao mesmo tempo os artigos de Duque e Araújo (2011), Almeida e Freire (2004), Silva e Almeida (2007) foram postadas na revista *Agriculturas*, uma revista publicada pela AS-PTA e que, a meu ver, tem a função de “autorizar” o discurso (BOURDIEU 1996) agroecológico e o trabalho da ONG por meio de publicações de seus próprios técnicos ou de textos de sujeitos que visam positivar esse tipo de prática, reproduzindo as categorias vigentes de acordo com os objetivos desse aparato institucional, o que explica o porquê dos conceitos de “campeinato” e “tradição” serem mais trabalhados no que se refere à rede Sementes da Paixão do que se comparado a outras experiências agroecológicas nacionais.

Além da revista *Agriculturas* e de muitos outros panfletos, relatórios e livretos, a AS-PTA publicou recentemente uma nova edição do livro de Altieri (2012), que tenta demonstrar que a agricultura camponesa serve como meio de desenvolvimento da agricultura familiar e conseqüentemente, da sociedade, simultaneamente procurando dar bases científicas para a prática agroecológica. Essa ponderada contradição presente no discurso agroecológico, tão legitimada por sua biblioteca, dá sentido e concretude as práticas cotidianas dos atores sociais inseridos nesse contexto. Assim, encontra-se um movimento cíclico em que instituições lançam obras autorizadas, que legitimam o discurso dando sentido ao mundo, conformando identidades coletivas e que, voltando ao início, servem como material de auxílio para que as instituições distribuam sua forma de enxergar a realidade baseada nas ações dos atores sociais, tendo o discurso em questão

por trás de tudo e também como resultado inerente. Neste contexto, o autor, que basicamente só funciona para dar nome a um teorema, é um princípio de agrupamento do discurso, processo este que ocorre mais fortemente no caso da ciência. A criatividade, enquanto “criação” não existe. Não há nada novo, a produtividade seria reiteração do que já foi dito.

Toda enunciação de um discurso supõe uma rede institucional: relação entre semântica do discurso e instituição. A instituição não é um simples suporte para as enunciações que seriam “exteriores” a ela, pois as enunciações são tomadas pela mesma dinâmica semântica pela qual a instituição é tomada. A instituição também não é a causa e o discurso seu reflexo (MAINGUENEAU. 2008).

O discurso constrói um grafo de seu espaço documental, uma biblioteca, obras legitimadas a serem recorridas. Assim, os artigos analisados, ao formarem uma biblioteca, funcionam como nós em uma rede, ou seja, eles são pontos de conexão entre práticas agrícolas e o posicionamento político daqueles que participam do movimento perante o poder público e a sociedade civil por meio de um processo de tradução, já esses objetos não-humanos são também atuantes enquanto produto e produtor do discurso, reafirmando o contorno do espaço do citável. Assim, a passagem de um discurso a outro vai além de uma simples mudança de conteúdo, supõe uma estruturação diferente do universo do legível. Perante este universo, só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, o que permite a reprodução do discurso sem a exposição excessiva dos seus contraditórios e conseqüentemente, o enfraquecimento da sua vontade de verdade.

Portanto, não adianta mapear a arquitetura de uma obra, o que é importante é perceber por quais esquemas os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso. As regras de formação não têm lugar na mente do indivíduo, mas no próprio discurso, se impondo anonimamente ao indivíduo. É o caso daqueles que estudam e realmente acreditam nos dizeres agroecológicos sem realizarem uma análise crítica de seus objetos, e aos próprios agricultores, que não constroem sua identidade de luta política de forma “maquiavélica”, mas a partir de sua inserção neste contexto discursivo.

O que pertence propriamente a uma formação discursiva e permite delimitar o grupo de conceitos específicos é a maneira pela qual os diferentes elementos do discurso estão relacionados uns aos outros. Assim, se uma parcela dos agricultores paraibanos expõe uma maneira de pensar, é porque eles estão inseridos numa rede que

arquiteta seu discurso desta maneira, além de que, se temos um ideal do que é agroecologia, é porque existe o trabalho das instituições técnicas e de pesquisa para fazê-lo desta maneira.

A invenção da tradição e o camponês como categoria política

As categorias utilizadas no discurso agroecológicas são as mais diversas. As duas tidas como principais nesse contexto, a “tradição” e o “campesinato”, se tornaram objeto de análise porque o linguístico e a capacidade de dar nome as coisas ocorrem dentro de um discurso específico, em que, a unidade do objeto é uma unidade retroativa que resulta do processo de nomeá-lo, isto é, de uma série de características heterogêneas cuja identidade é garantida pelo nome. O nome leva a unidade de demandas heterogêneas e é essencial na constituição das identidades.

O analista tem como objetivo compreender como o político (relações de poder) e o linguístico se relacionam. No caso do discurso agroecológico, entender as motivações de ordem política implícitas na bandeira defendida é um momento decisivo para a sua análise. Justamente por isso, essa sessão tem como função apresentar, a partir da análise das três entrevistas realizadas com membros da AS-PTA do Rio de Janeiro (Paulo Peterson, Jean Marc e Claudia Schmitt), o campesinato enquanto uma categoria política provinda de, digamos assim, uma herança discursiva dos movimentos sociais rurais da década de 1960 e, que a luta política se dá, também, em torno de seres não-humanos, isto é, a biblioteca legitimando o discurso agroecológico e as sementes como os objetos disputados politicamente.

Após a primeira parte da análise do campo discursivo agroecológico, demonstrando que mesmo nas mais diversas enunciações há uma regularidade, trabalharei agora, a partir da análise de trechos das entrevistas adquiridas com técnicos e estudiosos da área, um outro lado da análise do discurso, onde encontramos as motivações para a constituição das categorias trabalhadas.

A primeira narrativa a ser analisada será a de Paulo Peterson, coordenador executivo da AS-PTA. Inicio o diálogo com Paulo Peterson tentando trazer a tona a sua opinião sobre como a ciência se envolve na definição dos conceitos e práticas agroecológicas, tendo como comentário o trecho a seguir:

O papel da ciência é então identificar e desenvolver essas práticas, valorizar essas práticas. Aí tem toda uma discussão sobre como fazer isso, uma crítica a pesquisa e tudo mais. E é também um movimento político na medida em que ele tem também um componente ideológico e crítico a um modelo dominante e que se fundamenta justamente nessa teoria (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

Eu acho que isso é bastante visível no movimento no Brasil, na Articulação Nacional de Agroecologia, na Associação Brasileira de Agroecologia que é uma associação mais científica, tá no campo científico acadêmico, mas que tá no mundo e reconhece as práticas e traz as práticas para o debate, porque não é só o conhecimento científico produzido na academia que é um conhecimento reconhecido como válido. Então, dentro desse universo, assim, de complexidade é que os conceitos vão brotando e vão sendo assumidos, apropriados né, por quem tá lá no dia a dia dessas comunidades, nas redes locais e tudo, é... inclusive é o próprio conceito da Paixão, que é um conceito muito, muito local, nasceu alí na região alí, da Borborema, a partir exatamente da necessidade de auto... algum identificador que identifica, que nos diferencie e ao mesmo tempo que que tá por trás dessa proposta nossa de reconhecer a agrobiodiversidade, de valorizá-la... (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

O entrevistado defende a produção de um conhecimento cuja utilidade seria a de apoiar práticas de cunho político, demonstrando o teor militante deste tipo de produção textual sobre agroecologia. A fala acima também indica que a bandeira defendida pelos agricultores que participam do movimento agroecológico, mais especificamente daqueles que participam da rede Sementes da Paixão, provém de uma interação com os dotados dos saberes técnico e científico, ou seja, não há uma criação do conceito e nem mesmo a simples reprodução da fala de um grupo de agricultores, mas uma rede articulada que delimita os nomes a serem utilizados. Questionado sobre essa construção dos conceitos e qual seria a relação disso com o aparato institucional e científico, o entrevistado emite as seguintes palavras:

Todo conceito é uma construção social, agora é uma questão da coisa bem endógena, bem ligada assim, ao processo de interpretação da realidade, tradução sobre a realidade, então essa ideia de Sementes da Paixão é bem exatamente é... de um trabalho de dar visibilidade, a existência desse patrimônio genético que vem, vinha sendo desvalorizado... (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

O discurso agroecológico tem em si uma vontade de verdade, em que os cientistas possuem a capacidade de dar visibilidade, de filtrar, selecionar e trabalhar aquilo que pode ser exposto e o que não deve ser. Assim, aqueles que escrevem sobre

agroecologia se tornam “engenheiros” nesse processo de formação de uma identidade política para um determinado objetivo.

Então isso é um pouco a ideia, bom, vamos definir um conceito que vai positivamente, é importante que a gente possa ir afirmando, ir afirmando nossas propostas e precise encontrar nossas próprias formas comunicar entre nós e o conjunto da sociedade (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

Então, o que é que aconteceu com a nossa presença lá, o encontro das instituições, muito mais, a gente ajudou a capitalizar o processo de construção de conhecimento e de ação política no sentido de fortalecer essa rede e construir essa ideia da própria Sementes da Paixão, embora tenha sido, foi um conceito construído desse ambiente de reflexão, de análise, de práticas não é, e então, quando chega num determinado evento o agricultor diz “é a nossa semente da paixão”, se formou um conceito pra identificar o que a gente tá falando, é... então o nosso papel é um pouco nessa direção sabe, de ajudar tanto a identificar, revalorizar, quanto de fazer avançar essas práticas (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

Os cientistas proclamam conceitos para positivar o movimento do qual vários deles já participam ativamente enquanto técnicos. A ciência deve não mais analisar a realidade, mas fortificar e reproduzir um conjunto específico de ideais.

... na verdade, a gente, pelo contrário, a gente tá querendo é que o mundo científico e acadêmico se aproxime, e não que se afaste, mas que se aproxime a partir de um enfoque diferenciado, como esse que a gente ta fazendo agora... (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

Incitado a falar sobre as dificuldades contra as quais os agricultores são acionados, o entrevistado indicou o tipo de conhecimento científico produzido que tem por função desvalorizar as sementes crioulas e dar maior importância às transgênicas. É como se houvesse duas ciências distintas: uma que não leva em consideração as peculiaridades do estilo de vida dos agricultores e aposta nos transgênicos, a ciência convencional, tradicional; e outra mais libertadora, a qual os entrevistados fazem parte, aquela que tem como função se posicionar contra o primeiro tipo. É o que Martínez Alier (2007) chama de ciência participativa, ciência com pessoas ao invés da ciência sem pessoas, epidemiologia popular, incentivando a junção da ciência formal com a ciência informal. Entretanto, este outro mundo científico deve se aproximar e tomar o enfoque que a rede institucional da agroecologia aposta.

Discurso também é prática, e é neste sentido que o discurso agroecológico se confunde, se une e promulga uma série de ações para reproduzir-se. Dentre elas, a configuração de uma ciência a seu serviço, em que os cientistas se revestem dos constructos agroecológicos que são estão e são o que eles fazem: em seus trabalhos, pesquisas e escritos.

Agroecologia é uma ciência também, então é preciso que a gente coloque conhecimento mais avançado da genética e tudo a serviço desses processos... (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

Assim, por mais que se afrente um tipo de ciência específico, vista como a “modernizante” – não que esta a ciência conservadora não o seja ou que não possua esse caráter de imposição de uma verdade pouco adaptável, isso não deve vir ao caso aqui porque não tornaria possível enxergar o ponto de difusão dos conceitos utilizados e das motivações para isso –, ainda é indubitável a importância da ciência para a legitimação de práticas, fazendo com que haja a necessidade da ciência da agroecologia.

Foi reconhecido que a produção de conhecimento sobre agroecologia tem como função principal positivar suas práticas, pois haveria a necessidade de demarcar território perante um opositor: a ciência modernizante e sua afeição aos setores desenvolvidos da agricultura, quimificados e industrializados. Assim, as particularidades e até mesmo os pontos de contradição do discurso agroecológico se unem porque se opõem a uma força antagônica por meio de um elemento, em tese, puramente conceitual, que estabelece a unidade de todos através dos significantes vazios (LACLAU, 2006) de campesinato e tradição. Esse modelo de nomeação só é funcional se o “inimigo” for facilmente detectável e hajam fronteiras delimitadas.

As categorias *campesinato* e *tradição* são as ferramentas pelas quais se enunciam as práticas da agricultura alternativa. Vejamos o que o Paulo Peterson relaciona ao campesinato:

... porque os roçados lá que você conhece, são assim, no mesmo hectare que tá produzindo o milho, ele tá produzindo a abóbora, a macaxeira, tá produzindo o feijão, tá produzindo muito mais eficiente por área, num sistema como esse, camponês... (Paulo Peterson, Rio de Janeiro, 2012).

O campesinato tem a ver com a pequena produção e a policultura, diferentemente da monocultura em larga escala. Como dito por Altieri (2012), os

camponeses cultivam pequenas parcelas de terra, biodiversa, com pouco capital e crédito, inserida em condições de marginalidade. Estas culturas acarretam menos pragas e seriam mais produtivas porque minimizam os riscos por meio do cultivo de diferentes espécies e estabilização produtiva, promovendo a diversificação da dieta e aumento dos retornos, um sistema agrícola complexo e diversificado. O papel do cientista nesse caso seria o de desenvolver práticas de manejos para os policultivos, introduzindo, transformando e testando diversas práticas.

Na fala do outro entrevistado, o Jean Marc, que se iniciou com uma apresentação do histórico do programa da AS-PTA, dos objetivos da instituição e de seu trabalho enquanto membro fundador, também é presente a utilização da categoria de campesinato, como veremos a seguir:

Por outro lado, quer dizer, nas presenças dos produtores você começa a perceber que tinha uma rica informação técnica e interessante que vinha da tradição camponesa, que faziam há muitos e adaptavam as condições locais, e que tinha, digamos assim, podia ter uma vigência bastante interessante (Jean Marc Von der Weid, Rio de Janeiro, 2012).

... fonte de informação camponesa que é diferente da tradicional, que você pode chamar de “inovação camponesa”, que são iniciativas dos agricultores, digamos, mais empreendedores ou mais ousados ou mais, mais imaginativos, quer dizer, que frente a situações que tinha, que eles conheciam de tradicional, não servia mais, pegou aquilo que era inovação científica e apresentava e que eles tinha acesso e passaram a desenvolver outras soluções por si só (Jean Marc Von der Weid, Rio de Janeiro, 2012).

Então, a gente percebe que em vários lugares as chamadas soluções tradicionais não tem mais vigência, já não são mais adaptadas as condições, novas condições ambientais, econômicas ou sociais e etc, a população camponesa volta e meia dava novas respostas (Jean Marc Von der Weid, Rio de Janeiro, 2012).

Entretanto, quando questionado sobre a fundamentação teórico-científica do conceito de campesinato, o entrevistado afirmou que não acreditava neste conceito e, de acordo com seus pensamentos, não haveria nenhuma teoria ou até mesmo empiria por trás de sua utilização por parte do movimento agroecológico:

sobre a terminologia camponesa ela é muito pouco, muito pouco científica, se quiser saber (...) eu particularmente não uso, não é uma coisa institucionalizada onde foi experimentada por todo mundo. Ela foi

muito mais, um caráter político do que teórico... (Jean Marc Von der Weid, Rio de Janeiro, 2012).

Como é sabido, ao se tratar de análise de discurso, as contradições são objetos a serem descritos por si mesmos, sem a intenção de dissipá-las. Vemos então uma contradição na fala do pesquisador, onde ele primeiramente apresenta várias vezes a ideia de campesinato, mas ao ser questionado sobre sua fundamentação teórica, ele próprio afirma que não há fundamentação e que ele não utiliza tal categoria. Além disso, assegura que ela tem mais um caráter político que teórico, que não é institucionalizada e que nem foi experimentada por todos que a utilizam. Mesmo com essas explanações, a categoria de campesinato é sempre utilizada pelo técnico, indicando que a contradição vai além da fala, estando em seu posicionamento político e em seu trabalho de técnico, isto porque, enquanto pertencente à AS-PTA, não é possível simplesmente largar o uso de certos conceitos e ideais.

A figura do camponês estaria relacionada a uma luta, um projeto, uma agenda para um tipo específico de demandas destinadas ao meio rural e desenvolvimento da agricultura, envolvendo um quadro político de incentivo fundado no raciocínio em longo prazo (BOVÉ, 2001). O universo do campesinato não funciona necessariamente como tradição, mas como manutenção, renovação e inovação. Uma utopia existente dentro das tensões do capitalismo (ALMEIDA, 2006), onde, no Brasil, passamos a ter uma atitude dúbia em relação ao campesinato: ora como retrógrado, ora como sujeito político de renovação social. Temos então um sujeito ambíguo, um conceito que se enquadra de acordo com o contexto discursivo em que é utilizado.

Se enxergarmos a ciência em seu processo de construção, é perceptível que ela possui em si contradições que são postas em silenciamentos necessários para cumprir, neste caso, o seu objetivo político de valorizar o movimento. Intuímos isso a partir da fala dos mesmos cientistas que são produtos, produtores e propagadores do discurso agroecológico.

“Camponês” então é visto por mim como um significante vazio (LACLAU, 2006), um significante puro, que perde sua referência direta a um determinado significado. Este tem que ser vago e impreciso para representar uma totalidade heterogênea e se afastar das particularidades. Assim, por mais que possam existir na realidade evidências que demonstrem que não há campesinato no Brasil, ou construções teóricas que afirmem que se utilizar dessa categoria não é possível em nosso país, o

significante vago e incerto é ainda utilizado como uma forma de se dissipar a heterogeneidade do real, encaixando os atores do mundo rural num grupo específico.

Essa tendência à adoção de jargões – resgate a tradição, parceria, entre outros – por parte da sociedade civil, gestores públicos e até do campo intelectual, essa manipulação e o pragmatismo nos lançam em repetições de velhas práticas sob novos rótulos, banalizando vocabulários e propostas alternativas, e lançando-as no descrédito, na vala comum da ineficácia (BURITY, 2006) do trabalho que se pretende efetivar enquanto científico.

Para Jean Marc,

quem introduz a história do camponês é a Via Campesina. (...). Conceitualmente num cola... não informa. Uma literatura mais inglesa, até certo ponto, uma coisa que ficou no passado, no presente, é uma coisa assim que não tem muita exigência hoje em dia, embora já tenha novas teorias da recampanização, num sei e tal. (...) Mas, eu diria que tem a introdução do termo “camponês” ela vem, no universo brasileiro, vem a opção política da Via Campesina pra se diferenciar dos outros, dos outros movimentos. Na verdade, a terminologia de camponês é uma terminologia que a esquerda usou até o golpe militar de 64. Se falava em movimento camponês, até depois nos partidos de extrema esquerda que não tinha, quer dizer, uma comissão camponesa, não tinha uma comissão operária, não tinha uma comissão de agricultor familiar, não tinha de produtor. (...) Eu não acredito que a Via tenha uma definição, pode ser até que tenha, eu não sei, uma definição teórica mais firme, mais qualificada, o que é que eles querem dizer. Inclusive eles usam comumente agricultura familiar camponesa, as duas coisas junto (Jean Marc Von der Weid, Rio de Janeiro, 2012).

Segundo o entrevistado, o conceito de campesinato, que possui fraqueza teórico-conceitual nesta utilização específica, não é baseado empiricamente, mas é herdado no universo discursivo dos movimentos sociais e utilizado na agroecologia por ser geralmente um posicionamento de esquerda. O pertencimento ao “campesinato” existe para causar diferenciação, delimitação identitária e política. Este jogo está sob o controle dos pesquisadores da área que também devem se adequar ao universo discursivo do movimento.

Depois de ter dissecado a fundamentação do campesinato para a agroecologia, perguntei ao Jean Marc se o que ele pensava sobre tradição era o mesmo, uma conceituação vaga. Para ele, tradição era um pouco diferente, tinha mais base empírica pelo fato de que, por mais que haja diversificações culturais, ou até mesmo alterações genéticas no patrimônio dito tradicional, ainda existia certa persistência de costumes ao

longo do tempo e uma inventividade de práticas particulares dos camponeses que não teriam grande influência do conhecimento científico moderno. Porém, algo que me chamou bastante atenção em sua fala, foi:

Tradição, se eu fosse dizer que critérios de tradicional seriam uma tecnologia estritamente camponesa, sem nenhuma base, nenhuma base científica, essa já estaria fora, porque o material genético foi desenvolvido pela pesquisa científica. No entanto, ela é tanto tradicional como qualquer outra (Jean Marc Von der Weid, Rio de Janeiro, 2012).

Na opinião do entrevistado, não há um ponto puramente tradicional, tudo é híbrido. Mesmo assim, só pela herança geracional das práticas locais o entrevistado ainda acredita na tal tradição. Para mim, a noção de tradição visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos sucessivos e análogos, reduzindo a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na origem tecnicamente marcada pela originalidade, como se fosse de decisão própria dos indivíduos. Graças a isso, as novidades podem ser isoladas num fundo de permanência (FOUCAULT, 2008). Em outras palavras, é como se as novidades, aquilo que é reconfigurado pelo conhecimento técnico fosse parte apenas da repetição e da permanência, escondendo os pormenores da realidade e fortalecendo a identidade política do camponês em busca da tradição.

A última entrevista analisada refere-se a narrativa da fala professora Claudia Job Schmitt²⁷, atual professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e vice-presidente do conselho administrativo da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Esse diálogo, que durou por volta de uma hora entre aluno e professor, muito mais do que uma entrevista entre pesquisador e sujeito da pesquisa, foi bastante elucidativo no que se refere aos objetos de disputa do discurso agroecológico, fazendo-me entender o porquê da necessidade da construção de uma identidade campesina embasada no resgate a tradição.

Quando questionada sobre o papel da ciência e da técnica na construção do vocabulário recorrente nos trabalhos analisados, a professora inicia sua fala tentando abarcar um pouco da movimentação internacional em torno das questões ambientais

²⁷ Fui aluno especial da professora na disciplina “As Redes nas Ciências Sociais: Perspectivas Teóricas e Metodológica” cursada no CPDA graças ao PROCAD, durante o estágio sanduiche com o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRRJ), no Rio de Janeiro.

para em seguida explicar sobre o papel da ciência na agricultura alternativa e implicitamente defender seu posicionamento sobre o tema proposto:

Porque, qual é o problema que eu acho, quer dizer, tu tens uma trajetória, digamos assim, vamo imaginar né, aqui no campo científico tem uma agronomia mais convencional, um enfoque pesado no que é que são né, todo um jogo da contribuição do que é que são práticas atrasadas e como as práticas são vistas, etc, e do que é que são as práticas modernas, um jogo pesado, e tu tem um grupo aqui, um grupo minoritário que tá tentando construir um outro campo, e isso vem lá do Brasil desde os encontros brasileiros de agroecologia, dos encontros brasileiros de agriculturas alternativas... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

Acordando com a fala do Paulo Peterson, Claudia Schmitt acredita que a agroecologia é um grupo minoritário que tenta construir um campo de conhecimento contraposto à perspectiva agrônoma mais modernizante. O primeiro tipo de ciência, aquela modernizadora, mas ao mesmo tempo tradicional, revoga os conhecimentos daquela que se diz mais apta, recente, e que é, simultaneamente, responsável pela apresentação de propostas para o futuro por meio de uma busca no passado. Esse movimento paradoxal onde, de um lado, a ciência modernizante é aquela tradicional ao mesmo tempo que impõe inovações modernizadoras e, de outro lado, a ciência mais jovem que tem pretensão de “salvar” a vida moderna a partir da valorização da tradição, de práticas tidas como “arcaicas” e “atrasadas”, é uma das decorrências fundadoras do discurso agroecológico e que está na base de seu contraste perante o agronegócio e às instituições que defendem a transgenia.

Ela cria um, digamos assim, um outro espelho de valorização (...). Mas, digamos assim, ela é uma positivação de práticas que eram vistas como coisas negativas... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

A ciência analisada, isto é, os trabalhos amostrais, são meios de positivar práticas ditas minoritárias, são ferramentas políticas, onde aqueles que os escrevem são atores protagonistas na efetivação do posicionamento dos agricultores e da bandeira por eles defendida. A fala da professora é muito energizada a partir de uma compreensão do que é ciência e de seu apelo ideológico quanto ao seu papel, sendo resultado de uma consciência política e um tipo de crítica social específica para com a posição dos agricultores de pequeno porte na estratificação social.

Além disso, percebi, na fala da professora, que o objeto pelo qual há a disputa política por parte do campo agroecológico é o que ela chama de “propriedade intelectual” do patrimônio genético, no caso da minha amostra de pesquisa, das sementes crioulas:

E aí tem uma questão particularmente, no caso específico da semente, aí entra uma questão muito forte, da questão da apropriação, da propriedade intelectual. (...) Então tu tens essa questão duma ciência, ou de uma técnica e ciência que entra muito pesadamente no enquadramento de práticas inclusive no sentido, digamos assim, uma das maneiras de controlar o processo de inovação da agricultura, tu precisa controlar a semente e a parte da genética, porque se não tu consegue se apropriar disso (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

Existe um embate pela propriedade intelectual das sementes crioulas. Por um lado, instituições – como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que é acusada pela professora de sofrer de uma “esquizofrenia institucional”, pois ao mesmo tempo em que apóia práticas agroecológicas (foi lançado em 2005 o Marco Referencial em Agroecologia da EMBRAPA), defende a utilização de organismos geneticamente modificados por serem mais resistentes e eficazes – pregam a necessidade de se trabalhar com os organismos “melhorados”, do outro lado, os agricultores e o aparato institucional ao seu redor procuram manter o direito de posse de seu patrimônio local, sem que haja a intromissão de órgãos governamentais ou empresas privadas na regulamentação e no tipo de uso daquilo que eles consideram como tradicionalmente seu.

Bom, quando tu sobe mais pra questão internacional, aí tu tem um outro jogo, e que aí a ciência que fala da semente, o que é a boa semente (...). Aí o poder é muito grande, entende? Então, por exemplo, a questão de reconhecer na legislação que existe semente crioula é uma estratégia (...). É um jogo pesado, que é um jogo que tem a ver com as empresas, que tem a ver com o monopólio da genética mesmo, pras negociações, uma coisa bem pesada assim com a pessoa que tava fazendo a lei pra mudar a Lei de Cultivares... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

... essa semente é perigosa, essa semente é arriscada, o Banco da Brasil não pode financiar essa semente, até hoje o PRONAF não aceita essa semente. Que ele tenha um mapeamento de risco né, um risco da cultura e das licitações de quem pode plantar e tal... Bom, a semente local, a semente pra ser reconhecida como semente, no ministério acha que isso é grão. A discussão é que a Semente da Paixão é grão, pro Ministério da Agricultura aquilo é um grão. O reconhecimento disso como sendo uma semente é muito recente, entendeu, porque tem que ser homogênea, não

é? Coisa que uma semente localmente adaptada não é. Tem que ser estável, coisa que uma semente localmente não é! Homogênea, estável e tem mais uma terceira categoria lá que eles usam lá... é... esqueci... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

... e aí entra questões pesadíssimas do registro, mesmo que seja um registro de domínio público e da normatização sobre o uso disso... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

É perceptível por esta fala que a ciência convencional é produtora e um meio de validação dos usos dos transgênicos no campo e também um caminho pelo qual ocorre a regularização do uso das sementes, vista como desvantajosa por parte dos agricultores, que acabam perdendo, de certa maneira, o direito de posse e livre uso do patrimônio genético local e a decisão do que se fazer com elas, seja de produzir, reproduzir, distribuir ou vender, favorecendo, assim, sua posição nas estratégias comerciais.

De acordo com Claudia Schmitt, a semente crioula é uma estratégia de reconhecimento diante do comércio e perante a legislação de patrimônio natural. Nem mesmo instâncias que teoricamente dão apoio ao desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Banco do Brasil, puderam financiar as sementes crioulas porque sequer eram reconhecidas pelo Ministério da Agricultura enquanto sementes, vistas até então apenas como grãos. Portanto, construir um universo idealizado de agricultura alternativa, da tradição e do campesinato, serve de fundamentação dos direitos de uso das sementes pelos agricultores. Até mesmo a nomeação da rede de BSC como “Sementes da Paixão” é um meio de se apresentar este patrimônio local como semente e não como grão.

Foi no ano de 2003 que se estabeleceu a nova Lei de Sementes e Mudas, a Lei 10.711/03, que permitiu aos agricultores produzirem, trocarem ou venderem sementes e mudas entre si sem precisarem se registrar no Registro Nacional de Sementes (RENASEM) e no Registro Nacional de Cultivares (RNC), responsáveis pela fiscalização destas trocas mercantis de sementes e mudas. Essa recente brecha aberta na legislação no ano de 2003 foi um dos fatores que fortificaram ainda mais a tentativa de legitimação das sementes crioulas por parte dos cientistas e dos agricultores ecológicos.

Para a professora, a burocracia legal apresenta muitas exigências para a regulamentação de sementes, o que diminui as possibilidades de uso por parte dos agricultores. Os produtos provindos dos níveis tecnologicamente mais desenvolvidos passam por um processo de seleção e trabalho genético muito meticuloso, o que facilita

a sua regularização, daí, afirmar que a semente é crioula, que ela possui uma herança genética tradicional, indubitavelmente natural, local e, conseqüentemente, de responsabilidade daqueles que com ela trabalharam durante gerações, é fugir das determinações burocráticas e entrar nos espaços que a lei de semente permite, como a estocagem e troca de cunho não comercial.

Para os atores sociais inseridos no discurso agroecológico, as categorias utilizadas são importantes, elas geram relações. A vontade de falar do conhecimento local e da tradição pelos estudiosos serve para não abrir espaço para o que eles entendem por privatização do patrimônio local, mantendo a propriedade intelectual das sementes.

Eu nem gosto de falar tradicional, eu acho que é meio, as coisas são muito mais híbridas do que a gente possa pensar. O fato dos agricultores coisificarem algumas idéias, pra nós é uma coisa de experimentação que, aquele conhecimento codificado, apropriado pelo agricultor na sua prática ajuda ele a fazer intervenções no sistema, não é? Então, tem esse lado também, tipo assim, tem um lado da apropriação dentro de um jogo até de legitimação social... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

Mesmo não concordando com o uso do termo “tradição”, a entrevistada afirma a importância dessa nomeação como meio de legitimação social:

... que a agroecologia dá certo, de estudar e dar legitimidade praquela prática, as vezes reforça a coisa dos agricultores né, aí por exemplo, tu tens um que não quer aceitar que exista um regimento oficial das sementes, que existem semente tradicional, a semente que é uma da legislação, uma coisa provisória de construir essa legislação, ah... cumprir essa ação, entendeu? Então, se não tem conhecimento tradicional apropriado a empresa pode se apropriar da semente da comunidade de num sei que lá. E tem uma discussão muito grande se esse caminho que foi apontado no capítulo na Eco-92, que esse capítulo é ou não uma mercantilização da fertilidade. Ela não é, então daqui a pouco quem é o sujeito de direito que vai assinar o contrato? Quem é o sujeito de direito de tudo aquilo, não é? (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

... não tem conhecimento tradicional apropriado e vai lá pro Ministério da Agricultura e o Ministério da Agricultura se vira lá com as empresas de semente, etc, e não tem que se virar com população tradicional nenhuma. Então essa coisa também de saber tradicional ela é objeto da ciência, objeto de mercado e de uma estrutura normativa que deveria, que se esperaria que regulamentasse isso... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

A partir de 1998, a entrada no Brasil na corrida pelas biotecnologias gerou um marco jurídico para os OGM, em que o crescimento do seu consumo se deu principalmente nos últimos 10 anos. O Brasil condicionou o acesso ao patrimônio genético, a proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional regulamentando o art. 8, “j”, 15 e 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) por meio da Medida provisória n. 2.186-16/2001. Essa medida provisória criou pela primeira vez no país atribuições de gestão do patrimônio genético. Ainda, esta medida autoriza o patenteamento e outros direitos de propriedade intelectual (lei criada em 1994) sobre produtos biológicos e conhecimentos tradicionais, desde que seja informada a origem desses recursos e saberes.

Em novembro de 2001, foi adotado o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), entrando em vigor efetivamente no Brasil no ano de 2002, ratificado em 2006. Este tratado reconhece os homens do campo e os povos indígenas como sujeitos de inovação e melhoramento genético dos recursos biológicos. Suas práticas tradicionais e seus modos de vida conformam a base dos direitos dos agricultores e das populações locais e indígenas (ZANONI e FERMENT, 2011).

Esses debates, que ganharam força entre 2003 e 2007 com as decisões do governo federal a partir de várias Medidas Provisórias (a nº 113 de 2003, convertida na lei nº 10.688, de 2003, a nº 131, de 2003, convertida na lei nº 10.814, de 2003, a nº 223, de 2004, convertida na lei nº 11.092, de 2005, e por fim, a de nº 327, de 2006, convertida na lei nº 11.460, de 2007) em liberar a comercialização de transgênicos, principalmente da soja da Monsanto, e a aprovação da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 2005), acabaram por ampliar as possibilidades de comercialização de OGM no Brasil que, somada a ideologia liberal do Estado mínimo, principalmente entre 1990 e 2000, materializada na diminuição de investimentos públicos em pesquisa e conhecimento, abriu espaço para investimentos e apropriação privada da ciência e da tecnologia (SAUER, 2010).

Afirmar a tradição das populações rurais nesse caso é uma forma de contornar legitimamente a legislação que dá pouco suporte ao trabalho com as sementes que não vem de empresas regulamentadas. A construção dessa identidade política tem como função definir que agricultores mais pobres são os responsáveis pelo tratamento de seu próprio patrimônio genético. Confirmar a tradição da semente e da população que com ela trabalha seria de obrigação dessa ciência minoritária, ainda que ela mesma

cumprisse um papel normativo diante do mundo social, contanto que seja para um “bem maior”. Vemos então uma ciência carregada de objetivos políticos.

... quer dizer, no caso da propriedade intelectual, aí existe uma grande discussão, quer dizer, se existe propriedade intelectual tá inserido os direitos de alguém, e se não existe né, aí eu não tem como é que vai de repente, é melhor tu levar ou não levar o que tá aqui. Existe toda uma discussão, que é uma bela discussão nessa coisa, sobre o que tão chamando de *commons* (...). Toda essa discussão que é ótima, de como é que ficam este comum né... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

A propriedade intelectual das sementes só é mantida por meio da definição daquele que a toma; logo, a tradição seria uma forma de dar direito aos agricultores, já que as outras sementes são “modernizadas”. Portanto, se não se referir aos agricultores em questão como camponeses, se não confirmar a tradição de suas práticas e de seu patrimônio científico, abre-se espaço para a “colonização” dos setores industriais desenvolvidos.

... o conhecimento tradicional ele já vem meio que pra se defender de uma legislação de propriedade intelectual que vinha entrando né... tu faz uma afirmação de direito, aí esse direito vai se traduzindo no mercado, dá pra comprar esse direito, dá pra vender, de quem é o conhecimento. Ai assim, existe essa coisa, o conhecimento tradicional vai se transformar num bem que pode ser comprado e vendido, isso tá muito a vontade né (...) e também o bem comum, e aí se é um bem comum como é que se protege esse bem comum (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

Para a entrevistada, a construção das categorias é uma forma de se proteger o bem comum, de impedir a sua privatização. A nomeação do conhecimento tradicional é então a realização de um bem, um objeto a ser construído e negociado de acordo com os embates políticos do contexto.

... essa rede sócio-técnica resignificou essas práticas, de onde ela incorporou, de onde é que vem seus conceitos, certamente vem das redes, vem de alguma coisa, as vezes nem vem do campo científico, as vezes vem de coisas internacionais né, redes de papéis, a relação com o Chile, enfim, teve muita articulação também aí, de onde vem esses conceitos aí, tem que ver, tu vai seguramente, tu vai encontrar conceitos que vem de outras partes, de outros planos do conhecimento, mas que estão relacionadas, mas coisas que são coisas dos agricultores que foram sendo resignificadas aí naquele processo e tal, mas o que eu acho que tem que pensar é assim, como na verdade é um espaço minoritário de produção desse conhecimento, desse outro conceito, agora que, digamos assim, há alguma, algum contexto, alguns ambientes, quer dizer, que assistam o

drama também pra agroecologia, ela foi sendo encubada, as práticas agroecológicas ficaram longo tempos encubadas nesses nichos de longa ação, entendeu, que não tinham a menor, praticamente não muita chance, qualquer coisa do meio ambiente, que tavam muito tempo (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

Assim, ocorre, mais do que um resgate da tradição, uma ressignificação e um processo pedagógico para a construção de práticas reflexivas, acontecendo, certamente, a racionalização da vida cotidiana tão característica da modernidade. Sabe-se que a agroecologia deve oferecer um processo de inovação, oferecendo metodologias e tecnologias aos agricultores, utilizando, em tese, os recursos localmente disponíveis, levando em consideração abordagens participativas. Neste sentido:

As iniciativas mais avançadas de reformas institucionais coerentes com a perspectiva agroecológica demonstram que as melhores práticas de ensino em Agroecologia são aquelas que incorporam a pesquisa e extensão como método pedagógico (ALTIERI, 2012, p. 13).

O desafio dos agroecólogos seria traduzir para os agricultores seus princípios (presentes em literaturas) em técnicas, desenvolvendo aprendizados para a implementação da biodiversidade por meio de estratégias e adoção de práticas planejadas, concretizando um projeto técnico-institucional para reestruturação e criação de novas ações. Vejamos alguns princípios para a capitalização de mecanismos destinados a disseminação de conhecimentos e técnicas (ALTIERI, 2012):

- Fortalecimento das organizações de produtores por meio de canais alternativos de comercialização;
- Desenvolver métodos de resgate/registo/avaliação de tecnologias e torná-las conhecidas para outros agricultores, como visitas e intercâmbios de agricultores;
- Realizar capacitações em agroecologia para as agências de pesquisa e extensão;
- Desenvolver vínculos entre ONGs e agricultores.

Tendo como responsabilidade desenvolver:

- A capacidade institucional local;
- Opções políticas;
- Opções de mercado;
- Opções tecnológicas;
- E abordagens extensionistas e de pesquisas.

O mais interessante no paradoxo do discurso agroecológico é a contradição que há na desejada busca da tradição. Procura-se o apoio no passado e no que haveria de imutável para apresentar a agricultura familiar como dinâmica, e não apenas mais um setor arcaico da sociedade. Aqui, é através do arcaico que se apresenta o moderno, eficaz e racionalizado, contraposto aos outros elementos desse mesmo moderno.

... não dá mais em certos ambientes dizer que tu é a favor de uma agricultura insustentável, não tem cenário pra isso, não tem contexto pra isso, então isso também gera na agroecologia uma coisa que “bom, como é que vai ser né?” (...), esse conceito vai vendo as instituições, mas a gente vai perdendo, de certa maneira, vários atores vão emprenhando conceitos de vários conteúdos, eles passam a servir, esses conceitos passam a servir a vários senhores, em ambiente, num nicho, tu não controla toda a produção desse escopo... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

Assim, campesinato e tradição novamente servem como uma diferenciação perante vários outros setores agrícolas que também podem se apresentar enquanto “ecologicamente corretos”, já que não é mais possível se defender uma agricultura insustentável dentro da ruptura da modernidade e da percepção dos riscos ambientais por toda a sociedade.

Claudia Schmitt ainda apresenta que essas categorias, apropriadas pelos agricultores por meio do trabalho cotidiano junto do conhecimento científico, esse saber codificado, são as ferramentas para possibilitar o ocultamento das mais diversas características da realidade social para que se possa construir uma identidade política homogênea:

... é meio que é boa a coisa assim, não é? Que é o jogo das diversidades que tem em qualquer coisa. Ah, é quilombola, é pesca, aí chega e é quilombola, é importante, é legal e inclusive dá acesso a outras possibilidades, outras coisas que dependem de certa identidade. Mas assim, que tem um outro lado de desvalorização de praticas de coisas que eram, digamos assim, desvalorizadas... (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

A identificação da realidade em certas categorias é o que possibilita o pertencimento dos sujeitos que participam do movimento, trazendo benefícios para a esfera política da rede. O que é importante perceber aqui é que os cientistas ajudam a controlar isso, são agentes essenciais para o enquadramento do mundo social em termos

que não precisam necessariamente ter a ver com a realidade, contanto que possibilitem a manutenção da vontade de verdade de seu discurso.

O elemento final a ser detalhado no depoimento da professora é a importância de se tomar a AS-PTA e seus técnicos enquanto objeto de análise, justificando as escolhas metodológicas até aqui postas em prática:

... tem um campo que é essa coisa dessa disputa, de setores da agroecologia e que se dão em instituições de pesquisa e que são praticamente minoritárias nesse contexto mais geral. Embora tenha avançado, tenha crescido, tenha mais gente, o congresso da ABA teve um monte de gente, mas enfim, tem isso né, e a própria história da ABA é um pouco disso de construção científica. Tem essa coisa no mundo, dado a ONG, eu acho que as ONGs não estão tão preocupadas, uma AS-PTA ela é melhor pra pesquisar (Claudia Job Schmitt, Rio de Janeiro, 2012).

Indicar a importância da AS-PTA pode refletir a sua percepção do trabalho benéfico da ONG, da importância deste tipo de atuação na sociedade civil e para o melhor entendimento da constituição da agroecologia no país, demarcando então o posicionamento político da professora enquanto técnica e, digamos assim, defensora da própria instituição.

A tentativa de legitimação da disposição política dos sujeitos a favor da agroecologia forma uma estratégia em torno de objetos não-humanos, principalmente a biblioteca e as sementes crioulas. Assim, existem estratégias de subjetivação através das quais a ciência e a tecnologia moderna trazem esses “corpos”, esses objetos inanimados para o centro da cena política apenas enquanto se tornam úteis, produtivos e submissos. Essa estratégia que envolve a busca pela propriedade intelectual das sementes serve também como apoio ao discurso em um campo de práticas discursivas.

Para Foucault, o corpo é constituído cientificamente pelo poder, é uma base discursiva de estratégias do capitalismo para promover o controle, produzir e mercantilizar a vida. (FERREIRA, 2006). Fazendo uma analogia a esta concepção de “corpo” foucaultiana aos objetos “não-humanos” de Latour, confirmamos ainda mais a atuação das sementes crioulas e dos trabalhos sobre agroecologia na cena política, que servem como ferramentas de legitimação de posições sociais.

Neste contexto, um conjunto de mecanismos biológicos entra como objeto político, numa estratégia de poder enquanto forma exemplar de biopolítica (FOUCAULT, 2008b), isto é, o poder sobre a vida visando o controle da população. Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas as relações, sendo efeito e a causa

delas. No liberalismo, berço efetivo do biopoder, o Estado, um órgão regulador através da razão, controla a população por meio de leis, sendo regulamentado por estas próprias leis e por outras, como as regras impostas pelo mercado – que é também um produtor de verdade – e pelas suas relações internas e externas (com outros Estados) (FOUCAULT, 2008c). Isto explicaria o fato do Brasil permitir a circulação das sementes transgênicas provindas de corporações internacionais simultaneamente ao apoio de políticas públicas que evocam o abandono do uso dos OGM.

Assim, as sementes transgênicas estão relacionadas à emergência de tecnologias modernas de segurança – a patente e a remuneração para o seu uso, e os princípios de qualidade garantidos pelos órgãos fiscalizadores –, de mecanismos de controle social e de penalidades – referente à desobediência às leis de propriedade intelectual –, ao mesmo tempo em que as sementes crioulas são ferramentas pelas quais os agricultores ecológicos embatem este tipo de controle que, a partir de sua concepção, os submetem ao domínio das grandes corporações.

A manipulação dos genes de uma planta permite a alguém, mediante uma patente industrial, tornar-se proprietário das plantas modificadas. Os ecólogos dizem que os grãos são modificados para serem *terminator*, ou seja, eles não germinam com a mesma precisão dos grãos crioulos para que os agricultores não possam reproduzi-las localmente. Depois, compra-se as sementes concorrentes para patenteá-las ou para fazê-las desaparecer do mercado, tornando-se assim proprietário da espécie inteira.

Faz parte do discurso agroecológico a crença de que a genética é um meio de conseguir *royalties* em cima do ser vivo. Destarte, “os transgênicos são uma técnica de dominação (...). A possibilidade de patentear é o principal instrumento para essa dominação” (BOVÉ, 2001, p. 123). Com a hibridação, obrigam-se os agricultores a comprarem todos os anos a semente modificada, diferentemente daquelas que eles conseguem guardar de uma colheita para outra, além do que são criadas substâncias químicas para trabalhar em conjunto dos transgênicos e serem vendidos em parceria.

As variedades de cultivos e o conhecimento camponês são considerados de livre acesso, enquanto as chamadas “sementes melhoradas” estão cada vez mais protegidas por regimes de propriedade intelectual. Do ponto de vista do capitalismo internacional, substituir as sementes locais pelas oferecidas comercialmente conduz o crescimento econômico. As sementes crioulas passam a ser proibidas por carecerem de garantias sanitárias e de rendimento. Isso se apoia na distância cultural entre as companhias de

sementes (geralmente multinacionais como a Monsanto e a Cargill) e os agricultores locais.

A companhia Monsanto tem instrumentalizado em seu favor as lacunas das legislações e das normatizações, introduzindo culturas transgênicas fora dos Estados Unidos, criando uma relação mercadológica entre o Brasil e outros países. Tal movimento fortifica um contexto de demandas e lutas, o que contribui para formar o agricultor em um novo sujeito político (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

A análise dos riscos dos transgênicos está sob a responsabilidade da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Aqui também existe a permeação de interesses e conflitos nos marcos de ação. A questão de poder envolve a pressão de instituições científicas, internacionais e econômicas, além das demandas internas por políticas. Neste sentido, o Estado elabora um movimento contraditório, em que, de um lado, o Poder Público abre espaço para a atuação das indústrias de sementes, nem sempre obedecendo ao Princípio de Precaução, vigente no Brasil desde 2004, que determina a proibição aos OGM quando não se tem certeza se trazem ou não más consequências para a natureza (ZANONI e FERMENT, 2011); e, do outro lado, o incentivo a estratégias agroecológicas e discursos de combate a pobreza rural e para uma alimentação saudável, como por exemplo, em 2003, que graças a forte influência de organizações ligadas a ANA, a agroecologia entrou nas ações da Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), um serviço institucional da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Isto demonstra que o mercado de sementes possui diferentes demandas que envolvem distintas relações de poder e estratégias de ação.

Em geral, existe nos países do Sul uma cooperação entre altas posições estatais e as empresas privadas. As abordagens dos defensores da agroecologia quanto ao papel do Estado na formulação de políticas públicas seria unicamente a do serviço ao capital, já que há um compartilhamento cultural e simbólico de valores e fatores políticos entre a classe dominante. As ideias disseminadas por diversos estudiosos são, grosso modo, uma forma de se enxergar as políticas estatais como estando predominantemente subordinadas a classe dominante e ao grande capital (MARQUES, 1997).

No entanto, a função estatal não se resume somente ao serviço das empresas privadas. Segundo Poulantzas (2000), o Estado pode ser encarado como uma arena, um campo de lutas, de disputa por poder entre os diversos atores. Assim, não poderia ser reduzido a um simples reproduzidor dos interesses da classe dominante, isto porque o

Estado seria uma forma de balizar o campo de lutas entre os mais diversos interesses. Isto significa que há certa autonomia do Estado em relação aos interesses de classes e grupos. Destarte, é possível fugir destas correntes que apresentam um Estado exclusivamente de classe na produção de políticas públicas, pois existe todo um conjunto de relações a indicar as tomadas de decisão, incluindo a influência de diversos outros atores e que vão além da “determinação classista”²⁸.

Os capitalistas podem ser os atores com mais força na constituição das ações estatais por ocuparem um lugar privilegiado de poder. Porém, o capital não é a única coisa que influencia o Estado, as instituições também são importantes no que tange a limitação de possíveis imposições de interesses por parte dos capitalistas. Além do mais, o Estado também possui suas elites, estas não são simplesmente conformadas às imposições do capital, mas também capazes de influenciar as frações capitalistas individuais. Outro fator a trazer à tona a imprevisibilidade dos resultados da luta política é a improvável junção dos mais diversos agentes num mesmo interesse de classe, homogeneidade esta inexistente também no próprio Estado, o que nos faz perceber que não é possível um controle único por parte do capital sob o Estado. Ainda sobre esta discussão, não se deve separar o Estado da sociedade e apresentá-lo como autônomo, pois existe o intercâmbio de atores entre o setor privado e o público.

No Brasil, os conflitos ambientais, mais do que com as transnacionais, ocorrem contra os próprios governos e as empresas estatais. Não é possível crer que a política ambiental dependa somente da política interna dos Estados, as instituições ambientalistas também fazem parte dessa formulação, inclusive por meio da mobilizando política. Assim, a governabilidade exige integrar na esfera política opiniões científicas e leigas, que podem ser contraditórias, mas são relevantes para diferentes escalas de realidade (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

Nos conflitos ecológicos, diversos atores imprimem diferentes discursos de valoração: os pobres, dotados de pouco poder político, apelam a outras linguagens, diferentes do crescimento econômico, defendendo o discurso dos direitos humanos, a importância da natureza, dos direitos territoriais e a sacralidade de alguns espaços de vida. Todos esses discursos são linguagens socialmente válidas. O discurso de valorização das práticas ditas tradicionais como sendo ancestrais e de ação ambiental

²⁸ Exercício este apresentado em caráter inicial por Poulantzas, mas que acaba voltando ao ponto focal determinista dos interesses de classe.

mais adequada, faz parte de estratégias de setores mais pobres da sociedade para justificar suas ações, como vemos a seguir:

As estratégias agroecológicas propostas apontam deliberadamente para os agricultores pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego, promover a formação da renda e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais (SOUZA e COSTA, 2012, p. 2).

Os agricultores agroecológicos, por não poderem apelar à esfera econômica, têm melhores condições de defender seus interesses no campo dos valores não-econômicos, fazendo uso do discurso do sagrado, apelando para valores culturais antigos, repudiando assim a proeminência do valor econômico. Este tipo de apelo em conflitos ecológicos é chamado por Martínez Alier (2007) de Ecologismo dos Pobres. Segundo este autor, o movimento ecologista se divide em três vertentes:

- Culto ao silvestre: defesa da natureza intocada;
- Ecoeficiência: eficácia técnica no tratamento da natureza sem o apego a valores sagrados;
- Justiça ambiental, ecologismo popular ou Ecologismo dos Pobres: desafia as correntes anteriores através de uma ecologia da libertação, do sustento e da sobrevivência humana.

O termo Ecologismo dos Pobres foi proposto em 1980 para explicar conflitos em que pobres defendem seus interesses relacionados ao meio ambiente no espaço rural e se colocavam muitas vezes em posturas contrárias ao Estado e ao mercado. O ecologismo dos pobres as vezes se expressa evocando a linguagem dos antigos direitos de propriedade comunitária legalmente estabelecidos, ou então, exigem novos direitos comunitários.

Resultado da diluição das fronteiras da modernidade, há uma homogeneização cultural global, ao mesmo tempo em que ocorre sua antítese, uma fascinação com a diferença e uma mercantilização das etnias e tradições, o que abre espaço para a revalorização do local e do rural. Deste modo, a modernidade cria e recria suas próprias representações e mitos, que se constituem em fundamentos de práticas sociais, permeando inclusive muitas das análises e interpretações da realidade atual (SAUER, 2010).

O eixo principal da terceira corrente do movimento ecologista, que recebe o apoio da agroecologia, não é uma referência a natureza sagrada, mas sim, um interesse material pelo meio ambiente como condição de subsistência, não se preocupando necessariamente com o direito de outras espécies, mas sim, em busca dos direitos dos humanos pobres de hoje, como por exemplo, o movimento Via Campesina.

A justiça ambiental para os pobres foi plenamente identificada a partir da década de 1980, quando o surgimento de novas tecnologias, como a dos transgênicos, tornam os conflitos ecológicos ainda mais evidentes, fazendo com que o posicionamento dos menos abastados se tornasse mais perceptível. O Ecologismo dos Pobres não é um movimento de minorias étnicas, mas sim, de um segmento majoritário em nível global, já que a maioria da população é formada por pobres, conformando movimentos de terceiro mundo que lutam contra impactos ambientais, incluindo os movimentos que se dizem campesinos.

Nesse tipo de embate político, a relação entre as preocupações locais e globais, fruto da globalização e da internacionalização da modernidade, se afirmam com base em redes monotemáticas, como ocorre na agroecologia e em sua recusa aos OGM, em que os sujeitos afetados por impactos utilizam o vocabulário de que, digamos assim, necessitam. Destarte:

Temas do ambientalismo global, como a conservação da biodiversidade, as ameaças dos praguicidas e a economia de energia, são transformados em argumentos com inserção local, legitimando a melhora das condições de vida (...). Essa argumentação está se difundindo amplamente no decurso de novas redes, como a formada pela Via Campesina (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 205).

A aversão ao cultivo dos transgênicos não se refere a uma forma de protecionismo verde, mas uma resistência aos perigos ambientais que podem ocorrer ao estilo de vida dos agricultores ecológicos. O componente histórico constitui a chave para a noção de ecologismo dos pobres. Muitos dos conflitos sociais de hoje estão conotados por um sentido ecológico, onde os pobres tentam manter sobre seu controle os serviços e recursos ambientais que julgam necessários, antes que virem propriedade privada ou estatal:

Hoje, mais do que nunca, é de extrema importância que cientistas enfatizem o papel da agricultura tradicional como uma fonte de material genético e técnicas agrícolas regenerativas que constituem a fundação de

uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável direcionada a agricultores menos favorecidos. Os agroecólogos devem também dar suporte aos movimentos sociais do campo que se opõem a agricultura industrial em todas as suas manifestações (ALTIERI, 2012, p. 377-378).

Para os agricultores, a associação com a agroecologia é uma possibilidade de acesso a mercados locais, crédito, atividades geradoras de renda, terras, sementes e disponibilidade de tecnologia, por meio do aperfeiçoamento do capital humano e do emponderamento da comunidade. A agroecologia é um exemplo de movimento social que tenta equilibrar uma balança de poder encarada como desfavorável. Assim, as disputas políticas em torno do mundo rural representam um processo de reinvenção do campo, que vai muito mais além do que o arcaico que se sobrepõe ao moderno. Tais experiências forjam uma identidade, configurando um movimento moderno que constitui sujeitos políticos através de uma luta por um poder de fazer crer e fazer ver (BOURDIEU, 1996).

Esta “escavação” do discurso agroecológico auxilia no desapego a certas premissões comuns quando se trata de questões do mundo rural e ambiental, banhadas em preceitos políticos e atravessadas pelas paixões e crenças dos pesquisadores. Tentando se afastar das categorias recorrentes da agroecologia por elas se demonstrarem muito engajadas num universo de luta política, o capítulo a seguir demonstra as possibilidades de fuga destes cárceres de identificação e maneiras alternativas de se enxergar o mundo, além de expor o olhar oposto, daquele que “luta contra” a agroecologia, fechando assim o trabalho e complementando a análise de discurso proposta.

CAPÍTULO 3:

PENSANDO INVERSAMENTE AO DISCURSO AGROECOLÓGICO

Debater a oposição da agroecologia à transgenia surgiu como preocupação no decorrer da pesquisa porque muitos trabalhos sobre a Sementes da Paixão tratavam desta questão, sempre de forma contrária e denunciativa, fazendo com que houvesse a necessidade de aprofundar o entendimento da relação entre estes dois polos destoantes do mundo rural, além de que, o discurso agroecológico e todo o seu trabalho de construção de identidades, verdades e da invenção de uma tradição se dá graças à precisão de diminuir a vulnerabilidade de um grupo de atores sociais frente às ações de cunho político e econômico dos setores mais desenvolvidos da sociedade e que disseminam a transgenia enquanto um imperativo da modernidade. No mais, a realização deste estudo se deu sempre a partir de uma perspectiva de desconstrução das falas e certezas recorrentes na produção sociológica sobre o mundo rural, o que fez com que surgisse a vontade de tentar reconstruir a linha pensamento, isto é, de indicar novos caminhos de aprendizado e construção de conhecimento e de apontar respostas alternativas para a problemática trabalhada.

Parte da análise de discurso foucaultiana – e para a realização de sua completude – trata de demonstrar as fronteiras do discurso estudado, indicando a fala contra a qual ele se opõe e que faz parte da sua própria composição e demarcação. Estes limites discursivos e seus espaços circunvizinhos serão trabalhados neste capítulo de duas maneiras: primeiramente, mostrarei a fala contra a qual a agroecologia se posiciona, a transgenia. Posteriormente, apresentarei uma discussão sobre formas de pensar as categorias utilizadas pelo discurso agroecológico, escapando do viés imparcial da literatura até então produzida, enxergando o que seria o tal campesinato e a busca da tradição almejada pelos autores analisados a partir de outro ponto de vista.

Apresentarei sucintamente as críticas à transgenia e o que os propagadores dela (textos publicados pelas instituições que trabalham com transgênicos, como a Embrapa e a Monsanto, além de endereços eletrônicos com artigos elucidativos e propagandistas das práticas do agronegócio) afirmam e defendem como vantagem para a sociedade.

Vale salientar que tal explanação não se trata de uma defesa da transgenia, até porque não é dever da análise de discurso acobertar ou censurar as enunciações; também não realizo uma análise deste discurso, pois não é o objetivo deste trabalho. Quero especificamente ler no discurso da transgenia a sua vontade de verdade.

Por outro lado, durante todo o trabalho não me detive a explicar detalhadamente os argumentos contra a transgenia, isto porque essas ideias estão presentes no discurso agroecológico e em outros discursos ambientalistas, e já são, em minha opinião, muito debatidas e conhecidas no meio acadêmico; e também porque foquei na ciência em construção e na abordagem de redes a partir do que julguei serem as duas categorias principais e norteadoras do discurso agroecológico e, conseqüentemente, desta pesquisa.

Mesmo assim, apresento o que é apontando como sendo contraproducente em relação ao uso dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), principalmente no caso paraibano de aplicação da transgenia em sementes destinadas ao plantio dos agricultores mais pobres e de suas estratégias de ação para impedir este tipo de uso no campo. Tal apresentação se dará seguindo, de forma sintética, os dois principais quadros de trabalho sobre agroecologia e suas respectivas análises. Primeiramente, detive-me aos trabalhos sobre agroecologia no geral e o que eles enunciavam sobre a transgenia. Em seguida, analisei os trabalhos sobre as Sementes da Paixão e como, neste caso, a discussão sobre os transgênicos constrói uma especificidade da agroecologia paraibana – não necessariamente apenas dela – em relação ao contexto nacional.

QUADRO 6: Trabalhos sobre agroecologia no geral (sintetizado)

Nome do artigo	Autor(es)	Observação
Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente	Cimone Rozendo	Não fala sobre transgenia
A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil	Rogério Marcos Magalhães	Discute a situação dos transgênicos
“Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável	Ghislaine Duque	Discute a situação dos transgênicos
Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas	Alfio Brandenburg	Não fala sobre transgenia
Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências	Renato Linhares de Assis e Adernar Ribeiro Romeiro	Não fala sobre transgenia
Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia	Renato Linhares de Assis	Discute a situação dos transgênicos
Agroecologia e agricultura familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná	Renato Linhares de Assis e Ademar Ribeiro Romeiro	Não fala sobre transgenia
A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do Assentamento Ceres, RS	Marcos Botton Piccin e Roberto José Moreira	Não fala sobre transgenia
Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da encosta da Serra Geral em Santa Catarina	Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda e Paulo Eduardo Moruzzi Marques	Não fala sobre transgenia
Conservação e Manejo da Biodiversidade em um assentamento rural	Felipe Rosafa Gavioli	Não fala sobre transgenia

QUADRO 7: Trabalhos sobre agroecologia na Paraíba (sintetizado)

Nome do artigo	Autor(es)	Observação
Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão paraibano	Juliano Moreira do Nascimento e Emilia Moreira	Discute a situação dos transgênicos
O papel dos assentamentos rurais e dos bancos de Sementes da Paixão na reconstrução do território: das discussões epistemológicas ao caso de Três Irmãos	Juliano Moreira do Nascimento e Emilia Moreira	Discute a situação dos transgênicos
Estratégias de comunicação da V Festa da Semente da Paixão na Paraíba e sua relação com a esfera pública	Jurani Oliveira Clementino	Discute a situação dos transgênicos
Estratégias de resistência e busca de uma identidade para os agricultores rurais – uma análise da V Festa da Semente da Paixão	Jurani Oliveira Clementino	Discute a situação dos transgênicos
Apropriação de práticas tradicionais nas atuais políticas de desenvolvimento – o caso dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba	Jurani Oliveira Clementino, Marcionila Fernandes e Ailson Ramalho	Discute a situação dos transgênicos
Pesquisa participativa para avaliação e seleção das Sementes da Paixão junto às famílias agricultoras na Paraíba	Emanoel Dias da Silva, Amaury Santos, Fábila Raquel Nunes e Fillipe Silveira Marini	Discute a situação dos transgênicos
O protagonismo da juventude no Semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB)	Ghislaine Duque e Maria da Glória Batista de Araújo	Não fala sobre transgenia
Sementes que frutificam: duas histórias de paixão pelas sementes	Paula Almeida e Adriana Galvão Freire	Não fala sobre transgenia
Um passeio pela Festa da Semente da Paixão	Emanoel Dias da Silva e Paula Almeida	Discute a situação dos transgênicos
Bancos de Sementes Comunitários: estratégia que está resgatando práticas de Solidariedade e Cidadania no Médio Sertão da Paraíba	José Dias Campos e José Rego Neto	Discute a situação dos transgênicos

O outro lado do discurso da rede Sementes da Paixão: a transgenia

Transgenia trata-se do desenvolvimento de organismos com carga genética modificada ou oriunda de seres de outras espécies para que haja melhor adaptação às necessidades humanas. Porém, o discurso agroecológico é categórico ao afirmar que a transformação genética dos organismos traz más consequências ao consumo humano além de não apresentar eficácia para a produção agrícola, afetando negativamente o meio ambiente e o estilo de vida das populações mais pobres:

Com o advento da “Revolução Verde” nas décadas de 60/70 – modelo de agricultura largamente utilizado em todo o mundo e que tem como pilares o monocultivo a partir de sementes híbridas, a larga utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos e a mecanização –, ocorreu um aumento significativo de danos ao meio ambiente: (...) desaparecimento da biodiversidade, entre outros (MAGALHÃES, 2010, p. 93).

Temas de interesse nacional são discutidos, como a questão dos transgênicos, da preservação da biodiversidade (em particular das sementes nativas), da poluição pelos agrotóxicos (...) e o avanço do agronegócio de grande escala (questão sensível para os agricultores que se ressentem da superfície insuficiente de sua própria terra) (DUQUE, 2007, p. 139-140).

Com a crítica às implicações sociais da difusão dessa estratégia, cresceu, no Brasil e no resto do mundo subdesenvolvido, a preocupação com o que seria tecnologicamente apropriado para a pequena produção familiar. Embora o cerne tecnológico da “Revolução Verde” (variedades selecionadas, agroquímicos e irrigação) fosse neutro do ponto de vista da escala técnica, os relativamente elevados investimentos necessários para a adoção do pacote tecnológico levaram a uma disputa por recursos escassos nos países pobres, disputa ganha, obviamente, pelas elites agrícolas desses países. A exclusão dos agricultores pobres pela “barreira à entrada”, representada pelos investimentos mínimos necessários (...). Embora o “pacote tecnológico” da “Revolução Verde” continuasse sendo considerado, pela maioria dos pesquisadores e responsáveis pela pesquisa dessas instituições, como a opção tecnológica mais eficiente, ficou claro que para a grande maioria dos agricultores pobres a adoção dessas tecnologias não seria possível pelas razões apontadas acima, pelo menos a curto e médio prazos (ASSIS, 2006, p. 76).

Dos dez trabalhos que formam o quadro de análise da produção acadêmica sobre agroecologia no geral, apenas três deles se dedicaram a discutir a transgenia, não entrando em momento algum na questão das sementes crioulas e das sementes geneticamente modificadas. Nestes artigos, a transgenia está associada principalmente ao debate sobre a Revolução Verde, a industrialização, a quimificação e as

consequências disso para o desenvolvimento no campo. Assim, as sementes crioulas enquanto artefatos de poder são mais atuantes no contexto paraibano, se tornando objetos de disputa e debate mais fortemente a partir das ações da rede Sementes da Paixão e da relação entre o aparato institucional e os agricultores envolvidos com políticas de distribuição de sementes híbridas. Em outras palavras, a especificidade do caso analisado – mesmo inserido num discurso de cunho ideológico constante da esfera nacional – seria o protagonismo das sementes, de sua aquisição, plantio, armazenamento, reprodução, troca e comercialização como prática agroecológica e como ator chave na caracterização das categorias comumente utilizadas nas disputas políticas rurais locais.

Vejamos agora trechos de trabalhos sobre Sementes da Paixão e suas referidas análises, para assim, relacioná-los com a produção acadêmica nacional e enxergar as enunciações e preocupações no que se refere a transgenia aplicada à produção e circulação de sementes.

Um dos grandes empecilhos que provocou o enfraquecimento na tradição do cultivo de sementes nativas está intimamente ligado aos pacotes de sementes oferecidas pelo governo. Uma vez que os programas governamentais disponibilizam sementes certificadas, melhoradas em outras regiões e pouco adaptadas às condições locais de solo e clima (...). Essas “sementes do governo”, como são conhecidas entre os agricultores (...) possuem baixo índice de germinação, pouca adaptabilidade e alto custo. Ao se tornarem usuários dessas sementes, os agricultores ficam reféns, escravos e dependentes (...) Essas sementes geneticamente modificadas são distribuídas no mercado por grandes empresas internacionais, conhecidas mundialmente, que tem como valor principal ter a total dependência de todos os agricultores. Ao comprar esse tipo de semente “do diabo”, como são reconhecidas pelos agricultores sertanejos, estes entram para um círculo de domínio capitalista. Isso pode ser reconhecido por aqueles que já plantaram as sementes híbridas e viram que as sementes que dela geraram não serviam mais para serem plantadas, ou seja, ao adquirir essas sementes o agricultor se tornou dependente, pois sempre terá que recorrer a essas empresas e a gastar o valor adquirido pelo resultado de sua colheita na compra de novas sementes. Mas, para essas multinacionais o círculo não pode ser interrompido. Essas sementes têm a sua genética alterada e adaptadas a se reproduzirem em um meio onde seja aplicado inseticidas ou adubos químicos produzidos pelas mesmas empresas que as criaram. (NASCIMENTO e MOREIRA, 2008a, p. 6).

A partir de então surge no cenário acadêmico e político o debate em torno dos riscos de extinção de determinadas espécies de plantas e animais fruto do processo globalizante de empresas multinacionais em dominar a produção de sementes. Surgem as denúncias de que estas empresas estrangeiras estão se apossando desse patrimônio. A sociedade precisa

está consciente disso. E a saída para este problema é a valorização do trabalho das comunidades. Dos bancos comunitários de sementes. Da semente da paixão. (CLEMENTINO, 2010a, p. 5).

Como já debatido, o olhar do discurso agroecológico sobre a transgenia é trabalhado a partir dos seus pontos negativos, tomando como amostra e ponto de disputa as sementes. O apego aos valores imateriais, como a semente “do diabo” e a própria denominação da rede, significada a partir da “paixão” pelas sementes crioulas daqueles que com elas trabalham, fortalece a tentativa deste discurso para trazer as disputas para um universo menos mercadológico, esfera esta onde se encontram em desvantagem, mas onde tentam a todo o momento encontrar melhores espaços de atuação.

As políticas de distribuição de sementes são elementos sempre presentes neste tipo de discussão, já a atuação das indústrias internacionais fica em segundo plano, geralmente sem nomes de companhias citadas, com suas estratégias abordadas de maneira geral e bastante política.

A manipulação genética é um caso que vem sendo discutido com frequência não só nas comunidades do alto sertão paraibano, mas também, em outras áreas do estado. Muitos agricultores já expressam repúdio e indignação por verem as sementes da vida serem modificadas pelo homem que gosta de brincar de ser Deus (NASCIMENTO e MOREIRA, 2008a, p. 7).

... as sementes representam relações de poder e resistência ao modo de produção capitalista que valoriza um sistema de monocultura e acréscimo de lucros (NASCIMENTO e MOREIRA, 2008b, p. 12).

... os agricultores familiares estavam mobilizados contra os produtos geneticamente modificados (CLEMENTINO, 2010a, p. 5).

Os resultados empíricos apresentados nos trabalhos analisados sempre reafirmam o posicionamento contrário às sementes híbridas e a mobilização política dos agricultores paraibanos que participam da rede, servindo então para “reforçar esta idéia de que os produtos geneticamente modificados simbolizam a morte” (CLEMENTINO, 2010b, p.7).

... um discurso de denuncia contra alimentos industrializados, transgênicos e o uso de agrotóxico. As feiras agroecológicas existentes em todo o estado também foram lembradas. Ao microfone elas foram citadas como a principal alternativa do consumidor aos produtos transgênicos (CLEMENTINO, 2010b, p. 7).

... a principal diferença entre as sementes nativas ou crioulas e as híbridas e as transgênicas é a capacidade de reprodução. “As sementes crioulas são plantadas e reproduzidas ano a ano, segundos os interesses dos povos que as cultivam, enquanto as híbridas e as transgênicas perdem sua capacidade de reprodução ao serem replantadas (CAMPOS e NETO, 2012, p. 6).

O discurso enquanto prática é efetivado na fala dos agricultores ecológicos e dos técnicos, nos projetos de conscientização e realce do trabalho sustentável no campo, nas instituições, nas feiras agroecológicas e no meio acadêmico. A necessidade de se posicionar politicamente perante o discurso da transgenia vai além de um desejo de trazer o que há de melhor no resgate do passado nas atividades rurais, ela é necessária para fortalecer um nível da sociedade civil que se vê em condições de existência, segundo o discurso agroecológico, desfavoráveis.

Pressionar para que o governo de cada país resista à imposição pelo capital monopolista internacional de leis de propriedade intelectual e de patentes sobre as sementes (CLEMENTINO; FERNANDES e RAMALHO, 2010, p. 7).

... a maioria dos programas de sementes, do governo federal ou estadual continua promovendo a distribuição massiva de uma única variedade de poucas espécies, desenvolvidas por empresas que produzem em sistemas convencionais de cultivo, utilizando intensivamente agroquímicos. Além disso, é preciso destacar que muitas vezes essas sementes não são adaptadas à diversidade do semiárido (SILVA; SANTOS; NUNES e MARINI, 2011, p. 2).

Dois diferentes níveis de discussão sobre as sementes se encontram nos trabalhos analisados: Tem-se, primeiramente, a discussão sobre a certificação das sementes, o que inclui a preocupação tanto do englobamento de sementes crioulas por parte do patrimônio intelectual de empresas internacionais, quanto o errôneo uso das sementes modificadas pelo pequeno agricultor.

As famílias agricultoras ainda encontram enormes dificuldades de integrar essas variedades crioulas nos programas governamentais de distribuição de sementes para o semiárido. O conhecimento acumulado na preservação das sementes da paixão está sendo ameaçado pela possível contaminação com as variedades melhoradas, desconsiderando toda a diversidade edafoclimática do semiárido. As políticas para o setor de sementes orientam-se exclusivamente pelos cultivos de maior escala e

importância comercial, tendo como base os modelos aplicados em países industrializados (SILVA; SANTOS; NUNES e MARINI, 2011, p. 2).

Outro fator que exerce grande pressão sobre os recursos da agrobiodiversidade é a substituição das sementes da paixão por sementes certificadas produzidas em outras regiões e pouco adaptadas ao semi-árido e aos sistemas de cultivo nos roçados diversificados dos agricultores. Essas sementes são disponibilizadas por programas públicos que vêm historicamente reforçando os meios clientelistas de manutenção do poder adotados pelas oligarquias rurais da região (SILVA e ALMEIDA, 2007, p. 14).

Em segundo lugar, estes trechos são exemplares da maneira como o discurso agroecológico trata a atuação do Estado em relação às sementes, crioulas ou modificadas, a partir de uma visível tomada de posição favorável aos agricultores ecológicos e ao trabalho dos técnicos e cientistas. Aqui, as políticas governamentais apresentam-se quase sempre ineficazes, conectadas com os setores mais desenvolvidos do capitalismo e com as empresas de sementes tratadas, formando um cartel servente dos interesses econômicos e que deixa a desejar no trato daqueles menos abastados. Porém, como foi visto, os interesses do Estado estão além de uma simples cumplicidade com uma determinada porção do capital, sendo este formado por diferentes atores sociais e assim, diferentes tipos de demandas sociais.

Mesmo percebido que os trabalhos sobre agroecologia no geral não tratam necessariamente da situação da distribuição e do uso das sementes modificadas e da positivação das sementes crioulas, como no caso dos trabalhos que tratam das Sementes da Paixão, alguns “inimigos” em comum podem ser identificados em ambos os casos, como por exemplo, a atuação das empresas internacionais e do capitalismo como um todo, além da vantagem competitiva e existência predatória do agronegócio em relação à agricultura mais simples.

O debate sobre transgenia no discurso agroecológico envolve o trânsito entre discussões de cunho mais amplo, como por exemplo, a atuação das empresas internacionais para a imposição do uso das sementes tratadas e o trabalho (ineficaz) do Estado nas políticas de distribuição de sementes, com outras problemáticas de caráter mais próximo à vivência dos pequenos agricultores, como a utilização prática das sementes tratadas em seu dia-a-dia. A partir disto, pergunto-me até que ponto o nível de discussão mais amplo faz parte da fala dos agricultores agroecológicos? Acredito que este tipo de argumentação faz parte do universo científico, o que traz questionamentos sobre o quanto isso serviria para demonstrar que a ciência faz parte da construção do

discurso agroecológico, apontando enunciados que não seriam necessariamente da vida cotidiana dos agricultores. Interpreto esta elaboração como mais uma evidência de como a ciência também se utiliza dela mesma, a partir de seus conhecimentos, para auxiliar, de forma parcial, na formação, legitimação e propagação do discurso agroecológico.

No quadro de trabalhos sobre agroecologia na Paraíba, foram oito os textos que tratam dos organismos transgênicos e dois que não se referem em momento algum a isto. Assim, a discussão sobre transgenia para a rede Sementes da Paixão se detém unicamente as sementes – os animais geneticamente modificados acabam por não fazerem parte dessa discussão específica – enquanto objeto alvo das lutas políticas entre o discurso da transgenia e o discurso agroecológico. Essa constituição de um contra-discurso demonstra a tentativa de legitimação de um conjunto de práticas diferenciadas de um modelo dito padrão e dominante e referencia uma proposta política de um grupo menos poderoso no quesito das disputas mercadológicas de cunho nacional e internacional e para, ao mesmo tempo, denunciar aquilo que não lhes é útil nas ações estatais e fortalecer e adquirir direitos que melhor lhe convenham.

Como realizado no Capítulo 2, vejamos agora um levantamento das conexões entre os autores dos textos recém-analisados e as instituições apoiadoras da agroecologia:

- Os autores dos três textos sobre agroecologia no geral que contêm enunciações sobre transgenia são: Rogério Marcos Magalhães, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pelo trabalho com Unidades de Conservação ambiental e no auxílio de iniciativas agroecológicas; Ghislaine Duque, que participou ativamente de ações da ASA-PB e da AS-PTA; e Renato Linhares de Assis, engenheiro Agrônomo e pesquisador da Embrapa.
- Alguns autores dos textos sobre Sementes da Paixão que contêm falas sobre transgênicos são: Emilia Moreira, assessora da AS-PTA; José Dias Campos e José Rego Neto, participantes do Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS), que dá apoio à constituição de BSC; Emanuel Dias da Silva, assessor técnico da AS-PTA; Amaury Santos, que trabalha na Embrapa Tabuleiros Costeiros; Fábria R. Nunes, que atua como técnica agrícola no Coletivo Regional do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano; e Paula Almeida é agrônoma e trabalhou na AS-PTA da Paraíba.

Retomando novamente o debate do segundo capítulo, pode-se perceber que dentre os trabalhos paraibanos, o de Silva, Santos, Nunes e Marini (2011) foi apresentado no Congresso Brasileiro de Agroecologia, na cidade de Fortaleza, Ceará; e o de Silva e Almeida (2007) foi publicado na Revista Agriculturas. O congresso citado auxilia na fortificação das bases agroecológicas no Brasil, enquanto que a revista mencionada é publicada pela AS-PTA, cujo trabalho da ONG é um dos principais pilares de experiências da agroecologia no presente estudo. Isto de mostra o tipo de relação ente o aparato institucional, a ciência e a consolidação do discurso agroecológico.

Destarte, o tratamento das sementes transgênicas por parte dos cientistas acaba por ter conexão com o tipo de trabalho que estes realizam com a sociedade civil, neste caso, por meio de iniciativas agroecológicos. Aqui, claramente, os pesquisadores possuem vínculos com o aparato institucional que faz parte da existência do discurso agroecológico, justificando assim o tipo de olhar que eles dão para as questões do setor rural. Para esses cientistas que estão regularmente em contato com a agroecologia, os conceitos, regras e mecanismos associados a propriedade intelectual devem evoluir junto dos direitos dos pequenos agricultores. Temos então mais uma evidência de como a própria produção científica pode ser utilizada para positivar e legitimar outros tipos de prática que se dizem não científicas.

Segundo o discurso da transgenia, entendido aqui como qualquer fala que positive a ocorrência de alterações genéticas em seres vivos para o uso dos seres humanos e que possa rebater as acusações feitas em relação ao lado ineficaz de sua aplicação, o emprego dos OGM para os agricultores familiares seria uma estratégia de desenvolvimento e inserção no agronegócio internacional cada vez mais acirrado, criando oportunidades para que a agricultura ocupe maior espaço dentre as indústrias mais sofisticadas do mundo²⁹. Assim:

O uso da cultura de tecidos de plantas viabilizará a produção de mudas saudáveis e livres de doenças; as técnicas de reprodução na área animal possibilitarão o aumento da produtividade; os kits de diagnósticos serão utilizados para a identificação de doenças; o desenvolvimento de novas vacinas será um importante componente na sanidade animal; a expansão de produção em áreas que não poderiam ser utilizadas no passado, por meio de culturas tolerantes à seca, ao frio e à salinidade; o aumento do

²⁹ Texto de Maurício Antônio Lopes e Mauro Carneiro, encontrado no link: <http://www.embrapa.br/embrapa/imprensa/artigos/2005/artigo.2005-07-07.6298319360> . Acessado em: 27 de dezembro de 2012.

valor nutricional de diferentes alimentos; as sementes e o leite natural que agrega medicamentos terapêuticos como hormônios, anticorpos e outras biomoléculas de interesse farmacêutico e industrial; a redução da exposição a resíduos de defensivos agrícolas; o aumento do tempo de maturação de frutos, facilitando sua comercialização; a redução de perdas de pós-colheita; a redução de impactos ambientais, graças à redução da utilização de defensivos; a indução de variabilidade; a biorremediação de áreas alagadas e poluídas; entre outras.³⁰

Outras vantagens demonstradas pelo discurso dos transgênicos seriam: redução de custos de produção; diminuição o uso de agrotóxicos e conseqüentemente do efeito estufa; aumento da produtividade; o fim da fome; e, por fim, a produção de agrocombustíveis.

Os transgênicos são responsáveis por resolver problemas resultantes do alto produtivismo e da monocultura, que, em tese, se tornaram uma necessidade da modernidade pela expansão da população mundial. Enquanto que o discurso agroecológico afirma que a transgenia contamina as plantações crioulas e que não chega a ser mais produtiva que as de cultivo comum, o discurso da transgenia aponta para o aumento da área cultivada enquanto a aceitação e visualização dos benefícios dos OGM – ou seria apenas uma expansão de sua dominação? –, indicando a falta de validade científica do conhecimento “tradicional” e a pouca veracidade nas acusações aos danos a saúde causados pela ingestão de alimentos híbridos.

Vários são os estudos de ambos os lados (agroecologia x transgenia) para demonstrar as vantagens e as desvantagens de cada uma das perspectivas. Dentre os textos lidos, um estudo que me chamou atenção foi a de uma consultoria inglesa³¹, que analisou 400 milhões de hectares de lavouras transgênicas em 21 países e concluiu que essas plantações são mais vantajosas para o meio ambiente do que as convencionais, ao contrário do que é dito nos estudos dos ecólogos. Os resultados indicaram que durante uma década, as lavouras transgênicas:

- Geraram aos agricultores uma redução de custo de 27 bilhões de dólares;
- Originaram aos produtores de soja do Brasil uma economia de 1,4 bilhão de dólares;
- Reduziram em 15%, ou 220.000 toneladas, o uso de agrotóxicos.

³⁰ Texto de Elibio Rech, encontrado no link: <http://www.embrapa.br/embrapa/imprensa/artigos/2006/artigo.2006-10-24.2094779241> . Acessado em: 27 de dezembro de 2012.

³¹ http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_225101.shtml . Acessado em: 27 de dezembro de 2012.

Desde os anos 1920 e 1930 a agroindústria aplica no mercado a venda de organismos híbridos, isto é, resultante do cruzamento genético entre duas espécies. Milho e soja são os principais transgênicos comprados no mercado desde essa época. O milho, planta de verão de alta produtividade e resistência, é o símbolo do produtivismo agrícola e é alvo de investimentos e pesquisas das indústrias internacionais. O Brasil é um dos principais produtores de soja para exportação, pois se sabe que o milho e a soja constituem insumos básicos do regime alimentar global baseado no consumo de carne. Ultimamente o algodão e o arroz têm ganhado mais espaço no universo dos transgênicos.

Grande parte das plantas transgênicas pode ser resumida em três categorias:

- Produzem proteínas inseticidas nas suas células (a planta Bt, geneticamente modificado para a produção da proteína da bactéria *Bacillus thuringiensis*);
- Organismos que toleram herbicidas (planta HT, com tolerância ao glifosato, um herbicida que mata vários tipos de plantas);
- Ambas as características

A maior parte das plantas transgênicas são geneticamente modificadas para acumular herbicidas sem morrer, ou seja, para serem resistentes as substâncias químicas responsáveis por eliminar espécies de plantas que possam por em risco o plantio, as famosas ervas daninhas. O outro tipo de transgênico é produzido para que tenha em si a capacidade de combater espécies de animais, no caso, os insetos, predadores em potencial das colheitas.

Durante os anos 1990, o mercado de sementes e seus preços giraram em torno dessas três empresas: Cargill, ADM e Bunge, que detinham mais de 60% da comercialização de soja. Atualmente, várias outras empresas como a Agrocere, Basf – que trabalha em parceria com a Embrapa –, Syngenta, Bayer, Dupont, Dow e AgroScience atuam no mercado de OGM, cuja pesquisa e extensão se encontra principalmente nas mãos da Monsanto (SAUER, 2010), que afirma dedicar 10% de seu faturamento, ou seja, mais de US\$ 800 milhões por ano, em pesquisas para as sementes transgênicas³².

A Embrapa, desde 1982, é uma das instituições brasileiras que mais desenvolve atividades na área de biotecnologia, provendo o planejamento estratégico e a ampliação de produtos para o campo. Os avanços da empresa e de seus parceiros no

³² <http://www.monsanto.com.br/produtos/sementes/sementes.asp>. Acessado em: 27 de dezembro de 2012.

desenvolvimento de plantas transgênicas (soja, feijão, mamão, batata, algodão, etc), clones bovinos e informações genômicas (café, banana, eucalipto, bovinos, etc) é um símbolo do investimento nesse tipo de ciência e na aplicação dela no mundo rural, em que, simultaneamente, esta mesma instituição possui estratégias voltadas para a agroecologia, servindo de reflexo quanto as formas de atuação do nosso país no que se refere às discussões dos danos ambientais e dos OGM. No trecho a seguir, vemos um exemplo da interação do mercado internacional e a atuação brasileira na indústria dos transgênicos:

Entre os 25 países que possuem culturas transgênicas comerciais, as maiores áreas estão nos Estados Unidos, Argentina e Brasil. No Brasil, a primeira a ser liberada para cultivo comercial foi a soja tolerante a herbicida, em 1998. A partir de 2005, mais onze diferentes linhagens de milho e seis de algodão transgênicos foram liberadas para uso comercial. Todos os requerentes são empresas multinacionais, ou seja, o Brasil possui a terceira maior área com culturas transgênicas e nenhum desses materiais genéticos foi gerado pela tecnologia nacional, mostrando que a colocação, em área cultivada, não reflete no quesito avanço tecnológico³³.

Os textos lidos sobre transgenia para esta sistematização apresentaram sempre a denominação de agricultor, ou, em menor quantidade, de agricultor familiar, nunca se referindo à parcela mais simples do rural enquanto camponeses. Em minha opinião, isso seria mais um princípio definidor dos limites e intenções de cada discurso, onde, por mais que o discurso da transgenia afirme que trabalha também a favor da agricultura familiar e não somente para o agronegócio internacional, ele não fortalece a identidade do camponês enquanto um sujeito político, a identidade chave para a construção de um ator capaz de desconstruí-lo e que é tão fortemente utilizada pelo discurso agroecológico.

Por que não “modernidade” e “agricultura familiar”? alternativas para pensar a tradição e a figura do camponês

O camponês, em conceituações clássicas como a de Wolf (1970), é aquele em que o trabalho é direcionado para a produção do mínimo calórico – a preocupação das reservas alimentares básicas da família em primeiro lugar – e do excedente, sendo

³³ http://www.agrolink.com.br/biotecnologia/artigo/a-transgenia-e-os-avancos-na-aceitacao_102393.html. Acessado em: 27 de dezembro de 2012.

apenas este último destinado as trocas mercantis e a partir do qual serão efetivados câmbios com a sociedade englobante em que este se insere. Não há, em tese, a intenção de produzir para o mercado, mas apenas de retirar dele o que não consegue se produzir no campo. Assim, o campesinato não é uma profissão, mas um modo de vida guiado por práticas e conhecimentos tradicionais.

Os agricultores que cultivam as sementes da paixão estão indubitavelmente inseridos na sociedade englobante e no mercado – não que os camponeses também não estejam, mas sua lógica de produção difere da do agricultor –, isto porque a produção de suas sementes também serve para a comercialização. Mesmo que este mercado de sementes seja praticamente restrito ao contato com outros agricultores, o lucro obtido com a venda de sementes além de ser uma “atividade (...) na produção de gêneros capazes de atender às necessidades do autoconsumo”, é fundamental para “às exigências do mercado” (SOARES, 1981, p. 73) como meios para se adquirir produtos e serviços da sociedade englobante que estão presentes e praticamente indispensáveis em vários setores da vida rural atual.

É desta maneira, utilizando-se também uma lógica de mercado nas suas atividades produtivas –, resultado do processo de racionalização (PIERUCCI, 2009) característico da modernidade –, que estes atores podem ser considerados como “agricultores” e não como “camponeses”, pelo fato de também orientarem sua produção para o mercado. Assim, o caráter de empreendedor faz parte da vida destes agricultores, onde o papel de gestor familiar e de gestor econômico de uma produção direcionada ao mercado (que possibilita uma participação na cultura hegemônica) acaba por se confundir. Portanto, o agricultor também tende a uma mentalidade “capitalista”, realizando, entre outras, uma atividade de caráter econômico (MENDRAS, 1969).

A comercialização não é um empreendimento complementar. “... é essencial à reprodução das unidades produtivas, já que lhes oferece meios monetários para a compra de bens considerados indispensáveis” (SOARES, 1981, p. 73). O que nos faz perceber que a produção e o consumo – fator que segundo a lógica comumente elaborada, seria o foco da produção dos atores do mundo rural – tanto das sementes da paixão quanto de outros produtos se confundem na unidade doméstica.

A unidade produtiva destes agricultores continua sendo a família, num equilíbrio entre produção e consumo, como é apresentado por Chayanov (1974), onde a força de trabalho familiar ainda é o centro da produção doméstica. No entanto, creio que não se pode falar numa produção que esteja destinada apenas para a subsistência, seguindo a

lógica deste autor. Então, por mais que a unidade de produção ainda seja familiar, “a relação e a ação entre agentes se orientam por configurações provisórias de valores e forças sociais consolidadas ou consolidáveis em instituições diversas – além da família...” (NEVES, 2001, p. 6), isto é, a força de trabalho e a organização ainda é familiar, mas os incentivos ao trabalho e a orientação produtiva não se restringem apenas à família e para adquirir o necessário à subsistência.

A utilização do conceito de *camponês* é também, de certa forma, uma herança discursiva dos movimentos sociais rurais brasileiros e de seus respectivos estudos, principalmente graças às Ligas Camponesas, que eram organizações de agricultores do Sertão Pernambucano lutando pela reforma agrária, tendo sua origem na década de 1930 devido ao Partido Comunista do Brasil.

Destarte, o emprego dos dois principais marcos analíticos para tais atores do mundo rural, seja ele o “conceito” de agricultura familiar – e considerado por Neves (2001) não como um conceito, além do que não há teorias, mas como uma categoria descritiva – comumente usado pelas políticas públicas e que pode restringir o entendimento das atividades destes atores – que não são unicamente familiares – dos agricultores, quanto o conceito de campesinato, que também pode ser restrito ao se falar dos sujeitos estudados por não apreender a sua lógica de vida moderna, apresentam-se como problemáticos e limitantes.

Apesar da face crítica quanto à utilização da figura do camponês no universo acadêmico, não foi minha intenção discriminar a fala dos agricultores agroecológicos nem muito menos o trabalho em que eles se envolvem junto do aparato institucional. Neguei-me, de início, ao uso tanto do conceito de camponês quanto da categoria de agricultor familiar, fugindo assim das denominações correntes nos discursos contemporâneos e seus consequentes pesos valorativos – respondendo aos critérios da análise de discurso –, configurando os sujeitos analisados como agricultores agroecológicos ou ecológicos.

Defender uma postura de resistência ao monopólio do capitalismo e o resgate as tradições estão relativamente corretas levando em conta dois fatores:

Em primeiro lugar, antes da nova Lei de Sementes e Muda, as sementes eram monopolizadas por grandes empresas. Neste caso, pode-se buscar uma autonomia frente a um contexto desfavorável. No entanto, não é possível se virar contra o capitalismo por meio de uma identidade campesina pelos mesmos motivos anteriormente explicados durante a defesa da utilização do conceito de “agricultor”, pois, grosso modo, “dentro de

uma sociedade dominada pela produção capitalista, até os produtores não capitalistas se acham sob o império das idéias do capitalismo” (MARX apud SOARES, 1981, p 179); isto porque a “produção agrícola não é anticapitalista (...), os pequenos produtores agrícolas são produtores de mercadorias, isto é, colocam seus produtos no mercado e dependem deste para a reprodução da força de trabalho” (SOARES, 1981, p 221), existindo até mesmo quem veja, de certa forma, o setor rural como subordinado ao capitalismo (VELHO, 1979)³⁴.

Em segundo lugar, o discurso do resgate da tradição pode ser justificado pelo fato que há realmente traços de uma cultura camponesa nos agricultores modernos, elementos de ruptura e de continuidade (WANDERLEY, 2003), entre a lógica tradicional camponesa e a do agricultor como profissão, onde este utiliza dos conhecimentos obtidos pelas gerações anteriores em seu modo de vida. É o que podemos chamar, utilizando Sabourin (2009), de Sistemas Locais de Conhecimento (SLC).

Lidamos com o que Lefebvre (1981) chama de sabedoria camponesa, “uma combinação de prudência, iniciativa, desconfiança, credibilidade e costume” (p. 145), um conjunto de fatores mutáveis e dinâmicos que permeiam a vida na comunidade rural, mas que são historicamente determinados e devem ser analisados a partir disto. Tal conjectura nos revela o *insight* da importância da história para a comunidade rural, deste movimento de idas e vindas entre o passado e o presente, o que não significa, necessariamente, a existência de um salvamento efetivo do passado para a concretização das práticas corriqueiras e autônomas, até porque, para este mesmo autor, “a vida camponesa não tem mais nada de autônoma (...), não pode mais evoluir segundo leis distintas; ela relaciona-se de múltiplas maneiras, à economia geral, à vida nacional, à vida urbana, à tecnologia moderna...” (p. 162).

Assim, não há a inteira possibilidade de resgatar uma tradição, isto porque os agricultores são também modernos, assim como a sociedade englobante, possuindo apenas uma racionalidade diferenciada, específica no que tange às suas práticas, variedades e características próprias. No mais, nas palavras de Giddens “a tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno” (GIDDENS, 1991, p. 45). Destarte:

³⁴ É importante observar que os autores como Chayanov, Velho, Soares e Sabourin utilizam o termo camponês, mas que foram aqui realocados, pois suas teorias abarcam eficazmente o suporte teórico apresentado para a utilização do termo “agricultor” na presente análise.

Um antídoto à visão modernizadora e ao dualismo tradicional/moderno reside na noção de modernidades múltiplas de Eisenstadt (2001), para quem a melhor forma de compreender o mundo contemporâneo – e também de explicar a própria história da modernidade – é vê-lo como uma história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais (CUNHA, PAULINO e MENEZES, 2009, p. 209).

A história da modernidade não se deu inteiramente homogênea, permitindo conceber diferentes programas culturais que fogem do padrão dominante. Essas diferentes modernidades, todas dinâmicas e em mutação, são também autênticas e efetivas, permitindo a construção de referências para outras visões de modernidade (EISENSTADT, 2001). Não há uma lógica linear de passagem do tradicional para o moderno, eles convivem, mas não a partir de oposições simultâneas no tempo, mas como diferentes formas em que a modernidade se dá, como multiplicidades de funcionamentos da vida moderna e que permitem inclusive a invenção e defesa da tradição.

A chamada *tradição* não se oporia então aos saberes técnicos, mas seria um modo de desenvolvimento e aplicação de tais saberes que são um tanto distintos do padrão dominante de racionalidade dos setores mais desenvolvidos e que não se aplicam eficazmente às esferas pobres do rural. Presenciamos, então, a concretização de uma ruralidade de múltiplas facetas (ou múltiplas ruralidades) a partir da inserção de tecnologias sociais, onde a inovação social agroecológica encontra, na trama das redes produtivas regionais, os elementos ideais de sua propagação (SOUZA e COSTA, 2012).

O discurso agroecológico se apoia num indisfarçado dualismo entre tradicional e moderno, definindo-os como mundos sociais distintos e contraditórios de uma mesma figuração (ELIAS, 2001), sendo que o tradicional é muitas vezes valorizado discursivamente para ser combatido institucionalmente. Vale salientar que não há esta distinção entre tradicional e moderno dentro da própria modernidade, isto é, o tradicional, entendido como um momento pré-moderno, não é aquilo que de fato está sendo posto em prática nas atividades agroecológicas, mas sim, está sendo posta em prática um tipo diferenciado de modernidade, pois as populações locais são também modernas, possuindo apenas outra forma em que as relações sociais são concebidas. Neste sentido, as populações locais são definidas a maior parte das vezes como tradicionais, o que demonstra a idéia de que o tradicional é defendido “no campo das

idéias” para ser combatido na prática através do trabalho do aparato institucional (PAULINO, 2010).

Não existe no Brasil um grande campesinato agroecológico, mesmo que existam outros movimentos rurais de grande destaque e atuação, como por exemplo, o MST (Movimento dos Sem Terra). “O Brasil não é uma terra de tradições camponesas agroecológicas (...), não é um lugar reservado para os agroecólogos românticos” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 319). A agroecologia nos países industrializados é um movimento neo-rural que se desenvolve num mundo no qual os experimentos modernos não apenas são permitidos, como também são incentivados.

Os movimentos sociais revivem e inventam tradições: a linguagem toma formas específicas, como a do direito civil, de algumas peculiaridades religiosas ou, de um orgulho agroecológico que respalda as bases para um desenvolvimento alternativo, ou ainda, para uma alternativa ao desenvolvimento. Portanto, “as tradições são inventadas, mas não ao acaso” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 336).

A luta dos agricultores nos países do Sul não é minoritária, sendo relevante para milhões de famílias. A racionalidade ecológico-econômica desses sistemas agrícolas proporciona um ponto de partida prático para uma modernização alternativa. Trata-se de outra manifestação da modernidade, uma modernidade que dialoga com o conhecimento dito local a partir da confiança no poder e na razão.

O padrão de modernização é feito de modo desigual e abarca situações plurais. Assim, o reforço as identidades locais é uma dimensão cultural da própria modernidade, indicando que a integração do rural à economia global, ao invés de diluir as diferenças, pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a um dado movimento. Uma âncora territorial que garante a manutenção de uma identidade mesmo com as novas interações constituintes da vida moderna (SAUER, 2010).

A “libertação” sugerida quanto à dependência do monopólio capitalista sobre as políticas de semente tem sentido quando se trata do controle da produção de sementes apenas para empresas legalmente reconhecidas e pela dependência que os setores políticos trazem para os atores do mundo rural, além de ser uma forma de se negar a se sujeitar as troca de favores com determinados políticos, que em nada favorecem os agricultores. A ausência de sistematicidade na distribuição de sementes e a pouca produtividade delas ao longo do tempo faz com que os agricultores dependam cada vez mais de futuras demandas, estas que não atendem ao período correto de cultivo, além de serem geneticamente modificadas, não correspondendo as suas necessidades, o que

demonstra que o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções de que incumbe. De acordo com essa concepção, o Estado ou carece de recursos financeiros ou de capacidade institucional, ou carece ainda dos mecanismos que na sociedade civil orientam as ações e garantem sua eficácia (SANTOS, 2001).

Por mais que os BSC sejam uma forma de não depender das políticas estatais de distribuição, esta autonomia deve ser encarada como sendo uma autonomia relativa, (PAULINO; SOUSA e MARQUES, 2009) uma autonomia que não se constitui por completo em relação ao poder público, isto é, os agricultores se organizam de modo que possam suprir as falhas estatais e não depender inteiramente delas, no entanto, não se negam a continuar a receber este auxílio, pois isto constitui um direito, procurando-se aquilo que melhor lhes serve:

A expressão procurar seus direitos, tão freqüentemente utilizada pelos agentes sociais, exprime bem que as vantagens asseguradas em leis não são benefícios líquidos e certos: procura-se o que é vantajoso, mas oculto, ou fora do alcance imediato (GARCIA JR, 1988, p. 20).

A relação de forças econômicas é desfavorável para o mercado agro-alimentar, e os agricultores, segundo Bové (2001), são o elo mais fraco desse eixo. Para que eles não vendam seus produtos a preços tão baixos, seria necessária intervenção estatal favorável.

Além do mais, a “libertação”, como demonstrado por Garcia Jr (1988) no caso da sujeição dos trabalhadores rurais ao senhor de engenho no município de Areia, ocorre no que se refere a uma dominação tradicional (nos termos weberianos), sendo que uma libertação ao sistema, à burocracia legal, não é tão palpável. Em outras palavras, por mais que os agricultores reforcem uma autonomia relativa em relação ao poder público e não dependam mais de favores efetuados em relação a determinados indivíduos, uma sujeição ao sistema, aqui pensado como a sociedade capitalista englobante, em vários de seus aspectos, inclusive o mercado, não é viável.

O agricultor é um empreendedor e está inserido na cultura hegemônica, ou seja, não é possível fugir desse “capitalismo”. Mesmo que use pouca mecanização, a agricultura familiar não é um setor pouco produtivo, especializado apenas no abastecimento interno (SABOURIN, 2009). Assim, não é simplesmente resgatar tradição e ir contra o capitalismo, se trata de uma estratégia de minimizar os riscos nessa

relação com o mercado, visto que o agricultor “de hoje” não é um camponês isolado – até porque esse isolamento é impossível na atualidade – do mercado englobante, pois sempre efetua trocas verticais, isto é, trocas com agentes externos (WOLF, 1970).

Acredito que na Sementes da Paixão há uma racionalidade que não é necessariamente para ir contra o capitalismo monopolista e resgatar a tradição por uma alimentação saudável, racionalidade que não é, digamos, estritamente econômica, mas é uma racionalidade própria da modernidade, do processo de modernização e que também inclui estratégias de caráter econômico, já que no banco de sementes comunitário, algumas são trocadas e comercializadas. Enquanto que nos trabalhos analisados, as trocas mercantis sempre são vistas em segundo plano em comparação com o desejo à segurança alimentar. Porém, existem incentivos por parte de programas e as práticas dos próprios agricultores indicam uma lógica que inclui as sementes para a venda, um cálculo que suporta as trocas mercantis das sementes da paixão, indicando a fraqueza conceitual no que tange ao discurso do resgate a simples e pura tradição e o virar de costas para o sistema capitalista.

Assim, por não compartilhar da crença da existência do tipo de campesinato brasileiro defendido no discurso agroecológico e neste resgate a tradição, pensar alternativamente a estes ditames seria bastante interessante e construtivo, deixando em abertos novos caminhos de pesquisa e entendimento do social:

Em primeiro lugar, uma solução para a concepção de tradição seria a de enxergar as múltiplas modernidades e as alternativas a que ela se propõe na construção das identidades dos mais diversos sujeitos por meio da noção de localidade, como os Sistemas Locais de Conhecimento (SLC) e as identidades locais, onde, ao invés de se pensar numa busca ao passado, pode-se simplesmente ponderar sobre a racionalização dos elementos e redes autóctones para que estes sejam capacitados a proferir legitimidade as suas práticas nos diferentes embates políticos.

Em segundo lugar, a categoria analítica Agricultura Familiar pode ser mais trabalhada, com um aprofundamento empírico e teórico, para que possa ser utilizada na interpretação do mundo rural, levando em consideração toda a carga política, os interesses, demandas e conflitos em que tais atores estão envolvidos, deixando de lado o conceito de camponês que ultimamente vem abarcando cada vez mais as novas transformações do mundo rural, como por exemplo, as noções de pluriatividade e multifuncionalidade (PLOEG, 2008), pela necessidade de se manter a sua utilização e ocultar as tentativas de repensar e inventar outras fórmulas para estudar o cosmos social.

Afirmar no decorrer do trabalho que a ciência é politizada e que isto é intrínseco dela, sendo que critico também esta politização quando se trata da militância e ao apego a certas categorias. Entro assim num paradoxo, mas de fácil resolução: a perspectiva da ciência em construção foi de auxílio justamente para entender os elementos políticos que envolvem a configuração do discurso agroecológico, o que não contradiz a crítica teoricamente informada sobre a produção científica, já que esta tem a função de por em reflexão falas que muitas vezes se tornam paradigmas e fazer com que sejam repensadas as formas de tratamento da realidade estudada, oferecendo outros rumos para a sociologia rural e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de dar outro olhar para coisas comuns no universo acadêmico, analisei o discurso da agroecologia com o intuito de entender a relação entre a construção de um tipo de fala e os atores sociais que estão envolvidos, sejam eles humanos, não-humanos e instituições. Respondendo aos questionamentos propostos, notou-se que as principais categorias utilizadas neste discurso possuíam um propósito político defendido tanto por agricultores com suas ferramentas de poder (sementes crioulas, a defesa do campesinato e da tradição), quanto pelos técnicos e pesquisadores (com a ciência e a biblioteca) envolvidos na rede analisada, a Sementes da Paixão, como um caso possível e exemplar do movimento agroecológico nacional.

Algo que marcou o processo de desenvolvimento da pesquisa foi a dificuldade em conseguir referenciais teóricos próprios da agroecologia que estivessem de acordo com a proposta da dissertação, isto porque, como bem sabemos, não há neutralidade no discurso, e aqueles que dele participam estão incumbidos de legitimá-lo em meio aos discursos opostos e as rarefações do próprio discurso. Assim, os textos lidos se encaixavam muito mais no quadro de análise do que no embasamento conceitual.

Foi interessante este movimento de arqueologia da ciência e dos discursos para trazer a tona alguns indicativos para novas concepções sobre a realidade do mundo rural e das questões ambientais. Assim, desconstruir a visão recorrente de que só há ciência trabalhando com a sociedade civil quando esta for conservadora e forçadamente modernizadora (a ciência a favor dos transgênicos), revelando que a ciência responsável pela propagação dos conhecimentos rurais locais, mesmo não sendo vista como ciência, também o é.

No caso específico da figura do camponês, este é definido muito mais por aquilo que ele não é, do que pelo que ele realmente é. Em outras palavras, nos trabalhos sobre agroecologia, pouco havia de problematização conceitual sobre campesinato, apontando muito mais para aquilo que ele se punha em contraponto a partir de um discurso normativo que mescla um sujeito idealizado pelo projeto político e o sujeito histórico, com pouco esforço de descrição dos sujeitos concretos e modernos.

As pesquisas realizadas em torno da temática na qual me debrucei, lembram a visão do “bom selvagem”, do apego a um ideal perfeccionista de civilização a ser seguido, um etnocentrismo ao contrário, que no lugar de julgar negativamente os mais pobres, os toma como exemplares, em que os estudiosos da agroecologia são nostálgicos no que se refere a categorias que nem sempre abarcam a realidade estudada. Aparentemente, trata-se mais de um apego do pesquisador a tradição e a figura do camponês do que a apresentação das evidências empíricas. Não que tal postura seja errada ou a-científica, mas pode ser arriscada em suas contribuições ao universo acadêmico e à sociedade civil, creio eu, por ser muitas vezes mais normativa do que interpretativa.

A sociologia rural, que trata de um mundo diferenciado, mas não isolado, dotado de características próprias e extensa variedade, é marcada por uma tomada política por parte de seus estudiosos, promovendo uma tendência à oposição entre os “de direita” e os “de esquerda”, o que possibilita a existência de trabalhos que justificam teses políticas e metafísicas a partir de suas descrições empiristas (LEFEBVRE, 1981).

É perceptível que as características do discurso agroecológico se repetem em outros contextos discursivos, como por exemplo, ao se falar de transgênia e os seus pontos negativos, ou até mesmo nos trabalhos sobre Unidades de Conservação ambiental (PAULINO, 2010) ou sobre Políticas Territoriais (CUNHA, PAULINO e MENEZES, 2010), onde a ideia de tradição é sempre um marco para se caracterizar a posição dos mais pobres na vida social. No caso do conceito de camponês, a sua existência enquanto um significado vazio está em constante disputa e construção. Ele é vazio justamente para abarcar a ambivalência dos termos e vago o suficiente para que os objetos de luta política caibam nele, isto porque, os problemas ambientais são muito complexos, dispendo de facetas científicas, econômicas e sociais contraditórias.

As categorias do mundo social, o seu modo de percepção legítimo e o seu conhecimento são o que está em jogo nas lutas políticas, luta ao mesmo tempo teórica e prática para a transformação da percepção deste mundo. Temos constantemente uma luta simbólica pelo monopólio de nomeação legítima, pela produção do senso comum. Assim, a política é o lugar da eficácia simbólica, ela produz grupos (os agroecológicos) e, no caso da agroecologia, identificamos uma “homologia de posições”, isto é, alianças no interior de campos diferentes entre dominantes e dominados, em que profissionais – pertencentes a parte dominante do mundo social, como os técnicos e pesquisadores – se

“identificam” com a parte dominada – os agricultores – e lhes oferece instrumentos para a ruptura com as representações dominantes (BOURDIEU, 1998).

Albuquerque Jr (2009) interpretando Foucault, não vê com bons olhos dedicar-se exclusivamente a salvar essas identidades construídas, a resguardar as tradições inventadas. Devemos deixá-las de lado, pois é graças a este abandono que se torna possível colocar em circulação um horizonte de possibilidade de interpretações de vivências que fogem destas prisões identitárias.

A seguinte pesquisa auxiliou a expor os elementos da realidade que estão além do que é apresentado pelos atores sociais, trazendo a tona uma análise com critérios científicos e conceituais de investigação. Por fim, esta rede formada por agricultores em conjunto de outros órgãos deve ser analisada por um viés mais crítico e que escape da repetição do que é por eles dito, pois, tomando emprestadas palavras “estruturalistas” de Bourdieu “a vida social tem de ser explicada não pelas concepções dos seus participantes, mas por causas estruturais que escapam à sua consciência” (BOURDIEU apud VANDENBERGHE, 2010, p. 55).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. (2009) A invenção do Nordeste e outras artes. 4^a ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez.
- ALMEIDA, P. e FREIRE, A. G. (2004) Sementes que frutificam: duas histórias de paixão pelas sementes. Revista Agriculturas, v. 1, no 1, novembro.
- ALMEIDA, R. A. de (2006) (Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP.
- ALMEIDA, S. G. de. (2009) Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSON, P. (Org.) Revista Agriculturas - Experiências em Agroecologia. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- ALTIERI, M. (2012) Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA.
- ASSIS, R. L. e ROMEIRO, A. R. (2002) Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, jul./dez. Editora UFPR.
- ASSIS, R. L. e ROMEIRO, A. R. (2005) Agroecologia e agricultura familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. Revista Economia e Sociologia Rural, vol. 43, n. 01, p. 155-177, jan/mar.
- ASSIS, R. L. de (2006) Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Artigo publicado na Revista Economia Aplicada, 10(1).
- BRANDÃO, H. H. N. (1997) Introdução a análise do discurso. 7. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- BECK, U. (2010) Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34.
- BENTHIEN, P. F. (2007) Transgenia agrícola e modernidade: um olhar sobre as disputas simbólicas e práticas conflitivas na sociedade brasileira. In: BRANDEBURG, A. et al. (Org.). Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA.

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. (1999) O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Fontes.
- BOURDIEU, P. (1996) A linguagem autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: EDUSP.
- _____. (1998) O Poder Simbólico. Capítulo VI: Espaço social e gênese das "classes". Rio de Janeiro: Bertrand, 1998. p. 133-162.
- BOVÉ, J. (2001) O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim; entrevistacom Gilles Luneau. São Paulo: Editora UNESP.
- BRANDENBURG, A. (2002) Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectIvas. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 6. p. 11-28.jul./dez. Editora UFPR
- BURITY, J. (2006) Cultura e identidade das políticas de inclusão social. In: AMARAL JR, A. e BURITY, J. (Orgs) Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas da análise social. São Paulo: Annablume.
- CAMPOS, J. D. e NETO, J. R. (2012) Bancos de Sementes Comunitários: estratégia que está resgatando práticas de Solidariedade e Cidadania no Médio Sertão da Paraíba. Disponível no endereço eletrônico: http://www.aea.org.br/premio/trabalhos2012/responsabilidade_social_mencao_honrosa.pdf . Acessado em: 05 de julho de 2012.
- CARON, P., SABOURIN, E. (2003) Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.
- CASTELLS, M. (1999) A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2009) Communication power. Oxfordd/ New York: Oxford University press. Chapter 1: Power in the network society, p. 10-53.
- CAVALCANTI, V. M. (2010) Ciência, modernidade, tecnologia e natureza: uma análise sobre o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande para a obtenção de grau Mestre.
- CHAYANOV, A. V. (1974) La organización de la unidad econômica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- CHESNAIS, F. e SERFATI, C. (2003) "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica Marxista, n. 16.

CLEMENTINO, J. O., FERNANDES, M., RAMALHO, A. (2010) Apropriação de práticas tradicionais nas atuais políticas de desenvolvimento - o caso dos bancos de sementes comunitários da Paraíba. I Encontro Regional de Estudos Rurais, UEPB, Campina Grande, setembro de 2010.

CLEMENTINO, J. O. (2010a) Estratégias de comunicação da V Festa da Semente da Paixão na Paraíba e sua relação com a esfera pública. Intercom Nordeste, Campina Grande. Junho de 2010.

_____. (2010b) Estratégias de resistência e busca de uma identidade para os agricultores rurais – uma análise da V Festa da Semente da Paixão. Revista Eletrônica Temática, Ano VI, n. 09.

_____. (2010c) Os desafios dos guardiões das sementes na Paraíba - Uma análise das Cartas Políticas da Festa Estadual da Semente da Paixão. I Encontro Regional de Estudos Rurais, UEPB, Campina Grande, setembro de 2010.

CUNHA, L. H., PAULINO, J. S., MENEZES, V. F. (2010) Políticas territoriais: desenvolvimento enquanto modernização institucional. In: BURITY, J. A., RODRIGUES, C. M. L., SECUNDINO, M. de A. (Orgs.) Desigualdades e justiça social. Volume 1: dinâmica estado-sociedade. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm.

DUQUE, G. (2007) “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 133-140, jan./jun. Editora UFPR.

DUQUE, G. e ARAÚJO, M. da G. B. de (2011) O protagonismo da juventude no Semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB). Revista Agriculturas, v. 8, n. 1, março.

EISENSTADT, S. N. (2001) Modernidades múltiplas. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 35: 139-163.

ELIAS, N. (2001) A sociedade de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELICHER, M. J. (2008) A agroecologia como crítica ao modelo da “revolução verde”. Disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/conteudo.php?vidcont=149>. Acessado em: 28/09/10.

FERREIRA, J. (2006) Experiência e tecnologia do corpo político em Foucault ao corpo vivido em Merleau-Ponty. In: AMARAL JR, A. e BURITY, J. (Orgs) Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas da análise social. São Paulo: Annablume.

- FOSTER, J. B. (1999) *Marx's ecology: materialism and nature*. New York, NY: Monthly Review Press.
- FOSTER, J. B. e CLARK, B. (2006) Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. *Socialist Register* 2004, p. 225-243. São Paulo: Clacso.
- FOUCAULT, M. (2000) *A ordem do discurso*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2007) *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Graal.
- _____. (2008) *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2008b) *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008c) *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2009) O que é um autor? In: _____. *Ditos & Escritos III*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-298.
- GARCIA JR., Afrânio. (1988) Libertos e Sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 7, vol. 3, junho de 1988.
- GAVIOLI, F. R. (2009) Conservação e manejo da biodiversidade em um assentamento rural. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4 no. 2. novembro.
- GIDDENS, A. (1978) *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1991) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- _____. (2003) *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martin Fontes.
- HOBBSBAWM, E. e RANGER, T. (1984) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LACERDA, T. F. N. de; MARQUES, P. E. M. (2008) Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da encosta da Serra Geral em Santa Catarina. *Revista Ruris*, v. 2 , n. 2, setembro.
- LACLAU, E. (2006) Inclusão, exclusão e construção de identidades. In: AMARAL JR, A. e BURITY, J. (Orgs) *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas da análise social*. São Paulo: Annablume.
- LATOUR, B. (1994) *Jamais formos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. (2000) *Ciência em ação*. São Paulo: Editora Unesp.
- _____. (2001) *A esperança de pandora: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

_____. (2004) Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas e coleções. In: PARENTE, A. Tramas da rede. Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina. p. 39-63.

_____. (2005) La cartographie des controverses. Disponível em <http://www.technologyreview.fr/?id=65>. Acesso em 03/07/2007. In: PEDRO, R. (2008) Ciência, tecnologia e sociedade – pensando as redes, pensando com as redes. Liinc em Revista, v.4, n.1, março 2008, Rio de Janeiro, p.1-5 <http://www.ibict.br/liinc>.

_____. (2008) Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manacial.

LAW, J. (1994) Organizing modernity. Oxford-UK and Cambridge-USA: Blackwell. Introduction. p. 1-30.

LEFEBVRE, H. (1981). Problemas da sociologia rural. In: MARTINS, J. S. (Org.). Introdução crítica a sociologia rural. São Paulo: HUCITEC. p. 144-162.

LENZI, C. L. (2006) Para uma imaginação sociológica da ecologia: uma análise do pensamento de Giddens. Ambiente e Sociedade, 9 (1): 105-126, ND.

MAGALHÃES, R. M. (2010) A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 21, p. 89-101, jan./jun. Editora UFPR.

MAINGUENEAU, D. (2008) Gênese do discurso. São Paulo: Parábola Editorial.

MARQUES, E. C. (1997) Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. In: BIB. Rio de Janeiro, n. 43. p. 67-102.

MARTÍNEZ ALIER, J. (2007) O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto.

MATEI, A. P., ANJOS, J. C. G. dos, MARQUES, F. C. (2012) Relacionando as Redes Sócio-Técnicas e os Sistemas de Inovação: Fortalecendo o Contexto para a Geração de Inovações. Trabalho apresentado no 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais - UFPA, Belém (PA).

MAZOYER, M. (2010) História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DR: NEAD.

MENDONÇA, DAL SOGLIO (2011) Abordagem de redes sociotécnicas e de inovações aplicadas aos processos de monitoramento de sustentabilidade em sistemas de manejo agroecológico. Cadernos de Agroecologia, Vol 6, No. 2, Dez 2011.

MENDRAS, H. (1969) Sociologia Rural. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

NASCIMENTO, J. M., MOREIRA, E. (2008a). Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão Paraibano. In: Semiluso - Seminário Luso Brasileiro, Ano II, 26 a 28 de junho de 2008, João Pessoa, PB. Editora Universitária UFPB, 2008.1 CDROM.

NASCIMENTO, J. M., MOREIRA, E. (2008b) O papel dos assentamentos rurais e dos bancos de Sementes da Paixão na reconstrução do território: das discussões epistemológicas ao caso de Três Irmãos. Artigo apresentado no XV Encontro Estadual De Geografia. Natal, RN.

NEVES, D. P. (2001) A Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Belém, 19 a 22 de março de 2001.

ORLANDI, E. P. (2010) Análise de discurso: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores.

PAULINO, J. S., SOUSA, J. K. F., MARQUES, E. A. (2009) Políticas públicas e estratégias de autonomia: um estudo no Assentamento Santa Cruz. ENECS - Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais, UFPB, João Pessoa, agosto de 2009.

PAULINO, J. S. (2010) Unidades de Conservação: políticas ambientais como instrumento de modernização. Monografia apresentada a Unidade Acadêmica de Antropologia e Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande para a obtenção do grau Bacharel em Sociologia.

PEDRO, R. (2008) Ciência, tecnologia e sociedade – pensando as redes, pensando com as redes. Liinc em revista, v.4, n.1, março 2008, Rio de Janeiro.

PETERSON, P., SOGLIO, F. K. D., CAPORAL, F. R. (2009) A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSON, P. (Org.) Revista Agriculturas - Experiências em Agroecologia. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA.

PICCIN, M. B. e MOREIRA, R. J. (2006) A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do Assentamento Ceres, RS. Artigo publicado na Revista Estudos de sociedade e agricultura, vol. 14, no. 2.

PIERUCCI, A. F. de O. (2009) O desencantamento do mundo. São Paulo: Editora 34.

PLOEG, J. D. van der. (2008) Camponeses e império alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- POULANTZAS, N. (2000) Introdução. In: O Estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra. p. 9-44.
- ROZENDO, C. (2011) Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs – 24 a 28 outubro, Caxambu, MG.
- SABOURIN, E. (2009) Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond.
- SANTOS, B. V. de S. (2001) Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8 ed. São Paulo: Cortez.
- SAUER, S. (2010) Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: expressão popular.
- SCHERER-WARREN, I. (2006) Inclusão social e cidadania: a perspectiva das organizações, redes e movimentos. In: AMARAL JR, A. e BURITY, J. (Orgs) Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas da análise social. São Paulo: Annablume.
- SILVA, E. D. da; SANTOS, A.; NUNES, F. R.; MARINI, F. (2011) Pesquisa participativa para avaliação e seleção das Sementes da Paixão junto às famílias agricultoras na Paraíba. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Fortaleza, CE – 12 a 16/12/2011.
- SILVA, E. D. da e ALMEIDA, P. (2007) Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. Revista Agriculturas, v. 4, no 3, outubro.
- SILVA, T. B. (2012) Desenvolvimento Sustentável e Produção + Limpa: (des)caminhos da ‘modernização ecológica’ em indústrias dependentes de lenha no semiárido. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Mestre.
- SILVA, T. B, PAULINO, J. S. (2011) Legislação ambiental e semiárido: (des)construindo (in)justiças ambientais. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da ALAS: 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE.
- SOARES, L. E. (1981) Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SOUZA, L. R. de S. e COSTA, J. E. da (2012) A Inovação Agroecológica Social: discussões acerca da coletivização do conhecimento agroecológico num recorte regional. Trabalho apresentado no 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais - UFPA, Belém (PA).

VANDENBERGHE, F. (2010) “O real é relacional”: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu (capítulo 1). In: Teoria social realista: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, p. 43-84.

VELHO, O. G. (1979) Capitalismo autoritário e campesinato. 2ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL.

WANDERLEY, M. de N. B. (2003) Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura. Outubro de 2003, n 21.

WEBER, M. (1982) Burocracia. In: Gerth. H. H., C. W. M. (Orgs.) Ensaio de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC.

WOLF, E. (1970) Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ZANONI, M. e FERMENT G. (Orgs.) (2011) Transgênicos pra quem? Brasília: MDA.